



2021-2023

# MARCAS DA GESTÃO CAU BRASIL



## Ficha Técnica

### **MARCAS DA GESTÃO 2021-2023**

Dezembro de 2023

Copyright © 2023 por Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Organização:

**Nadia Somekh**

Supervisão e edição:

**Júlio Moreno**

Pesquisas e textos:

**Leonardo Echeverria**

**Ana Araújo**

**Thaís Lima**

Revisão geral:

**Thaís Lima**

Pesquisa de imagens:

**Vinícius Brandão**

Assistente:

**Beatriz Matos (estagiária)**

Fotos de eventos em Brasília:

**Thiago Sousa, Aldemir Sousa e Thalita Sousa**

Fotos de eventos em outros locais:

**Acervo CAU Brasil**

Projeto Gráfico:

**Joaquim Olímpio (Agência Comunica)**

Diagramação:

**Joaquim Olímpio e Igor Antunes Bessa**

*(Agência Comunica)*

ISBN: 978-65-990484-4-9

Foto da capa e contracapa:

Casa do Pomar do Cafezal, localizada na favela do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (MG), eleita a "Casa do Ano" pelo Prêmio Archidaily Building of The Year 2023. Projeto: Fernando Maculan. Foto: Leonardo Finotti



# MARCAS DA GESTÃO CAU BRASIL

2021 - 2023

[www.caubr.gov.br](http://www.caubr.gov.br)

## MARCAS DA GESTÃO CAU BRASIL

---

Apresentação.....	3
1. Valorização da Arquitetura com mais Arquitetos(as) e Urbanistas .....	10
2. Atualização e Inovação Tecnológica do SICCAU.....	28
3. Novas Formas de Fiscalização.....	36
4. Campanhas de valorização profissional .....	44
5. Internacionalização .....	58
6. CAU ÚNICO .....	68
7. Defesa do Patrimônio.....	78
8. Projeto Amazônia 2040 .....	84
9. Políticas Afirmativas de Equidade de Gênero e Raça .....	90
10. Incentivo à Formação Qualificada .....	100
11. Ampliação das Relações Institucionais e com o Poder Público .....	110
12. IV Conferência de Arquitetura e Urbanismo .....	116
13. Comissões.....	132
14. CAU na Mídia.....	138



## APRESENTAÇÃO

---

### **Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil**



É com alegria que prestamos contas das ações realizadas pela gestão 2021/2023 do CAU Brasil. Foi um período que teve um momento inicial muito difícil em razão da pandemia da Covid-19, que nos distanciou, mas que soubemos superar com o uso da tecnologia para nos relacionar e com a valorização do planejamento estratégico como instrumento para construção um trabalho coletivo.

Iniciado com o Plano dos 100 Dias, com o envolvimento dos (das) conselheiros (as) federais e dos (as) presidentes dos CAU dos Estados e do Distrito Federal, o planejamento tornou possível dar um norte para a gestão e delinear as marcas cujas entregas foram apresentadas, em parte, na IV Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, e são detalhadas agora neste relatório.

Vinculamos nosso planejamento estratégico às necessidades do Brasil e à valorização da Arquitetura e Urbanismo. Essa foi nossa missão no triênio. A gestão conjugou a questão social com a ampliação de um mercado de trabalho para melhorar a vida da população brasileira.

O programa “Mais Arquitetos” pode sensibilizar a sociedade e os gestores públicos sobre a realidade das 25 milhões de moradias precárias existentes no país, das quais 14 milhões precisam de melhorias edilícias, colocando a saúde de seus moradores em risco. Trabalhamos intensamente para estimular a utilização da Lei da ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), promulgada há 15 anos e desde 2015 incluída entre as diretrizes estratégicas do CAU, que destina pelo menos 2% de seu orçamento para iniciativas no segmento.

Para conscientizar autoridades municipais, estaduais e federais, participamos da Marcha dos Prefeitos, de audiências públicas no Congresso Nacional e principalmente estreitamos relações com o governo federal, que nos vem escutando e nos atendendo cada vez mais. Estamos colaborando com o Ministério das Cidades e sua Secretaria Nacional de Periferias na implementação de uma política nacional de melhorias habitacionais, incorporada ao novo Programa Minha Casa Minha Vida por sugestão do CAU Brasil.

Tudo isso firmou o CAU como o porta-voz nacional da defesa da moradia digna para a população brasileira. Neste percurso, ficou clara a necessidade de formação de profissionais para atuar na área de maneira a dar uma escala para a implantação de programas públicos de melhorias habitacionais e efetivamente ampliar o mercado dos (as) profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Num país onde 85% da população ainda não usa os serviços de arquitetos (as), esse é um importante passo para a universalização do acesso à técnica e ao conhecimento dos (as) nossos (as) profissionais.

Diante do avanço desenfreado do ensino EaD, a gestão 2021/2023 também buscou entendimentos com o Ministério da Educação sobre parâmetros para a qualificação do ensino, com incentivo à residência profissional e formação continuada, valorizando nossos trabalhos no Brasil e no mundo.

Lutar pela desprecarização do trabalho das arquitetas e arquitetos e facilitar a relação dos (das) profissionais com o próprio Conselho foram outras iniciativas.

A partir do trabalho das Comissões e de uma nova relação com os CAU/UF, com a institucionalização do Fórum de Presidentes na estrutura do CAU Brasil, conseguimos avanços no SICCAU, elaborar e implantar o Plano Nacional de Fiscalização e democratizar o Colegiado de Serviços Compartilhados. O entendimento criou a perspectiva de novos alinhamentos nacionais seguindo o conceito de um CAU Único.

Respondendo ao desafio da inclusão, o CAU Brasil estruturou políticas afirmativas que permitiram assegurar suporte a profissionais em início de carreira e maior diversidade e representatividade nos processos eleitorais.

Além de colaborar na construção de uma sociedade justa e digna, temos a missão de defender seu patrimônio cultural e ambiental. Lutamos contra a privatização do Palácio Capanema, ícone da Arquitetura moderna brasileira, elaboramos duas cartas com propostas de políticas para o setor, construímos uma próspera interlocução com o IPHAN e constituímos nossa primeira Câmara Temática dedicada ao Patrimônio Histórico.

A crise climática e os inúmeros eventos ambientais extremos ampliam as desigualdades sociais e vão além: ameaçam nossa estadia na Terra. O CAU

# CAU BRASIL



Conselho Diretor: Fabrício Santos (coordenador da CED), Valter Caldana (coordenador da CEF), Nilton Lima (segundo vice-presidente), Daniela Sarmento (primeira vice-presidente) e Nadia Somekh (presidente)

tem o dever de liderar discussões sobre práticas de planejamento sustentável, promovendo a resiliência urbana e a adaptação às mudanças climáticas. E já demos os primeiros passos com o Projeto Amazônia 2040 apresentado no UIA2023CPH.

Durante a gestão 2021/2023 o reconhecimento do papel institucional do CAU Brasil no cenário internacional ficou evidente a partir do 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2021RIO) com o estreitamento de relações, realizações de fóruns e assinaturas de novos acordos com diversas instituições de Arquitetura e Urbanismo do mundo. A mobilidade profissional é uma realidade e o CAU Brasil tem contribuído para apoiar nossas arquitetas e nossos arquitetos nesse salto.

Primeira mulher a exercer a Presidência do CAU Brasil, deixo o cargo com a sensação de missão cumprida. Promovemos uma gestão democrática coletiva. Opiniões diversas existem, o que é bom, elas foram consideradas e debatidas até um consenso da maioria do Plenário. Incentivamos a inovação e a transversalidade entre as Comissões, o trabalho cooperativo e coletivo. É preciso registrar também e agradecer a colaboração intensa dos (das) funcionários (as).

Sonhamos. Semeamos. Somos vitoriosos.

Parablenzo os (as) arquitetos (as) que nos sucedem, e por extensão os demais colegas de todo país, na expectativa de que persistirão na luta pela melhoria do país e da vida da população brasileira.

**Nadia Somekh**, *presidente do CAU Brasil*

Dezembro de 2023



**PLENÁRIO  
(CONSELHEIROS (AS)  
FEDERAIS) – QUARTA  
GESTÃO (2021-2023)**

**ACRE – AC**

**Joselia da Silva Alves**

*Titular*

**Daniela Bezerra Kipper**

*Suplente*

**ALAGOAS – AL**

**Heitor Antonio Maia da Silva Does**

*Titular*

**Pedro Cabral de Oliveira Filho**

*Suplente*

**AMAPÁ – AP**

**Humberto Mauro Andrade Cruz**

*Titular*

**Fábio Cezar da Silva Santana**

*Suplente*

**AMAZONAS – AM**

**Fabricio Lopes Santos**

*Titular*

**Kleyton Marinho da Silva**

*Suplente*

**BAHIA – BA**

**Guivaldo D’Alexandria Baptista**

*Titular*

**Gilcinea Barbosa da Conceição**

*Suplente*

**CEARÁ – CE**

**Cláudia Sales de Alcântara**

*Titular*

**Márcio Rodrigo Coelho de Carvalho**

*Suplente*

**DISTRITO FEDERAL – DF**

**Raul Wanderley Gradim**

*Titular*

**Rogério Markiewicz**

*Suplente*

**ESPÍRITO SANTO – ES**

**Giedre Ezer da Silva Maia**

*Titular*

**Emílio Caliman Terra**

*Suplente*

**GOIÁS – GO**

**Nilton de Lima Júnior**

*Titular*

**Adriana Mikulaschek**

*Suplente*

**MARANHÃO – MA**

**Marcelo Machado Rodrigues**

*Titular*

**Grete Soares Pflueger**

*Suplente*

**MATO GROSSO – MT**

**José Afonso Botura Portocarrero**

*Titular*

**Marcel de Barros Saad**

*Suplente*

**MATO GROSSO DO SUL –  
MS**

**Rubens Fernando Pereira de Camillo**

*Titular*

**Maria Clara Mascarenhas Scardini**

*Suplente (licenciada por tempo  
indeterminado)*

**MINAS GERAIS – MG**

**Eduardo Fajardo Soares**

*Titular*

**Ana Maria Schmidt**

*Suplente*

**PARÁ – PA**

**Alice da Silva Rodrigues Rosas**

*Titular*

**Ana Claudia Duarte Cardoso**

*Suplente*

## **PARAÍBA – PB**

**Camila Leal Costa**

*Titular*

**Fabiano de Melo Duarte Rocha**

*Suplente*

## **PARANÁ – PR**

**Jeferson Dantas Navolar**

*Titular*

**Nestor Dalmina**

*Suplente*

## **PERNAMBUCO – PE**

**Roberto Salomão do Amaral e Melo**

*Titular*

**Danielle Cortez Paes Barreto**

*Suplente*

## **PIAUÍ – PI**

**José Gerardo da Fonseca Soares**

*Titular*

**Edmo Campos Reis Bezerra**

**Filgueira**

*Suplente*

## **RIO DE JANEIRO – RJ**

**Maíra Rocha Mattos**

*Titular*

**Sonia Lopes da Silva**

*Suplente*

## **RIO GRANDE DO NORTE – RN**

**Patrícia Silva Luz de Macedo**

*Titular*

**André Felipe Moura Alves**

*Suplente*

## **RIO GRANDE DO SUL – RS**

**Ednezer Rodrigues Flores**

*Titular*

**Clarice Castro Debiagi**

*Suplente*

## **RONDÔNIA – RO**

**Ana Cristina Lima Barreiros da Silva**

*Titular*

**Adson Jenner de Araujo Moreira**

*Suplente*

## **RORAIMA – RR**

**Nikson Dias de Oliveira**

*Titular*

**Luiz Afonso Maciel de Melo**

*Suplente*

## **SANTA CATARINA – SC**

**Daniela Pareja Garcia Sarmento**

*Titular*

**Vania Stephan Marroni Burigo**

*Suplente*

## **SÃO PAULO – SP**

**Nadia Somekh**

*Titular<sup>1</sup>*

**Helena Aparecida Ayoub Silva**

*Suplente*

## **SERGIPE – SE**

**Ricardo Soares Mascarello**

*Titular*

**Karinne Santiago Almeida**

*Suplente*

## **TOCANTINS – TO**

**Matozalém Sousa Santana**

*Titular*

**Luis Hildebrando Ferreira Paz**

*Suplente*

## **IES – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**Valter Luis Caldana Junior**

*Titular*

**Naia Alban Suarez**

*Suplente*

<sup>1</sup> Presidente do CAU Brasil

# CAPÍTULO 01



# ATHIS



## 1. VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA COM MAIS ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS

### Uma verdadeira cruzada em defesa da moradia digna

O CAU Brasil conseguiu importantes vitórias para arquitetos(as) e urbanistas em todo o país no campo da valorização profissional. A principal delas foi a conquista da inclusão de melhorias habitacionais no programa “Minha Casa, Minha Vida”, que fará o maior investimento em habitação social dos últimos anos.

Uma política pública que implemente em escala nacional a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) para promoção da habitação digna, impacta diretamente na saúde das pessoas e, por consequência, na saúde pública do Brasil e na vida de todos.

Esse marco histórico para a habitação social no país foi resultado das diversas ações de divulgação e fomento do CAU Brasil, com apoio das entidades de Arquitetura e Urbanismo:

- Campanha publicitária “Mais Arquitetos” de alcance nacional
- Novos editais de ATHIS para empreender projetos-piloto em todo o país
- Diálogo com governo federal e Congresso Nacional
- Eventos regionais com arquitetos(as) e urbanistas
- Organização do tema dentro da estrutura do sistema CAU em todo país
- Pesquisas em parceria com DataFolha e IPEA

Uma verdadeira cruzada em um país onde só 18% das construções particulares são feitas por arquitetos(as) ou engenheiros(as) e existem 25 milhões de moradias precárias. “O CAU tem como missão institucional promover “Arquitetura e Urbanismo



# 15 ANOS DA LEI DE ATHIS

para Todos”. Na gestão 2021/2023 atribuímos uma característica mais social ao Conselho”, afirma a presidente Nadia Somekh.

A partir de 2021, com os impactos da pandemia de Covid-19 e dos desastres ambientais nas cidades e, principalmente, nos territórios vulneráveis, o CAU inicia a campanha publicitária “Mais Arquitetos”, de alcance nacional. Mais de 20 milhões de pessoas foram alcançadas até 2022. Trata-se de uma estratégia de comunicação para evidenciar claramente junto à população a importância e a função social da profissão para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A campanha promoveu uma ampla divulgação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei Nº 11.888/2008), junto à população e ao poder público, visando difundir experiências exitosas em todo país e a importância da moradia saudável para a saúde pública. A Lei, que completa 15 anos em 2023, garante a assistência pública e gratuita prestada por arquitetos(as) e engenheiros(as) para construção e reforma de residências de famílias com renda de até três salários mínimos.

Em paralelo, uma das ações foi a defesa perseverante da transformação da Lei da ATHIS como política de estado, criando uma política nacional que a coloque em prática em escala nacional. O novo programa MCMV abre esta perspectiva.

Neste contexto, o CAU se consolidou como uma das principais vozes a tratar do tema da Melhoria

Habitacional e foi convidado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades para colaborar na estruturação de uma política nacional de ATHIS e Melhorias Habitacionais.

Conforme dados da Fundação João Pinheiro, o Brasil tem 25 milhões de moradias precárias, sendo 11 milhões com problemas edilícios: casas com coberturas e/ou pisos inadequados, paredes sem revestimentos, falta de banheiros. Com o trabalho de arquitetos(as) e urbanistas podemos mudar essa realidade, garantindo a todos segurança, conforto, salubridade e também qualidade do espaço urbano.

## EDITAIS DE ATHIS

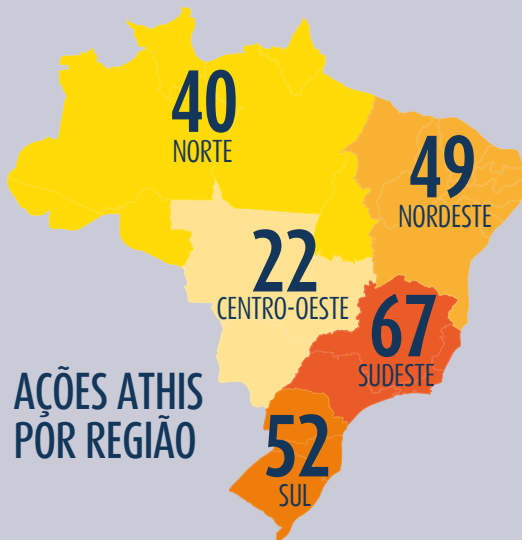
Desde 2015, o CAU vem discutindo o tema da moradia para todas e todos a partir do fomento à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). A Lei 11.888/2008, proposta pelo ex-deputado federal e arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz, garante a famílias com renda de até três salários mínimos recebam assistência técnica pública e gratuita, prestada por arquitetos(as) e urbanistas remunerados por programas públicos, para a criação de projetos, acompanhamento e execução de obras, reforma, ampliação ou regularização fundiária.

Editais de ATHIS do CAU Brasil e dos CAU/ UF destinam mais de 2% de seu orçamento para financiar ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social por todo o país. São ações que mostram a importância de arquitetos(as) e urbanistas como agentes públicos, colocando seus conhecimentos técnicos em prol das políticas de habitação.

Nos anos de 2021 e 2022 o CAU Brasil promoveu dois editais de ATHIS, destinando R\$ 2,5 milhões para fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).

O foco do edital de ATHIS 2022 foi na prevenção de riscos e recuperação de áreas atingidas por desastres ambientais ocorridos nos últimos cinco anos.

# ATHIS: CIDADES MELHORES, MORADIA PARA TODOS



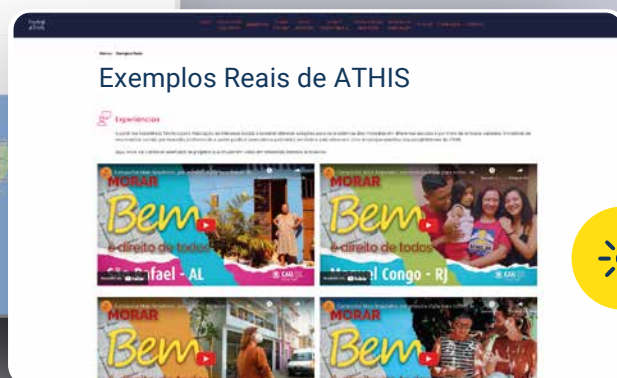
- ✓ Mais de 230 Ações de ATHIS promovidas pelo CAU Brasil e pelos CAU/UF
- ✓ +R\$ 23 Milhões Investidos (2017/2022)
- ✓ 42 Editais de Patrocínio de ATHIS
- ✓ 10 Concursos Públicos de Arquitetura (a confirmar)
- ✓ 1 Programa de Extensão Universitária
- ✓ 560 Profissionais Envolvidos
- ✓ Mais De 27 Mil Pessoas Beneficiadas



SAIBA MAIS NO OBSERVATÓRIO ATHIS  
[www.caubr.gov.br/moradiadigna](http://www.caubr.gov.br/moradiadigna)

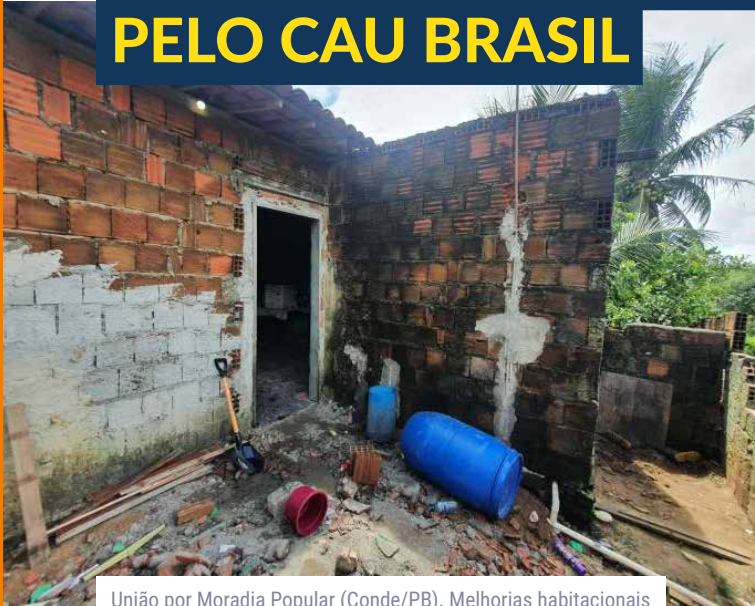


KIT DE INFORMAÇÕES  
PARA A POPULAÇÃO





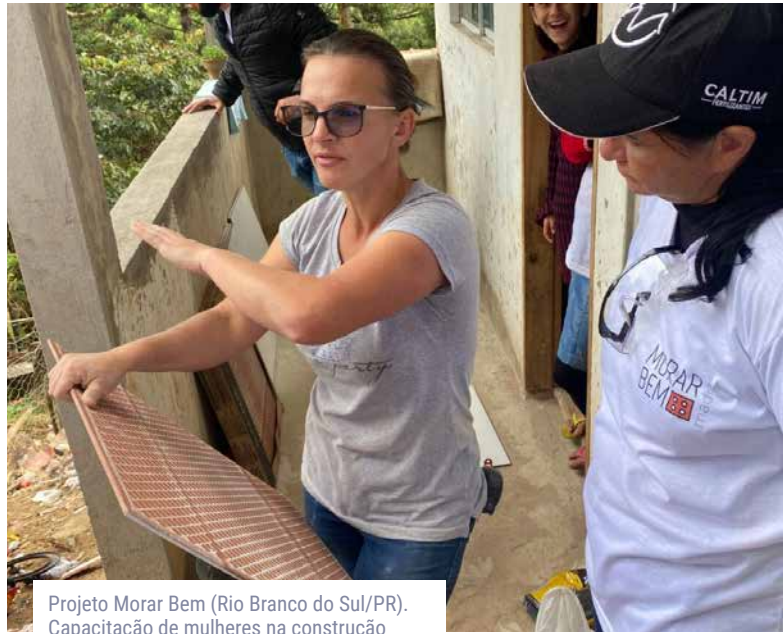
# VEJA AÇÕES DE ATHIS PATROCINADAS PELO CAU BRASIL



União por Moradia Popular (Conde/PB). Melhorias habitacionais



Movimento Anchieta (Grajaú-São Paulo/SP). Assistência técnica em habitação



Projeto Morar Bem (Rio Branco do Sul/PR). Capacitação de mulheres na construção



Projeto Mãe Luiza Acessível (Natal/RN). Melhorias habitacionais



Melhorias habitacionais em Brasília/DF





Casa Eco-Pantaneira (Ladário/MS). Projetos arquitetônicos



Diagnóstico Habitacional com Agentes de Saúde (Maringá/PR). Oficinas de capacitação

## VEJA ALGUMAS AÇÕES DE ATHIS PATROCINADAS POR CAU/UF



ANTES



DEPOIS



Nenhuma Casa Sem Banheiro (mais de mil casas atendidas em 45 municípios do RS). CAU/RS



Projeto Morar Melhor, Boa Vista/RR (melhorias habitacionais, mais de mil casas atendidas)



# CAMPANHA MAIS ARQUITETOS

Desmistificar o estereótipo de que o trabalho do arquiteto e da arquiteta é caro ou se restringe às obras monumentais, além de ampliar a visão da sociedade quanto aos benefícios que a profissão gera para o indivíduo e para a coletividade, são os objetivos da campanha Mais Arquitetos.

Esses conceitos foram promovidos para toda a sociedade por meio de conversas com influenciadores digitais, anúncios em redes sociais e emissoras de rádio, mais “lives” com arquitetos(as) e urbanistas, profissionais de outras áreas de conhecimento (em especial saúde) e responsáveis por iniciativas ATHIS em andamento ou já realizadas. Campanha foi veiculada entre junho e agosto de 2021 e entre julho e setembro de 2022.

Primeira motivação foi ampliar a compreensão das classes mais necessitadas sobre como o ofício de arquitetos(as) e urbanistas proporciona qualidade de vida às pessoas. Outra motivação é a difusão da ATHIS, com ênfase no papel fundamental do poder público.

Principal inovação foi a colaboração com influenciadores digitais. Juntos, seus perfis contam com mais de 4,2 milhões de seguidores. Por meio dessas vozes tão diversas, nossas mensagens conseguiram chegar a diversos públicos usando uma linguagem mais acessível e com a conexão emocional dos influenciadores com sua audiência.

Campanha começou em 2021, em meio à pandemia de Covid-19, e ressaltou o papel essencial de arquitetos(as) e urbanistas, sua atuação com ATHIS e o papel da moradia na preservação e recuperação da saúde dos cidadãos. Postagens foram patrocinadas nas redes sociais do CAU Brasil e compartilhadas pelos CAU/UF.

O podcast Mais Arquitetura transmitiu pelo Youtube e Spotify entrevistas temáticas em áudio e vídeo conduzidas por conselheiros (as) federais com especialistas convidados de diversas áreas de conhecimento e também estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Uma série de narrativas (“storytelling”) em áudio sobre histórias que mostram o trabalho dos arquitetos e das arquitetas nos temas da campanha foi produzida especialmente para as plataformas de áudio. Publicou-se ainda anúncios da campanha Mais Arquitetos em revistas especializadas e jornais de grande circulação.

## VÍDEO-MANIFESTO PELA MORADIA DIGNA

Todo (a) arquiteto (a) também é um agente de transformação social capaz de promover o direito à moradia digna para todos e todas. Essas foram as premissas do “Manifesto em Defesa de Moradia Digna para Todos – Um Projeto para o CAU e para o Brasil”, lançado durante o 27º Congresso Mundial de Arquitetos, realizado no Rio de Janeiro, em 2021 (UIA2021RIO).

No manifesto, o CAU Brasil assume publicamente seu compromisso no desafio da conquista da efetiva implementação da Lei de ATHIS e conclama os demais agentes públicos a enfrentar esta tarefa urgente.

Vídeo-manifesto foi narrado pelo ator Sérgio Mamberti. Foi seu último trabalho profissional. O ator morreu em setembro daquele ano. “Espero que esse projeto possa contribuir para este novo momento que a gente está vivendo”, disse ele, no momento das gravações.



# CAMPANHA MAIS ARQUITETOS

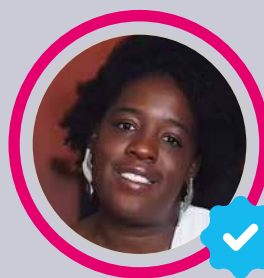
O CAU Brasil convocou cinco influenciadores digitais superpopulares para explicar à sociedade a importância do trabalho de arquitetos(as) e urbanistas para a moradia digna, a saúde pública e a qualidade de vida nas cidades.



**Paulo Vieira**  
1,8 milhão  
de seguidores



**Nataly Dias (Blogueira  
de Baixa Renda)**  
275 mil  
seguidores



**Ana Paula Xongani**  
283 mil  
seguidores



**Dra. Jaqueline Goes**  
172 mil  
seguidores



**20 Milhões de Pessoas  
Impactadas**



**+ 4,2 Milhões de Seguidores**



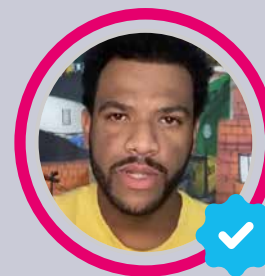
**+ 4 Milhões de Interações**



**+ 12 Episódios do Podcast  
"Mais Arquitetura"**



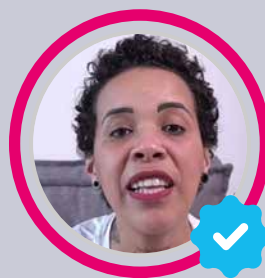
**Lorena Eltz**  
597 mil  
seguidores



**Renê Silva (Voz  
da Comunidade)**  
193 mil  
seguidores



**Mônica Benini**  
504 mil  
seguidores



**Verônica Oliveira  
(Faxina Boa)**  
315 mil  
seguidores



**Amanda Dias  
(Grana Preta)**  
88 mil  
seguidores

# CRUZADA INSTITUCIONAL COM GOVERNO E CONGRESSO

Arquitetos(as) e urbanistas foram ao governo federal e ao Congresso Nacional defender o direito à moradia digna com assistência técnica como política de estado, fortalecida a partir da contribuição dos arquitetos(as) e urbanistas.

Na Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda mudanças na Medida Provisória (MP 1.162/2023), a presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, defendeu que o Minha Casa Minha Vida não pode focar apenas em construções novas. “Estamos tratando de melhorar 25 milhões de moradias, quase 100 milhões de pessoas, com problemas de infraestrutura em casa”, afirmou.

No IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, realizado no Congresso Nacional em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados, arquitetos(as) e urbanistas e deputados(as) federais apresentaram suas ideias para incluir a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) no programa.

Destaque para a participação da deputada federal Denise Pessôa (PT-RS), que apresentou a proposta do CAU Brasil para incluir ATHIS no Minha Casa Minha Vida por meio de quatro emendas parlamentares. O deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS) destacou a importância que o CAU/RS teve na sua gestão como prefeito de Rio Grande (RS), ajudando a implementar projetos do Minha Casa Minha Vida com planejamento e adensamento urbano.

Como resultado dessas ações, a Câmara dos Deputados aprovou a MP 1.162/2023, no dia 7 de junho, com a inserção de várias demandas de arquitetos(as) e urbanistas: ATHIS, retrofit, aluguel social e intervenções urbanísticas mais adequadas.

Para pôr em prática essas ideias, o Ministério das Cidades pediu ajuda ao CAU Brasil para construir os normativos que operacionalizam a ATHIS dentro das regras do programa. O secretário nacional de Habitação, Hailton Madureira de Almeida, conversou com a presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh e a conselheira Ana Cristina Barreiros para

entender melhor como o Minha Casa Minha Vida pode estabelecer uma metodologia para melhorias habitacionais em residências precárias.

O CAU Brasil mostrou que o caminho para isso são as ações de ATHIS, com a presença de arquitetos(as) e urbanistas.

## EMENDAS PARLAMENTARES

Na reunião com o Ministério das Cidades, o CAU Brasil se colocou à disposição para ajudar na obtenção de emendas parlamentares para financiar as ações de melhoria habitacional no Minha Casa, Minha Vida.

As emendas são oportunidades de contribuição dos parlamentares à lei orçamentária elaborada anualmente pelo governo federal para execução no ano seguinte. Elas podem ser propostas por cada deputado ou senador, pelas bancadas estaduais ou pelas comissões.

Na Medida Provisória do Minha Casa, Minha Vida, pelo menos 45 emendas apresentadas por deputados e senadores têm relação com Arquitetura e Urbanismo. Entre os destaques, estão as emendas do deputado Merlong Solano Nogueira que alinham a política habitacional do governo federal à Lei da ATHIS (Lei 11.888/08) e sugere a participação de entidades de classe na qualificação técnica das habitações.

A inclusão dos direitos previstos na Lei nº 11.888/2008 (ATHIS) no MCMV foi formalizada por meio de quatro emendas apresentadas pela deputada Denise Pessôa.

O deputado Joseildo Ramos aprovou, junto à Comissão de Desenvolvimento Urbano, R\$ 700.000 para ações de apoio à urbanização de assentamentos precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

A deputada Érika Kokay sugeriu aprimorar a formação técnica para atuação em ATHIS, com destinação de R\$ 300.000 para a criação de um curso de pós-graduação lato sensu de residência multiprofissional na Universidade de Brasília (UnB).



# CRUZADA PELA MORADIA DIGNA PARA TODOS



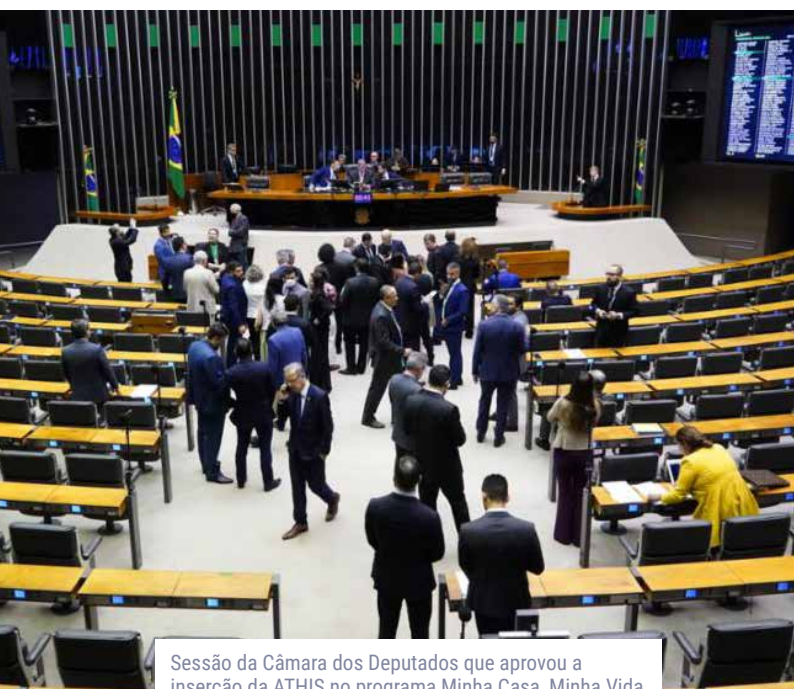
Presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, participa de audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisou a Medida Provisória do Minha casa, Minha Vida (MP 1.162/2023)



Durante o IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, realizado no Congresso Nacional, arquitetos(as) e urbanistas debatem programas de ATHIS com deputados(as) federais



Deputados federais Alexandre Lindenmeyer, Guilherme Boulos e Denise Pessoa com o presidente do CAU/RS, Tiago Holzmann



Sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a inserção da ATHIS no programa Minha Casa, Minha Vida



Secretário de Habitação do Ministério das Cidades, Hailton Madureira, e a presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh





## SEMANA DA HABITAÇÃO DO CAU

Nos três anos de gestão, um dos principais eventos foi a Semana da Habitação. Uma congregação especial de especialistas e ativistas para valorizar cada vez mais a produção arquitetônica voltada para a população de menor renda. Em 2021, o evento mobilizou toda a comunidade dedicada a pensar e a enfrentar a questão habitacional. Ocorreu em formato on-line, na semana em que se comemora o Dia Nacional da Habitação (21 de agosto).

Mais de 1.300 acompanharam relatos de experiências protagonizadas pelos CAU/UF para o fomento da ATHIS em quatro estados brasileiros. A partir de realidades e soluções distintas, cada Conselho contribuiu para elevar e destacar a ATHIS no território.

No ano seguinte, a Semana da Habitação 2022 discutiu temas como conceitos e práticas de ATHIS, empreendedorismo social, financiamento de ações de habitação. Neste evento, on-line foram apresentados os projetos financiados pelo CAU Brasil por meio do edital de ATHIS.

Na Semana da Habitação 2023, realizada entre 26 e 29 de julho, em Aracaju, comemorou-se o aniversário de 15 anos de criação da Lei de ATHIS. Ao longo de cinco dias de intensos debates presenciais e a distância, a terceira edição do encontro envolveu mais de 800 participantes e produziu um documento que sintetiza as contribuições do CAU para uma política habitacional efetiva.

Um dos destaques foi a oficina ministrada pela arquiteta e urbanista Mariana Estevão, idealizadora da ONG Solução Urbanas. Divididos em grupos, arquitetos(as) e urbanistas, assistentes sociais e outros profissionais atuaram como propositores das melhorias habitacionais e também como integrantes de famílias com perfis predefinidos.

A Semana da Habitação consolidou-se como um ponto de encontro entre arquitetos(as) e urbanistas, gestores públicos, representantes de movimentos sociais e do terceiro setor e lideranças comunitárias apresentaram um panorama do que está sendo produzido na área de ATHIS em diversas comunidades espalhadas pelo país.

São metodologias inovadoras e boas práticas que indicam um caminho para a implementação efetiva da Lei de ATHIS.



# CARTA DE ARACAJU

A Carta da III Semana da Habitação indica nove diretrizes para que a Lei 11.888/2008 (Lei de ATHIS) seja realidade no Brasil, possibilitando enfrentar a situação de 25 milhões de moradias precárias, sendo 14 milhões de habitações especificamente com carências edilícias – 1,2 milhão delas, sem banheiro.

A Carta foi estruturada a partir de relatórios produzidos durante o evento para sintetizar

os debates e exposições que fizeram parte da programação. No texto final, os relatores consideram como premissa o direito constitucional à moradia digna e à função social da propriedade.

O documento cita ações estruturantes desenvolvidas pelos CAU/UF e uma série de estudos produzidos dentro do CAU para oferecer sustentação à defesa das melhorias habitacionais como medidas efetivas para qualificação das moradias brasileiras, dos centros históricos e das cidades.

## O que a Carta de Aracaju propõe:

1. Formular Programa Interministerial de melhorias habitacionais e assistência técnica gratuita a exemplo da estruturação programática desenvolvida pelo IPEA e CAU Brasil
2. Garantir recursos públicos a fundo perdido aplicados de maneira continuada a um programa de melhorias habitacionais, assegurando a especificidade da ação incremental desta política
3. Garantir a retomada do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) como fundo qualificado para assegurar o direito a moradia
4. Formular programa de capacitação de gestores públicos para implementar de maneira interdisciplinar a política de ATHIS
5. Orientar os parlamentares na construção da legislação necessária e na garantia do orçamento que assegure o direito à moradia
6. Estabelecer diretrizes locais para a implantação da política de ATHIS, por meio dos exemplos de sucesso
7. Viabilizar articulação institucional entre os atores (OSC, sociedade civil, universidades, institutos federais, conselhos e entidades de classe, defensoria pública, ministério público, dentre outros) para a efetivação da ATHIS
8. Fomentar a economia popular e viabilizar a atuação de entidades sem fins lucrativos para a atuação em ATHIS
9. Formular e implementar em consonância com a estruturação programática das melhorias habitacionais:
  - estratégia nacional de residência e extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo
  - estratégia de habitação rural que considere as identidades, saberes e conhecimentos locais
  - parcerias e cooperações continuadas com os sistema de saúde e de assistência social
  - estratégias de qualificação e dinamização da econômica solidaria e cooperativa e
  - mecanismos e instrumentos de qualificação das informações e dados acerca das inadequações habitacionais e saúde do habitat
  - instrumentos e estratégias de qualificação e valorização da cultura, patrimônio histórico, do espaço público e da paisagem

# SEMANA DA HABITAÇÃO DO CAU



**Semana da Habitação do CAU reuniu arquitetos(as) e urbanistas especialistas em ATHIS, projetos realizados em todo o país e autoridades do governo para debater uma política nacional de moradia digna**

Semana da Habitação do CAU Brasil 2023



Oficina da Semana da Habitação simula atendimento a famílias usuárias da lei de ATHIS



Solenidade de comemoração dos 15 anos da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)



Semana da Habitação do CAU Brasil 2021



Semana da Habitação do CAU Brasil 2022



Semana da Habitação do CAU Brasil 2023



## SEMINÁRIO QUITANDINHA + 60

A defesa da implementação da Lei da ATHIS foi mais uma vez enfatizada no seminário "O Povo, Sua Casa, Sua Cidade: 60 anos de luta por Habitação e Reforma Urbana" promovido em Brasília em outubro de 2023 por mais de vinte organizações da sociedade civil e governamental, com apoio do CAU Brasil. O evento marcou a passagem dos 60 anos do "Seminário de Habitação e Reforma Urbana", realizado em 1963 pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, e que ficou mais conhecido como Seminário Quitandinha, em alusão ao hotel que foi palco das discussões na cidade de Petrópolis (RJ).

## SEMINÁRIO MELHORIAS HABITACIONAIS

Também em outubro de 2023, o CAU Brasil promoveu, em Brasília, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), o Seminário Melhorias Habitacionais: da Saúde do Habitat à Economia, reunindo 16 ministérios e instituições financeiras federais.

Pesquisa realizada pelo IPEA com base nas experiências dos editais do CAU Brasil revelou que uma política de melhorias habitacionais impacta direta e indiretamente todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Foram apresentadas 16 experiências que tinham em comum, além do fato de serem inovadoras, o reconhecido sucesso pela maioria das comunidades e envolver políticas de outras áreas, como saúde, educação, patrimônio histórico, assistência social, direitos humanos, valorização do trabalho feminino, autogestão, economia solidária, meio ambiente, novas tecnologias (plataformas tecnológicas de cooperação e execução financeira) e saberes tradicionais, entre outras.

O evento foi mais uma oportunidade para o CAU Brasil defender que a Lei da ATHIS seja considerada política de estado, para ganhar escala e alcançar uma dimensão nacional. Segundo o IPEA, há ainda que se avançar nas pesquisas e formulações até chegarmos a um programa estruturado que seja capaz de escalar.

Estudos preliminares da instituição revelaram que 13,4 milhões de famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico, residindo em domicílio próprio, demandariam pelo menos uma solução de melhorias de suas moradias, do tipo "kits de melhoria", que poderiam ser providos pelo novo Minha Casa Minha Vida. Isso representa 46,6% das famílias cadastradas, sendo 62,5% de domicílios urbanos e 37,5% de domicílios rurais. Esta demanda estimada requer investimentos da ordem de R\$ 118 bilhões. Como comparação, o Minha Casa Minha Vida (MCMV), entre 2009 e 2019, subsidiou em R\$ 228 bilhões a construção de 5 milhões de unidades para todas as faixas de renda atendidas.

Órgãos governamentais que participaram do evento: Caixa Econômica Federal, Casa Civil, Controladoria-Geral da União, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria-Geral da Presidência da República, Tribunal de Contas da União e os ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovação; da Cultura; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; das Cidades; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Planejamento e Orçamento, do Trabalho e Emprego; e Empreendedorismo da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

## OBSERVATÓRIO ATHIS

Em dezembro de 2023 foi apresentada ao Plenário a plataforma Observatório ATHIS, já com as funcionalidades iniciais implementadas.

Para o futuro, o Observatório da ATHIS está previsto como uma estrutura administrativa permanente

no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU Brasil). Sua função primordial consiste em conduzir pesquisas, coletar dados, monitorar e avaliar práticas relacionadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), prioritariamente, realizadas dentro do Sistema CAU. Além disso, o Observatório será um portal de mapeamento de políticas públicas de ATHIS, bem como uma plataforma de sistematização de informações das ações dos Conselhos Estaduais no âmbito da ATHIS.

## PESQUISA CAU BRASIL/ DATAFOLHA 2023

Pesquisas do CAU Brasil e parcerias com outras instituições ajudaram a mostrar à sociedade o real cenário da habitação no Brasil e os desafios a serem enfrentados. Para conhecer melhor a realidade do mercado de Arquitetura e Urbanismo no período pós-pandemia, o CAU Brasil realizou, em parceria com o Instituto Datafolha, pesquisa nacional sobre Entendimento das Atribuições do(a) Arquiteto(a) e Urbanista, com 2.495 entrevistados em todas as regiões do país.

Este é o terceiro levantamento do CAU Brasil contratado junto ao instituto de pesquisa, com o objetivo de entender como funciona o mercado e como aumentar a participação de arquitetos(as) e urbanistas na vida das pessoas.

Hoje, 10 milhões de brasileiros já contrataram serviços de arquitetos(as) e urbanistas. Isso representa 10% da população economicamente ativa. Em 2015, esse índice era de 7%. Significa que cerca de 3 milhões de pessoas a mais passaram a contratar arquitetos(as) e urbanistas para obras de construção, reformas e outros serviços.

Porém, a maioria da população (82%) ainda recorre a profissionais sem habilitação legal nem responsabilidade técnica sobre os serviços que realizam. Mestres de obras e pedreiros são a opção mais usada por quem constrói ou reforma no Brasil.

“O país precisa de uma solução de escala para a melhoria das habitações já existentes, especialmente nas periferias e bolsões de pobreza dos centros das cidades”, afirma a presidente Nadia Somekh.

## PESQUISA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

O CAU Brasil também divulgou a pesquisa da Fundação João Pinheiro que mostra que existem mais 25 milhões de moradias inadequadas no Brasil. São problemas de regularização fundiária, de infraestrutura da construção, falta de acesso à água e à eletricidade, sem circulação de ar e umidade em excesso. Do total, 11 milhões referem-se a problemas edifícios: casas com coberturas e/ou pisos inadequados, paredes sem revestimentos, falta de banheiros.

A Fundação João Pinheiro calcula que o valor investido em uma unidade habitacional nova é suficiente para financiar de 12 a 15 reformas em moradias precárias.

Nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que ações de melhorias habitacionais contribuem diretamente para alcançar nove Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse estudo é produto da parceria estabelecida pelo IPEA com o CAU Brasil. Nessa parceria existe ainda uma outra pesquisa para subsidiar a formulação de políticas públicas em ATHIS, inclusive a implementação de um Fundo de ATHIS para financiar a prestação de serviços públicos de arquitetos(as) e engenheiros(as).



# SEMINÁRIO MELHORIAS HABITACIONAIS



Seminário contou com a apresentação de 16 projetos de melhorias habitacionais



Encerramento do Seminário. Foto: Helio Montferre/IPEA



Daniela Sarmento e Renato Balbim. Foto: Helio Montferre/IPEA



Seminário Quitandinha + 60

# SEMINÁRIO QUITANDINHA + 60

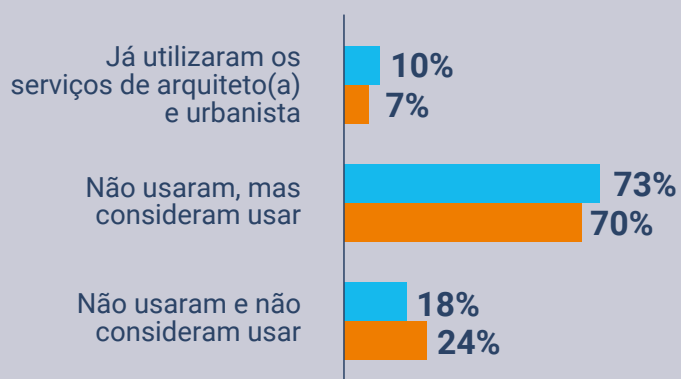


# A VERDADE SOBRE A HABITAÇÃO NO BRASIL

Pesquisas do CAU Brasil, IPEA e Fundação João Pinheiro mostram **os desafios para garantir moradia digna para todas e todos**. Com mais arquitetos(as) e urbanistas atuando junto ao poder público, podemos mudar essa realidade!

## CADA VEZ MAIS PESSOAS CONTRATAM ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS

### INTENÇÃO DE USAR SERVIÇOS DE ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS



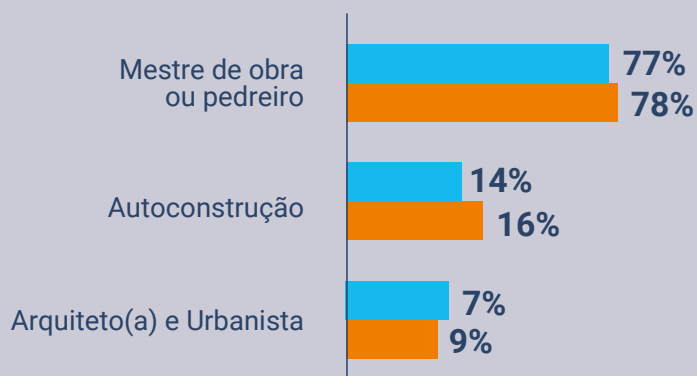
**10%**

Já utilizaram os serviços de arquitetos(as) e urbanista

**+3 milhões de consumidores desde 2015**

■ 2022 ■ 2015 \*Pesquisa CAU Brasil/DataFolha 2022

### QUEM VOCÊ CONTRATOU PARA FAZER A SUA ÚLTIMA OBRA?



■ 2022 ■ 2015 \*Pesquisa CAU Brasil/DataFolha 2022

# BRASIL TEM MAIS DE 25 MILHÕES DE MORADIAS PRECÁRIAS

## MAIOR PROBLEMA ESTÁ CONCENTRADO NAS CARÊNCIAS EDILÍCIAS

Cobertura ou piso inadequado, falta de banheiro, etc

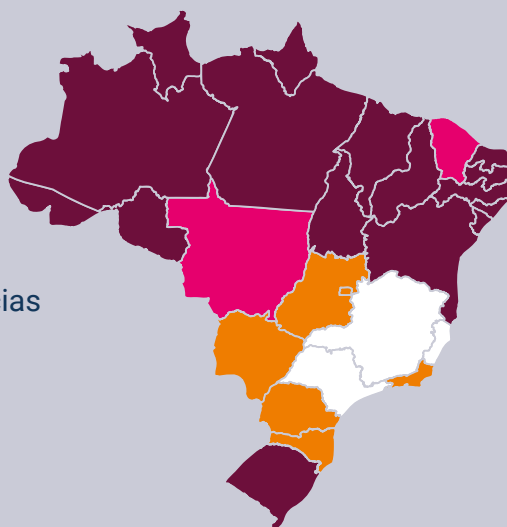


\*Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil, da Fundação João Pinheiro 2020

## CARÊNCIAS HABITACIONAIS

O maior problema está concentrado nas carências edilícias:

**coberturas ou pisos inadequados, falta de banheiros, entre outros.**



### % de habitações inadequadas (2019)

- Até 25%
- Entre 25% e 40%
- Entre 40% e 50%
- Acima de 50%

\*Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil, da Fundação João Pinheiro 2020

## 60% DESSAS MORADIAS SÃO CHEFIADAS POR MULHERES





# CAPÍTULO 02





# SICCAU



## 2. ATUALIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO SICCAU

### Você conhece o projeto de modernização do SICCAU?

O CAU Brasil elegeu as melhorias no SICCAU como “prioridade zero” para a gestão 2021-2023. Os resultados dos esforços de modernização da base tecnológica que serve a arquitetos(as) e urbanistas já estão aparecendo. Em 2023, o número de reclamações quanto ao funcionamento do sistema caiu 87% em comparação com o ano anterior. Objetivo é oferecer aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo serviços modernos e compatíveis com as demandas do mundo contemporâneo!

Esses números também destacam o sucesso da política de inserção profissional, com a implementação dos novos descontos da anuidade do CAU: descontos para licença-parentalidade (mães e pais que tiveram filhos em 2022) e para beneficiários de ações afirmativas na faculdade (programas de cotas, crédito estudantil ou bolsas de estudo). Milhares de arquitetos(as) e urbanistas puderam solicitar o desconto por meio do SICCAU, sem nenhuma intercorrência significativa.

“Fizemos um projeto de modernização e atualização do sistema com um grupo bastante qualificado e temos clareza do que é necessário fazer”, afirma a presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh. “Precisamos investir mais para deixar o SICCAU da melhor maneira possível”.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do CAU, que gerencia os serviços comuns aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo de todos estados brasileiros, contratou uma série de novos serviços para sanar os problemas de desempenho causados por tecnologias obsoletas.

Novos investimentos estão focados em três serviços de tecnologia que vão melhorar o desempenho do sistema, ajudar na detecção de problemas e fornecer mais informações aos(as) conselheiros(as) sobre os próximos passos a serem tomados.

Foram licitados os seguintes serviços:

- Software de monitoramento do sistema, para identificação mais rápida de vulnerabilidades
- Sistema de Business Intelligence (BI), para produção de relatórios e pesquisas
- Capacitação e treinamento da equipe do SICCAU

## MONITORAMENTO

Uma nova ferramenta de monitoramento do SICCAU permite o acompanhamento da performance do sistema em tempo real. Também contratamos um analista de dados na equipe do CSC e começamos os a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos do CAU.

Com isso, o SICCAU se livrou de intercorrências comuns no passado. Uma nova plataforma de “nuvem” mais moderna torna o sistema mais seguro e com mais possibilidades de crescimento.

## NOVA INTERFACE

Começou também o projeto SICCAU mais amigável! Usamos métodos de Design Thinking e User Experience (UX) para entregar uma série de novas interfaces e telas que arquitetos(as) e urbanistas utilizam no dia a dia para emitir RRT, certidões e outros documentos.

Novo design integrado foi feito levando em conta as necessidades e preferências dos(das) profissionais da área, tornando a interface mais intuitiva e familiar, com novas cores e tipografia. Realizamos uma extensa pesquisa, incluindo uma pesquisa de mercado e feedback do usuário, para identificar áreas de melhoria.

Para projetar a nova interface do Módulo da RRT, criamos quatro personas baseadas em dados reais, representando diferentes perfis de arquitetos(as) e urbanistas. Essas personas nos ajudaram a entender melhor as necessidades dos(as) usuários(as).

O blueprint de serviços e a árvore de oportunidades nos ajudaram a identificar os processos e interações que envolvem o serviço RRT. Etapas desnecessárias foram eliminadas, proporcionando um fluxo de trabalho mais rápido e direto.



# MAIS SEGURANÇA E CONFORTO PARA ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS



Novos investimentos no SICCAU garantiram mais segurança e conforto para arquitetos(as) e urbanistas. Formado por profissionais da área, o CAU sabe que esses problemas podem causar transtornos e dificuldades no trabalho diário.

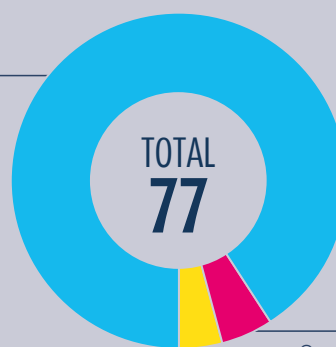
Melhorias na qualidade dos testes, no ambiente computacional e no banco de dados proporcionaram uma experiência mais fluida no SICCAU e diminuiram a quantidade de reclamações.

## RESULTADOS DA FORÇA-TAREFA DO RRT

Cobertura ou piso inadequado, falta de banheiro, etc

70

Correções finalizadas



3

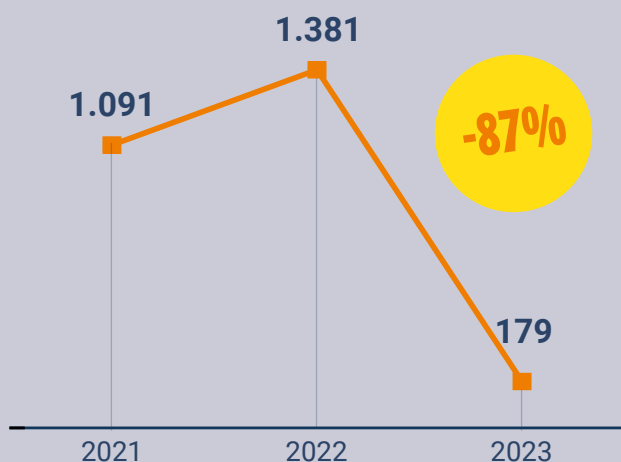
Correções em andamento

4

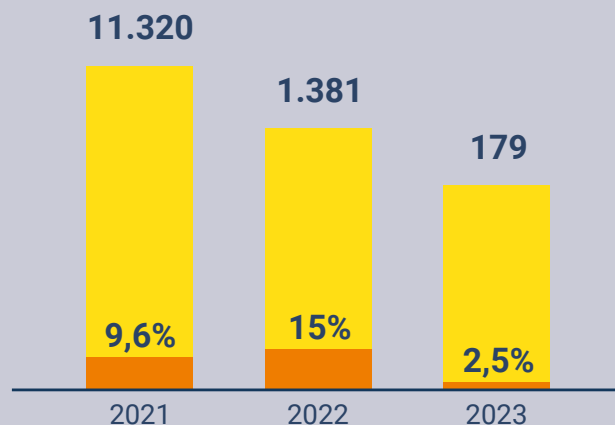
Correções em teste

## RECLAMAÇÕES DO SICCAU

em janeiro de cada ano



## ATENDIMENTO vs RECLAMAÇÕES





## NOVAS REGRAS DE FISCALIZAÇÃO

Na Fiscalização, começam a valer agora as novas regras aprovadas pela Resolução CAU/BR N° 198. Desenvolvemos um novo módulo de fiscalização no SICCAU, com apoio de um grupo de gerentes, coordenadores e agentes de fiscalização dos CAU/UF. Eles ajudaram a desenhar e testar as funcionalidades, desde o layout até os passos do processo. Foi a primeira colaboração do CAU Brasil com os CAU/UF no desenvolvimento de um sistema.

A Fábrica de Software do SICCAU vai promover oficinas e entrevistas com arquitetos(as) e urbanistas, conselheiros(as) federais e estaduais, além de servidores dos CAU/UF que fazem o atendimento diário aos profissionais.

Serão debatidos temas como Arquitetura da informação, experiência do usuário e interface gráfica. Tudo para que possa emitir documentos e tirar dúvidas com mais facilidade e em menos tempo.

## MAIS FACILIDADES DE PAGAMENTO

O módulo Financeiro/Anuidades também ganhou uma nova interface mais intuitiva. Ele conta com simuladores de parcelamentos e dívidas, além de permitir pagamentos via PIX e boleto. Todo o módulo de Anuidade foi refeito. Sua obsolescência vinha causando os problemas de instabilidade e lentidão do SICCAU. Neste trabalho, também foram incorporados novos descontos para arquitetos(as) e urbanistas previstos na Resolução CAU/BR N° 211, como incentivo à formação continuada e licenças para profissionais com filhos recém-nascidos.

Com o pagamento via pix, profissionais de todo o país podem emitir e validar seus Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) em até duas horas. Agora, todos os boletos emitidos pelo SICCAU

trazem um QRCode para pagamento instantâneo via PIX. Pagamentos feitos com este recurso específico são compensados de imediato, liberando a versão final do RRT no SICCAU, com o número de série.

Mesmo prazo vale para outros documentos e certidões que não necessitam de análise prévia pelos CAU/UF. Com o pagamento por PIX, o CAU Brasil concluiu mais uma etapa na modernização das formas de cobrança e melhores condições para a Anuidade.

Profissionais de Arquitetura e Urbanismo de todo Brasil também já podem pagar qualquer de seus boletos emitidos no SICCAU por meio de cartão de crédito em até 12 vezes. Com a lista de empresas credenciadas, profissionais podem avaliar a melhor condição de parcelamento para o seu caso específico, com prazos e juros mensais detalhados. Com o boleto do SICCAU, é possível simular as condições de parcelamento e escolher a melhor opção de acordo com o planejamento financeiro de cada um.

## O SEI É UMA REALIDADE NO CAU

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos cedido gratuitamente à administração pública, dispensando a compra/adoção de ferramentas caras de mercado. Com sua adoção, o CAU se junta a mais de 400 órgãos da administração pública aderindo ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) e adequando-se à legislação vigente quanto à tramitação de processos eletrônicos.

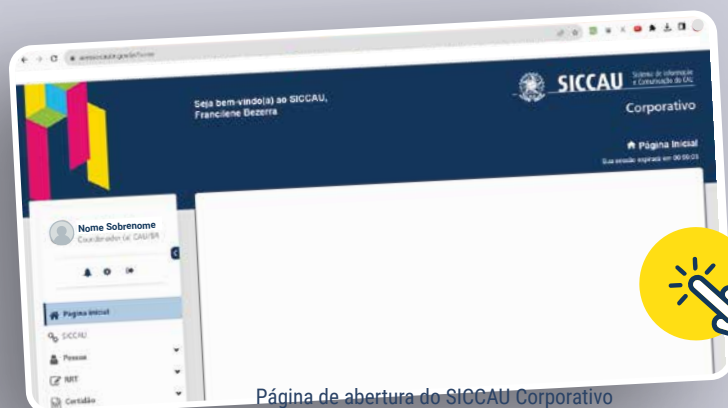
O SEI chegou ao CAU ainda em 2022 e chega ao final de 2023 implantado em 23 estados, Distrito Federal e CAU Brasil. Até fevereiro de 2024 alcançaremos os três estados remanescentes com o sistema fluente em suas atividades principais.

O sistema funciona em diferentes componentes como computadores, tablets e celulares, com

# CONFIRA AS NOVIDADES NO SICCAU

## NOVA INTERFACE DO RRT

Sistema mais eficiente e amigável, reduzindo o tempo para emissão de documentos



## NOVAS REGRAS DE FISCALIZAÇÃO

Implementação da Resolução CAU/BR Nº 198, que moderniza os processos de fiscalização dos CAU/UF

## MAIS DESCONTOS NA ANUIDADE

Novo módulo introduziu benefícios para arquitetos(as) e urbanistas com filhos(as), que se formaram por meio de programas sociais e que buscam formação continuada



ANUIDADE 2023

## MAIS DESCONTOS PARA ARQUITETOS E ARQUITETAS

Veja se você tem direito!

- Políticas Afirmativas de Educação
- Licença-Maternidade
- Licença-Paternidade



## PAGAMENTO POR CARTÃO DE CRÉDITO E PIX

CAU passou a adotar formas contemporâneas de pagamento, reduzindo custos e prazos

## ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Contratação de nova estrutura de nuvem, sistema de monitoramento de desempenho e capacitação das equipes

## MENOS RECLAMAÇÕES

Queda de 87% nas reclamações via Central de Atendimento



assinatura digital simples baseada em login e senha dispensando o uso de tokens. A funcionalidade de tramitação em múltiplas unidades agiliza os processos administrativos com boa navegabilidade e interface amigável.

Chegamos ao final da gestão com uma entrega de peso, abrangente e democrática de forma que o empenho dos CAU/UF tenha sido proporcional ao sucesso do projeto. O SEI cresce de forma colaborativa e a participação de todos foi fundamental para a implantação. De agora em diante vamos trabalhar na atualização das versões e implantação de novos módulos a serem lançados em 2024.

## PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência e Prestação de Contas do CAU Brasil foi premiado durante a 7ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. O site que permite aos arquitetos (as) e urbanistas e à sociedade o acompanhamento de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira mereceu o prêmio de melhores práticas na categoria “Portal da Transparência e Dados Abertos”.

Da mesma forma que o Portal, o site do CAU Brasil foi renovado em 2023. Com a reestruturação, ambas as plataformas passaram a ter nova identidade visual e oferecer novos recursos, acessibilidade a pessoas com deficiência visual e adaptação a qualquer tamanho de tela, incluindo desktops, notebooks, smartphones e tablets.







# CAPÍTULO 03





# FISCALIZAÇÃO



## 3. NOVAS FORMAS DE FISCALIZAÇÃO

### O CAU Brasil e os CAU/UF se uniram para oferecer uma fiscalização mais moderna e mais eficiente

Entrou em vigor em março de 2023 a Resolução CAU/BR Nº 198/2020, que orienta a atividade de fiscalização no sistema CAU. A norma substitui a Resolução 22, vigente desde 2012, e adapta os procedimentos e situações passíveis de sanção às necessidades atuais e diferentes realidades dos (das) profissionais da Arquitetura e Urbanismo.

As novas regras foram definidas após debates realizados em seis oficinas regionais que contaram com a participação dos CAU/UF dos 27 estados. Um grupo de trabalho proposto pela Comissão de Exercício Profissional (CEP-CAU Brasil) vem aperfeiçoando a implantação do novo módulo de fiscalização do CAU. Fizeram parte do grupo agentes de fiscalização de diferentes estados, equipe técnica do Centro de Serviços Compartilhados, Secretaria Geral da Mesa e Assessoria Jurídica do CAU Brasil.

A nova resolução reforça o caráter informativo da atuação da fiscalização do exercício profissional visando coibir infrações. A partir dela, as ações realizadas com finalidade fiscalizatória se dividem em educativas, preventivas, corretivas e, por fim, punitivas.

Um novo procedimento estabelecido pela resolução também acolhe a Lei 11.888/2008, que prevê a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). Se a equipe de fiscalização constatar autoconstrução em moradia de família de baixa renda, haverá notificação dos órgãos competentes para que viabilizem o serviço de assistência técnica, como determina a lei da ATHIS.

Não será aplicada a penalidade de multa ao atuado.



# O QUE ESPERAR DA NOVA FISCALIZAÇÃO DO CAU BRASIL



- ⚠️ **Ações educativas** para instruir formação de Arquitetura e Urbanismo e a sociedade
- ⚠️ **Ações preventivas** para orientar os (as) arquitetos (as) e urbanistas e evitar infrações
- ⚠️ **Ações corretivas**, com oportunidade para regularização de situações infracionais
- ⚠️ **Ações punitivas** em caso não haja possibilidade de regularização.

## NOVAS REGRAS DE FISCALIZAÇÃO JÁ ESTÃO VALENDO!

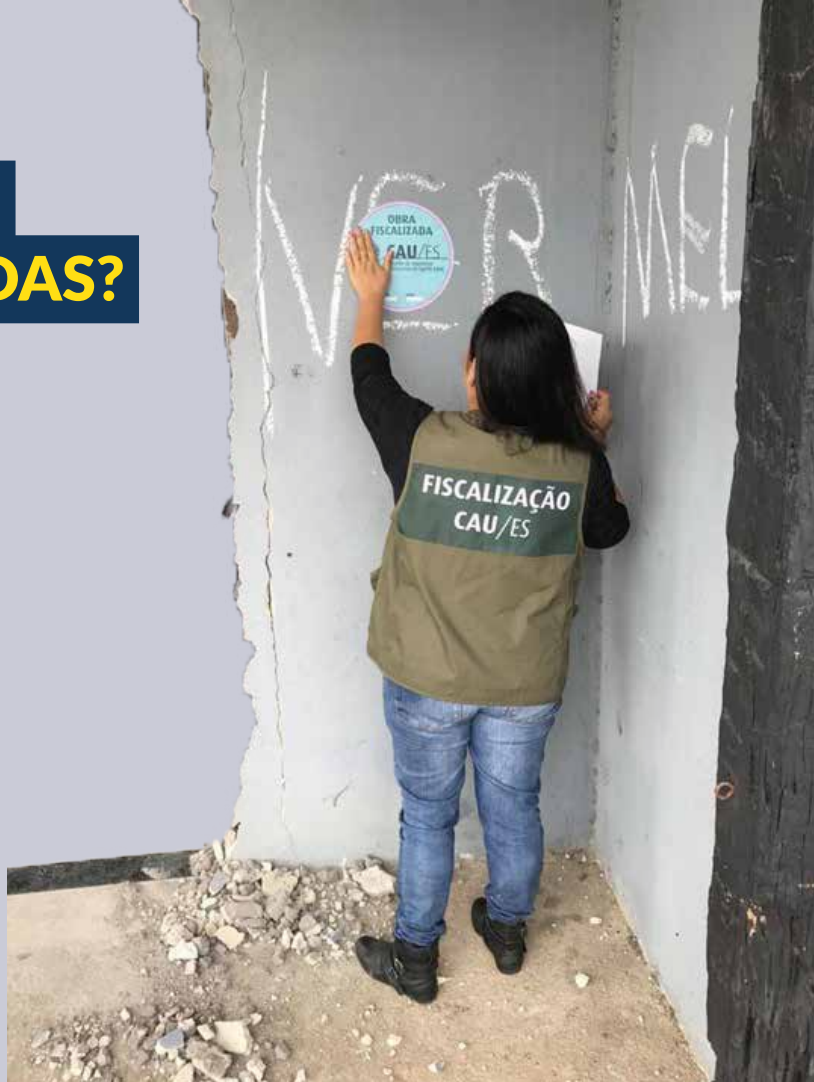
CONFIRA AS PRINCIPAIS:

- ✔️ Novo módulo **100% automatizado**
- ✔️ **Plataforma digital** para todos os procedimentos
- ✔️ **Ficha de Obra** do(a) Fiscal
- ✔️ Tabela de **Dosimetria das Infrações**
- ✔️ Sistema de **consulta para o(a) atuado(a)**
- ✔️ **Mais possibilidades** de regularização
- ✔️ Criação do(a) **auxiliar de fiscalização**



# QUAIS INFRAÇÕES SERÃO FISCALIZADAS?

- 🔍 **Exercício ilegal da profissão** de arquiteto(a) e urbanista
- 🔍 **Exercício irregular da profissão** de arquiteto(a) e urbanista
- 🔍 **Ausência de responsável técnico** para a atividade
- 🔍 **Ausência de responsável técnico registrado**
- 🔍 **Obstrução de atos da Fiscalização** do CAU



- 🔍 **Sonegação de informação** que impeça a Fiscalização do CAU
- 🔍 **Utilização irregular** dos termos “Arquitetura” ou “Urbanismo”
- 🔍 Ausência ou utilização irregular de placa
- 🔍 **Publicidade em desacordo** com o registro da atividade
- 🔍 **Omissão de responsável técnico** em publicação
- 🔍 RRT registrado em desacordo
- 🔍 **Ausência de RRT**



# POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

O Plano Nacional de Fiscalização está sendo elaborado como complemento à Resolução CAU/BR Nº 198. Haverá o monitoramento e coordenação das ações de fiscalização a nível nacional, para apoiar os CAU/UF na instrução processual, pesquisa de informações e cumprimento dos normativos. Para compor o plano nacional, a Comissão Temporária de Fiscalização analisou 17 planos estaduais de fiscalização enviados pelos CAU/UF.

Diretrizes nacionais devem incluir manuais de fiscalização e os chamados “Procedimentos Operacionais Padrão” (POP). Podem ser criados POPs para atuação em editais de licitação, em feiras e eventos, em redes sociais e assim por diante.

Existe ainda o Mapa Estratégico de Fiscalização, que define objetivos estratégicos, ações prioritárias e metas a serem alcançadas; e também aborda questões relacionadas a recursos humanos, infraestrutura física, ferramentas tecnológicas e custos financeiros.

Os principais objetivos do Mapa Estratégico de Fiscalização são os seguintes:

- Parcerias institucionais para ampliar a abrangência e efetividade da fiscalização, com troca de informações sobre RRT, alvarás e licenças
- Conscientização da sociedade e instituições sobre o papel do(a) arquiteto(a) e urbanista e do CAU por meio de campanhas educativas
- Ações junto ao Ministério da Educação e Instituições de Ensino Superior para a melhoria da formação profissional
- Capacitação contínua das equipes e conselheiros (as)
- Monitoramento dos índices de efetividade da fiscalização
- Criar um Fundo de Desenvolvimento para garantir fontes de financiamento estáveis e sustentáveis para a fiscalização

O Plano de Fiscalização é uma ferramenta exigida por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, para aferir os resultados do serviço de fiscalização que é a atividade-fim do CAU. A partir das diretrizes estabelecidas pelo documento, os CAU/UF poderão delinear planos locais alinhados com a sua realidade.



III Encontro Nacional da Comissão de Exercício Profissional



# FISCALIZAÇÃO É PRIORIDADE ESTRATÉGICA



II Encontro Nacional das Comissões de Exercício Profissional abordou a fiscalização e as atribuições profissionais. Evento aconteceu em formato híbrido (on-line e presencial)



III Encontro Nacional da Comissão de Exercício Profissional



II Encontro Temático da Comissão de Exercício Profissional do CAU Brasil, em Natal (RN), apresentou os objetivos do Mapa Estratégico da Fiscalização





## MAPA ESTRATÉGICO

A construção do Mapa Estratégico começou com uma primeira oficina realizada durante o II Encontro Nacional da Comissão de Exercício Profissional do CAU Brasil (CEP-CAU Brasil), em Natal (RN). Participaram mais de 80 conselheiros(as) e fiscais ligados à fiscalização nos 27 CAU/UF.

Neste encontro, conselheiros(as), gerentes de fiscalização e fiscais de campo elaboraram uma Matriz SWOT: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à fiscalização. Com base nessa matriz foi desenvolvida a primeira versão do Mapa Estratégico da Fiscalização, bem como um portfólio de projetos e entregas alinhado aos objetivos estratégicos definidos.

### Os principais objetivos são:

- Parcerias institucionais para ampliar a abrangência e efetividade da fiscalização, com troca de informações sobre RRT, alvarás e licenças
- Conscientização da sociedade e instituições sobre o papel do(da) arquiteto(a) e urbanista e do CAU por meio de campanhas educativas
- Ações junto ao Ministério da Educação e Instituições de Ensino Superior para a melhoria da formação profissional
- Capacitação contínua das equipes e conselheiros(as)

- Monitoramento dos índices de efetividade da fiscalização
- Criar um Fundo de Desenvolvimento para garantir fontes de financiamento estáveis e sustentáveis para a fiscalização

“Vamos construir o plano com as CEP dos CAU/UF para que ele seja participativo, coletivo, e possa abranger a contribuição de todos. Queremos definir diretrizes-macro para que cada estado possa aplicar as regras dentro da sua realidade”, afirma a coordenadora da Comissão de Exercício Profissional do CAU Brasil, Patrícia Macedo.

### Mais fiscalização nos CAU/UF

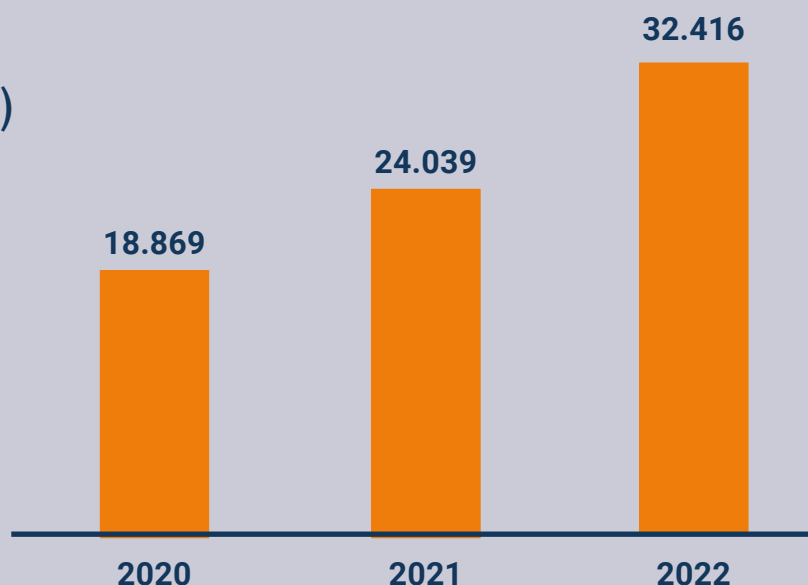
Relatórios de fiscalização, extraídos do SICCAU, indicam o desempenho efetivo dos CAU/UF na fiscalização. Em 2022, foram emitidos 32.416 relatórios, representando um aumento de 35% frente ao realizado em 2021 (24.039), ano em que apresentou um aumento de 27% quando comparado com a quantidade realizada em 2020 (18.869).

Na pandemia global, as equipes técnicas que se dedicam a assegurar o exercício legal da Arquitetura e Urbanismo aprimoraram procedimentos e sistemas alternativos para colaborar com o exercício legal da profissão e garantir a participação dos(das) arquitetos(as) e urbanistas em obras e serviços públicos.

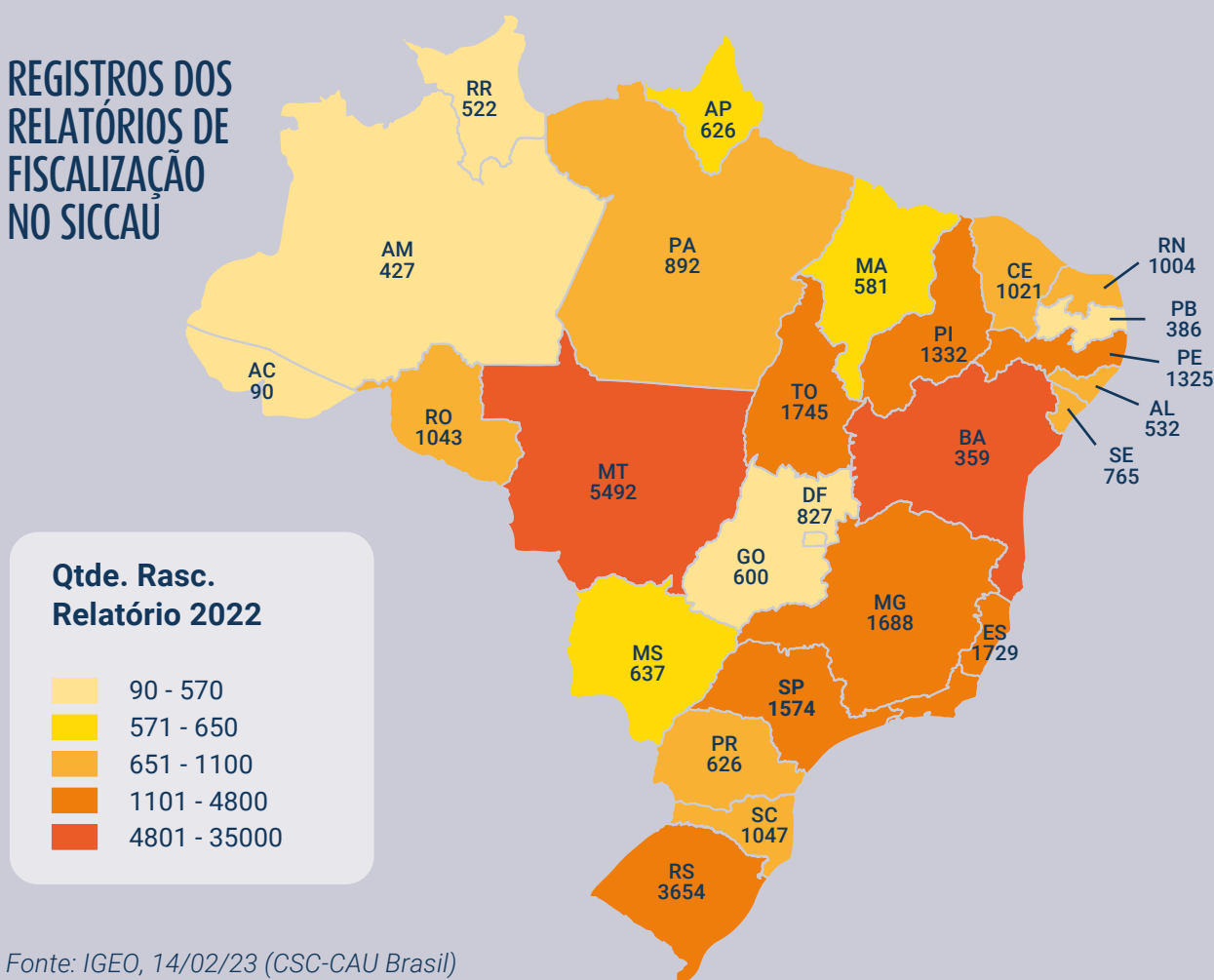
# FISCALIZAÇÃO DOS CAU/UF CRESCCE 35% EM UM ANO

QUANTIDADES DE  
RELATÓRIOS DE  
FISCALIZAÇÃO (SICCAU)

Fonte: IGEO, 14/02/23  
(CSC-CAU Brasil)



REGISTROS DOS  
RELATÓRIOS DE  
FISCALIZAÇÃO  
NO SICCAU



Fonte: IGEO, 14/02/23 (CSC-CAU Brasil)



# CAPÍTULO 04



# VALORIZAÇÃO



## 4. CAMPANHAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

### **Campanhas do CAU Brasil promoveram a conscientização da sociedade**

O CAU Brasil tem exercido sua função social e propagado suas atividades por meio de campanhas de conscientização sobre a importância do profissional de Arquitetura e Urbanismo para a sociedade. Desmistificar o estereótipo de que serviços de arquitetos(as) são caros e restritos à população de maior renda; mostrar que Arquitetura e Urbanismo são questões de saúde pública; e promover a Lei de ATHIS foram os principais focos das ações de comunicação do CAU Brasil.

Efetividade das campanhas nacionais veiculadas pelo CAU Brasil foi comprovada pela Pesquisa CAU Brasil/DataFolha 2023. População brasileira compreende cada vez mais quais são as atribuições da profissão. Na comparação com a pesquisa de 2015, neste ano verificou-se que muito mais pessoas reconhecem a grande diversidade de serviços que podem ser prestados por arquitetos(as) e urbanistas.

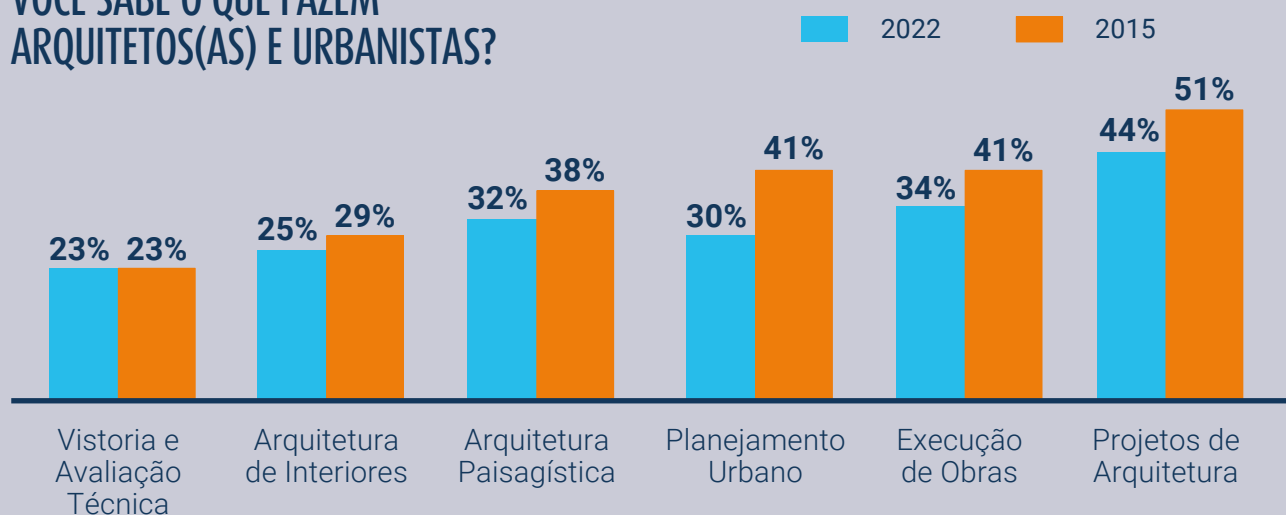
Maioria dos entrevistados sabe que profissionais de Arquitetura e Urbanismo fazem projetos arquitetônicos. Mais de 40% atribuem a esses profissionais a responsabilidade de gerenciamento e execução de obras, organização de espaços públicos e da mobilidade urbana.

Confiança e credibilidade da profissão foi confirmada por 69% dos entrevistados, que deram notas de 8 a 10 para a atuação dos(das) profissionais do setor. Esse índice é 15% maior do que o verificado em 2015.

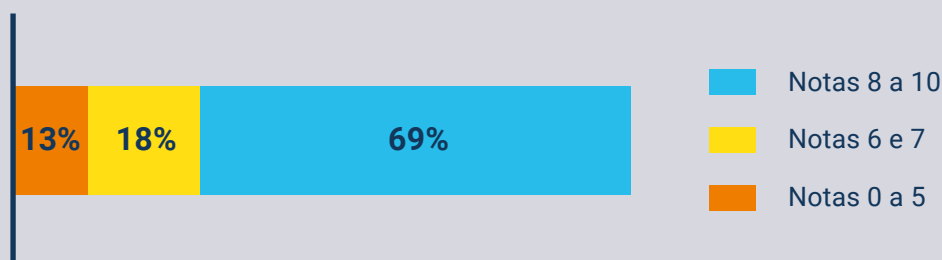
Mais de 16% da população declarou lembrar das peças de propaganda do CAU. Desses, 90% gostaram do conteúdo divulgado.

# CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO AJUDARAM NO CRESCIMENTO DA ARQUITETURA E URBANISMO

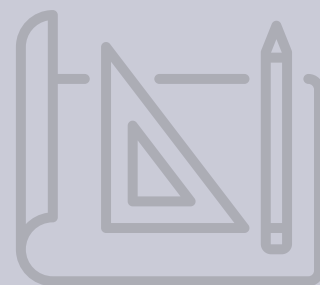
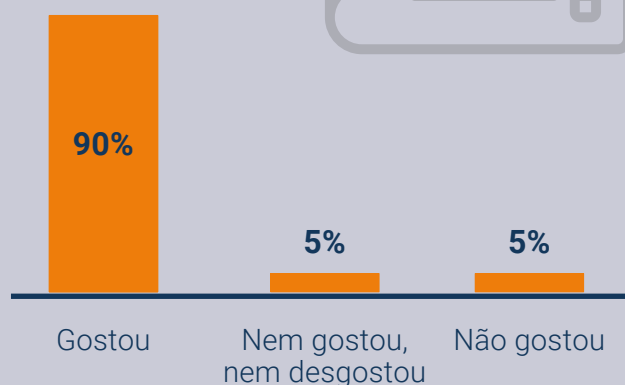
VOCÊ SABE O QUE FAZEM ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS?



CONFIANÇA E CREDIBILIDADE DE ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS



VOCÊ JÁ VIU ALGUMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO CAU?





# VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO

“Arquitetos e urbanistas criam espaços para você viver melhor” foi o tema da campanha comemorativa do Dia Nacional do(a) Arquiteto(a) e Urbanista de 2021. São destaques entre as peças vídeos para TV e redes sociais, “reels” para Instagram e anúncios para jornais e revistas.

O CAU Brasil homenageou na ocasião três grandes arquitetos brasileiros falecidos naquele ano: Paulo Mendes da Rocha, Jaime Lerner e Ruy Ohtake. Além de trabalhos assinados por eles, as peças de propaganda mostraram projetos de escritórios e jovens profissionais autônomos.

No Dia Nacional do(a) Arquiteto(a) e Urbanista 2022, a campanha teve como tema “Para cada história, um arquiteto ou uma arquiteta”. Foram contadas histórias de duas arquitetas de interiores; uma arquiteta cadeirante que fez projeto para um casal igualmente cadeirante; e de uma arquiteta cujo trabalho na comunidade em que nasceu, e onde segue vivendo, já ganhou fama internacional.

Divulgação aconteceu nas redes sociais, em sites especializados e redes nacionais de rádios. Outros materiais como anúncios para jornais, revistas, outdoors e busdoor foram disponibilizados para os CAU/UF.

Foi criado ainda o podcast “Arquitetar” que aborda temas como: Sustentabilidade, Vulnerabilidade, Cidades Inclusivas, Acessibilidade, Conectividade, Habitação Social, Desenho e tecnologia, e Memória e futuro.

No segundo semestre de 2023 uma nova etapa da campanha “Mais Arquitetos” foi focada na importância do trabalho de arquitetos(as) e urbanistas para reformas de casas e outras edificações. Lastreada em histórias reais de boas práticas, a campanha foi difundida em diferentes plataformas diferentes e também em painéis dos aeroportos de Porto Alegre (RS), Congonhas (SP), Santos Dumont (RJ), Confins (BH), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Brasília (DF), por onde circulam mensalmente cerca de 6 milhões de passageiros. No total foram 317 telas, com cerca de dois milhões de inserções em um mês.

E a última campanha comemorativa do Dia Nacional do(a) Arquiteto(a) na gestão foi dedicada a contar histórias de vários profissionais, desde o início de carreira após a graduação até a aposentadoria.

Arquitetos e Urbanistas criam espaços para você viver melhor.

caubr.gov.br

REFORMA DE SOBRADO - São Paulo/SP  
Projeto de Marina Canhadas

MARCO PARK DA OSLA - Porto Alegre/RS  
Projeto: Jaime Lerner, Arquitetos Associados  
Consultoria: Rio Ramp Design e Spot Skateparks

MUSEU CASO DO SERTÃO LUZ GONZAGA  
Recife/PE - Projeto Brasil Arquitetura

Arquitetos e urbanistas projetam, constroem e reformam, sem desperdício de materiais e tempo. Com técnica e conhecimento, criam espaços adequados, com qualidade, segurança e conforto para todo tipo de atividade humana.

Se você vai reformar ou construir, valorize seu espaço com economia de tempo e dinheiro. Contrate um arquiteto ou urbanista.

Seu profissionais com responsabilidade técnica, social e ambiental. E além de tudo, o trabalho do arquiteto e urbanista valoriza seu projeto, humaniza e melhora a sua cidade.

Se você vai reformar ou construir, valorize seu espaço com economia de tempo e dinheiro. Contrate um arquiteto ou urbanista.

15 de Dezembro  
Dia do Arquiteto e Urbanista

CAU/BRASIL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Campanha Dia do Arquiteto 2021

Para cada HISTÓRIA, um arquiteto ou uma arquiteta.

ACRUM/ARQUITETOCAU/UF/BRASIL

CAU  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Campanha Dia do Arquiteto 2022

Para cada HISTÓRIA, um arquiteto ou uma arquiteta.

ACRUM/ARQUITETOCAU/UF/BRASIL

CAU  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Campanha Dia do Arquiteto 2022





# CRESCIMENTO NAS REDES SOCIAIS

Números de audiência das redes sociais do CAU Brasil na gestão 2021/2023 comprovam a **expansão cada vez maior do nosso alcance junto à população**

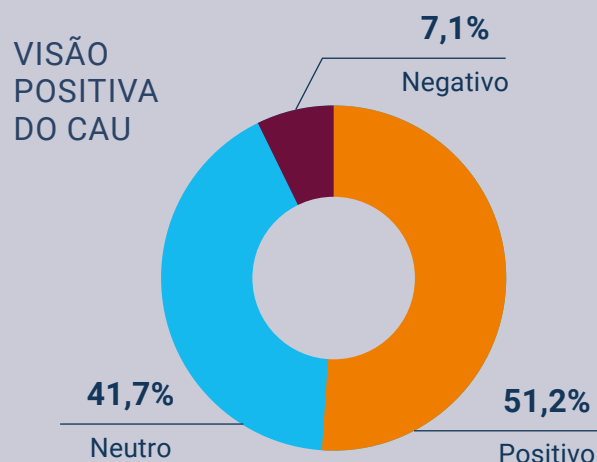
De janeiro de 2021 a outubro de 2023:

**53 milhões de visualizações** no Instagram e Facebook

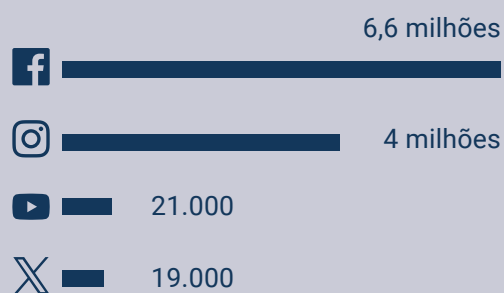
**504 mil seguidores** nas redes sociais (Instagram, Facebook, X (antigo Twitter), Threads e YouTube)

**3,8 MILHÕES DE ACESSOS** ao site do CAU

**136 MILHÕES DE IMPACTOS** via e-mail marketing (clippings)



## AUDIÊNCIA



\* últimos 90 dias

## CAMPANHA MICROEMPREENDEDOR PROFISSIONAL

O CAU Brasil buscou a valorização e a desprecarização do exercício profissional por diversos meios. Uma das prioridades foi o projeto de lei do Microempreendedor Profissional (MEP). Com o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU) e em parceria com a deputada federal Erika Kokay, apresentou-se ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 55/2022, que cria mais essa natureza jurídica simplificada, para atender profissões regulamentadas.

O MEP promete revitalizar o mercado para arquitetos(as) e urbanistas, engenheiros(as) e vários

outros profissionais liberais. Com ele, profissionais ganham a oportunidade de se tornar uma pessoa jurídica, com até dois empregados, e prestar serviços de forma legal e não precarizada.

Ao mesmo tempo em que o profissional conseguirá acesso ao mercado formal e à seguridade social, o governo vai aumentar a sua arrecadação global, com mais profissionais pagando impostos.

Para espalhar essa ideia, o CAU Brasil lançou em 2023 uma campanha institucional em defesa do Microempreendedor Profissional. Com postagens impulsionadas nas redes sociais, a campanha contou com quatro painéis no aeroporto de Brasília; spots na Rádio CBN, um hot site explicativo sobre o MEP, e 2.000 folhetos distribuídos no Congresso Nacional.





# PROJETO DE LEI DO MICROEMPREENDEDOR PROFISSIONAL (MEP)

PREVÊ REGIME TRIBUTÁRIO PRÓPRIO PARA OS (AS) PROFISSIONAIS LIBERAIS

Medida procura dar condições de abertura e manutenção das empresas especialmente para profissionais em início de carreira. Mais arquitetos(as) e urbanistas poderão formalizar suas atividades, o que trará benefícios como a possibilidade de participação de licitações públicas.



Lançamento do projeto do MEP na Câmara dos Deputados



**CAU**  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo

O Projeto de Lei que vai mudar a sua carreira: conheça os benefícios do Microempreendedor Profissional (MEP).

Conheça o projeto de lei ganha-ganha que pode reinventar o mercado e tirar arquitetos(as) e urbanistas, engenheiros(as) e outros profissionais liberais da informalidade.

**MEP BOM PARA OS PROFISSIONAIS**

Você já ouviu falar do Projeto de Lei do Microempreendedor Profissional (PL 55/2022)? Saiba que com sua aprovação pelo Congresso será possível:

- Profissionais liberais se tornarem Pessoas Jurídicas (como as das empresas);
- Profissionais em início de carreira prestarem serviços de forma legal e não precarizada;
- Todos terem acesso a segurança, financiamento e participarem de licitações.

**MEP - PLP 55/2022 BOM PARA O BRASIL**

Sabe mais em [www.palibr.gov.br/mep](http://www.palibr.gov.br/mep)

**CAU**  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo

**MEP BOM PARA TODOS**

O regime do Microempreendedor Profissional (MEP) possibilitará benefícios para os profissionais, para o governo e para a sociedade pois:

- Atividades profissionais serão gerenciadas de forma mais simples e menos burocrática;
- Mais trabalho formal e mais recursos para políticas públicas não geram mais desenvolvimento do Brasil.

**MICRO EMPREENDEDOR PROFISSIONAL (MEP)**

CONHEÇA O PROJETO DE LEI GANHA-GANHA QUE PODE REINVENTAR O MERCADO E TIRAR ARQUITETOS, ARQUITETAS E OUTROS PROFISSIONAIS DA INFORMALIDADE.

**CAU**  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo



## GUIA ÉTICO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Para valorizar a Arquitetura e Urbanismo, é preciso também promover o exercício ético da profissão de arquiteto(a) e urbanista. Para ajudar profissionais, estudantes e professores da área a usufruir todos os benefícios e alcance das novas tecnologias, com respeito aos colegas e aos clientes, o CAU Brasil elaborou o Guia Ético dos Arquitetos e Urbanistas nas Mídias Sociais.

São orientações e boas práticas para divulgação de trabalhos (profissionais e acadêmicos), oferta de serviços e vendas de cursos, entre outros temas. As orientações atendem às condutas previstas no Código de Ética e Disciplina do CAU Brasil, separam as orientações por área de atuação descrevem em cada item a base legal que trata das condutas indevidas.

### Os principais temas tratados no Guia são:

- Indicação de Responsabilidade Técnica
- Direitos Autorais de arquitetos(as) e urbanistas
- Proteção de Dados Pessoais
- Direito do Consumidor

Material foi divulgado por meio de redes sociais, cartilhas impressas distribuídas em eventos do CAU e um hot site. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo agora têm referências claras e objetivas para a prática profissional do ponto de vista ético e moral.

## CADERNO DE LICENCIAMENTO EDILÍCIO E URBANÍSTICO

O CAU Brasil também publicou o “Caderno Orientativo para Licenciamento Edilício e Urbanístico”. A publicação é uma proposta para o Licenciamento Digital Responsável e se estrutura em quatro capítulos, um caderno complementar com legislações urbanísticas e um glossário dos principais termos utilizados.

Objetivo é trazer sugestões para que as prefeituras de todo o país possam refletir sobre as suas práticas de licenciamento, criando uma padronização de questões gerais e ao mesmo tempo considerando as diferentes realidades municipais.

Esse trabalho traz elementos para a continuidade de uma interlocução junto ao poder executivo, tanto na esfera federal, estadual, municipal e para uma nova perspectiva de trabalho para os (as) profissionais de Arquitetura e Urbanismo, garantindo rapidez na aprovação, simplificação de procedimentos e, ainda, qualidade urbana e ambiental das cidades brasileiras.

São possibilidades de adequação e simplificação dos procedimentos de aprovação e de licenciamentos urbanísticos.





# ORIENTAÇÕES PARA MELHORAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS CIDADES

Criação e divulgação do **Guia Ético de Mídias Sociais do Arquiteto de Urbanista e do Caderno de Licenciamento Edifício e Urbanístico** propõem um melhor uso das tecnologias digitais



## POR QUE SIMPLIFICAR O LICENCIAMENTO EDIFÍCIO E URBANÍSTICO?



O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) atua para promover a qualidade de vidas nas cidades e o desenvolvimento urbano sustentável. O Licenciamento Edifício e Urbanístico é fundamental para garantir a segurança e a qualidade das construções e reformas, além do cumprimento das leis e normas vigentes em toda a cadeia de acontecimentos da construção do edifício.

Porém, sabemos que muitas vezes esse processo pode ser complexo e burocrático, levando a atrasos e problemas para gestores, profissionais, empreendedores e a população. Por isso, apresentamos aqui as nossas propostas para colaborar na melhoria da qualidade de vida urbana, no crescimento econômico, simplificando os processos com segurança e responsabilidade.

Convidamos o Poder Público e os profissionais de Arquitetura e Urbanismo a conhecer essas ideias e dialogar conosco sobre como podemos trabalhar juntos para modernizar e melhorar o Licenciamento Edifício e Urbanístico nas nossas cidades.

Contem conosco!

## ARQUITETOS E URBANISTAS SÃO PARCEIROS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES MAIS SAUDÁVEIS E SEGURAS

### QUER SABER MAIS?

Conheça o Caderno Orientativo para Licenciamento Edifício e Urbanístico do CAU Brasil



Aponte sua camera para baixar

[www.caubr.gov.br](http://www.caubr.gov.br)



## LICENCIAMENTO RESPONSÁVEL E DIGITAL

### PROPOSTA DO CAU BRASIL PARA O PODER PÚBLICO









## CONSULTA TABELA DE HONORÁRIOS

O CAU Brasil e o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU) querem modernizar a Tabela de Honorários de Serviços de Arquitetura e Urbanismo e saber como profissionais da área calculam os preços dos serviços. A Primeira Pesquisa Nacional sobre o tema mirou arquitetos(as) e urbanistas, poder público, empresas e a sociedade em geral.

Questionário tratou, em uma primeira etapa, de projetos de Arquitetura, de Arquitetura de Interiores e execução de obra por administração. Mais de 1.000 arquitetos(as) responderam ao formulário divulgado entre os dias 2 de setembro e 2 de outubro.

Principal conclusão: 95,7% dos(as) arquitetos(as) e urbanistas consideram importante estabelecer um valor mínimo de honorários necessário ao cumprimento do escopo mínimo dos serviços prestados. Pedem ainda a incorporação do escopo mínimo na Tabela de Honorários e também no Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Existe ainda a demanda para que a Tabela de Honorários seja disponibilizada por meio de um aplicativo de smartphone (80% das respostas) e que ela possa gerar automaticamente uma proposta formal que possa ser entregue ao contratante no ato de negociação (78% das respostas).

## CONSULTA RESERVA TÉCNICA

No fim do ano passado, o CAU Brasil realizou uma ampla consulta pública sobre a prática da reserva técnica. Mais de 3.800 arquitetos(as) e urbanistas de todo os estados do país responderam à pesquisa sobre o recebimento e oferecimento de comissões por especificação ou indicação de produtos e serviços, assim como a difusão dessa prática e às suas características.

Segundo a pesquisa, 65% dos(as) profissionais entrevistados(as) já receberam ou ofereceram comissões por especificação ou indicação de produtos e serviços. Porém, existe uma divisão clara entre percepções positivas e negativas: 50% são a favor e 32% são contra.

Entre os (as) arquitetos(as) e urbanistas que recebem a reserva técnica, a comissão corresponde a até 10% do valor total da aquisição de bens ou serviços. Essa prática é mais comum nas compras de materiais de acabamento e materiais de iluminação.

Metade desses profissionais informaram expressaram que seus clientes tomam conhecimento da prática. Mais de 70% afirmam que o valor recebido não influenciou na composição final dos honorários, nem que o cliente pagou mais caro pelo produto ou serviço contratado.

# CONSULTAS PÚBLICAS DERAM VOZ A ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS

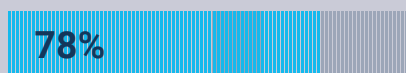
Pesquisas sobre Tabela de Honorários e reserva técnica aprofundaram debates sobre regulamentação desses temas pelo CAU Brasil. Conselheiros(as) federais buscaram ampliar o diálogo com a categoria e com a sociedade.



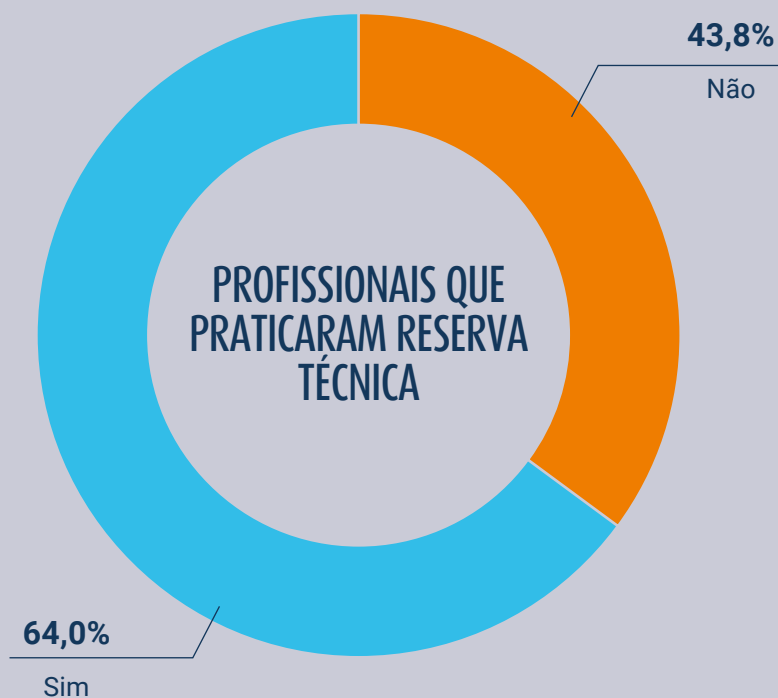
Considera **fundamental ou relevante** incorporação do escopo mínimo dos serviços na tabela



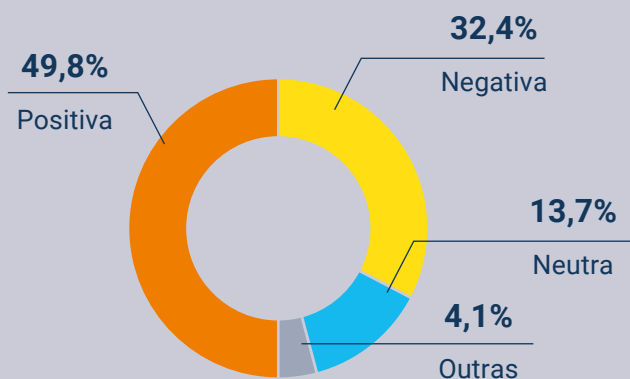
Considera importante que o escopo mínimo de um serviço esteja **incluído no RRT**



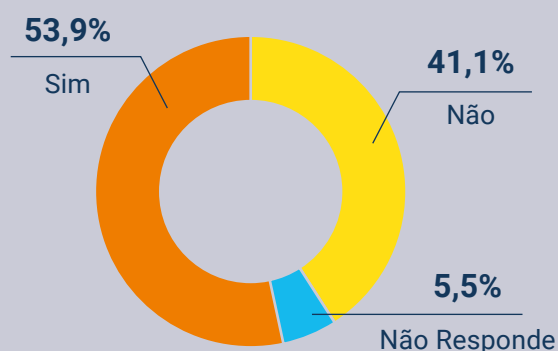
Considera muito interessante a funcionalidade de **gerar uma proposta formal** que possa ser entregue ao contratante no ato de negociação



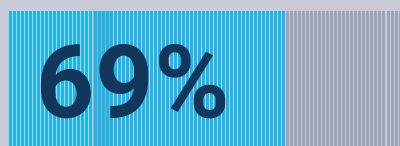
## PERCEPÇÃO SOBRE A PRÁTICA DE RESERVA TÉCNICA



## CONHECIMENTO POR PARTE DO CLIENTE



## OPINIÃO SOBRE OS DISPOSITIVOS DE ÉTICA E DISCIPLINA VINCULADO À RESERVA TÉCNICA



Considera que o CAU deve rever os dispositivos de Ética e Disciplina

# CARTA AOS CANDIDATOS

Conselheiros(as) do CAU Brasil e representantes das entidades nacionais de arquitetos(as) e urbanistas apresentaram aos(às) candidatos(as) das Eleições 2022 e à sociedade brasileira suas propostas para melhoria das cidades brasileiras. A Carta aos Candidatos 2022 reuniu 20 propostas para embasar políticas públicas capazes de impactar questões estruturais no território brasileiro e foi destinada a candidatos(as) aos cargos de presidente da República, governadores, deputados(as) federais e deputados(as) estaduais.

O documento é assinado pelas entidades que compõem o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU) do CAU Brasil: IAB, FNA, ABEA, AsBEA, ABAP e FeNEA. A elaboração da Carta contou ainda com a contribuição das presidências dos CAU/UF. Os quatro pilares da Carta são destacados logo no início do documento:

- O Brasil necessita de mais Arquitetura e Urbanismo
- Moradia digna é uma questão de saúde pública
- Direito à cidade é uma questão de justiça social
- Planejamento Urbano Integrado é segurança e qualidade de vida

Uma das sugestões é a implantação de um projeto nacional baseado na regionalização e na integração das políticas públicas. Outra é a estruturação das cidades a partir do planejamento territorial, da política habitacional e da mobilidade urbana com investimentos massivos especialmente nas periferias urbanas e assentamentos precarizados.

Pede-se ainda investimentos em políticas públicas de promoção da saúde, conjugadas com a implementação da ATHIS, da regularização fundiária e a requalificação das áreas urbanas informais. Outro item importante recomenda a promoção da valorização da atividade profissional do arquiteto(a) e urbanista, inclusive implementando-a como carreira de Estado.

Foi feita uma estratégia de divulgação da Carta aos Candidatos junto às lideranças partidárias e candidaturas. Campanha teve versões em formatos

impressos e virtual e recebeu contribuições de especialistas. Houve ainda uma chamada pública para acolher cases de boas práticas focadas nos eixos da Carta.

## MAIO DA ARQUITETURA

Mai de 2022 concentrou vários eventos promovidos por entidades brasileiras de Arquitetura e Urbanismo, em especial em São Paulo, mas de impacto nacional e mesmo internacional. Para dar maior visibilidade e integrar a divulgação desses eventos, as entidades criaram o slogan “Maio da Arquitetura”.

No dia 25, aconteceu o “Ato Público – Carta dos Arquitetos e Urbanistas aos Candidatos”, início de mobilização nacional para construção da “Agenda de Arquitetura e Urbanismo com a Sociedade”, a partir de debate da Carta aos (às) Candidatos (as) das Eleições 2022. Debates foram conduzidos pela jornalista Débora Freitas, apresentadora do CBN São Paulo.

O CAU Brasil realizou, na mesma semana, o I Encontro Nacional da Diversidade, onde ocorreu o lançamento da Carta pela Equidade e Diversidade, com propostas de ações afirmativas para aprofundar a equidade e diversidade dentro do sistema CAU.

Foram anunciados os(as) premiados(as) no I Concurso Nacional de Fotografia do CAU Brasil, apresentada a campanha “Mais Arquitetos”, lançada uma pesquisa sobre o uso do BIM e uma consulta pública sobre a Tabela de Honorários.

Promovida pelo IAB/SP, a 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo estimulou reflexões críticas com relação ao espaço contemporâneo.

A FNA divulgou o projeto TABA (Trabalhadores Articulados em Benefício da Arquitetura), sobre as possíveis relações de trabalho no atual contexto social.

Um ato em homenagem à Arquitetura e Urbanismo, na Câmara dos Deputados, encerrou o “Maio da Arquitetura”.



# MAIO DA ARQUITETURA: UM MARCO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Série de eventos promovidos por entidades de arquitetos(as) e urbanistas virou um foco de valorização da Arquitetura e Urbanismo no Brasil



Conselheiros (as) do CAU Brasil e representantes do CEAU apresentaram no Congresso Nacional suas propostas para as cidades brasileiras



Maio da Arquitetura foi marcado por ato público promovido pelo CAU Brasil e pelo CEAU em São Paulo



Lançamento da Carta pela Equidade e Diversidade



13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo



CAU Brasil e CAU/AL promoveram o Seminário "Arquitetura e Urbanismo como vetor de Reavivamento Espacial" em Maceió

**O BRASIL PRECISA DE MAIS ARQUITETURA E URBANISMO!**

[A CARTA](#) [ATO PÚBLICO](#) [CONTEÚDOS](#) [SOCIEDADE](#) [PROJETOS BOAS PRÁTICAS](#)

**CARTA-ABERTA AOS (ÀS) CANDIDATOS (AS) NAS ELEIÇÕES 2022**

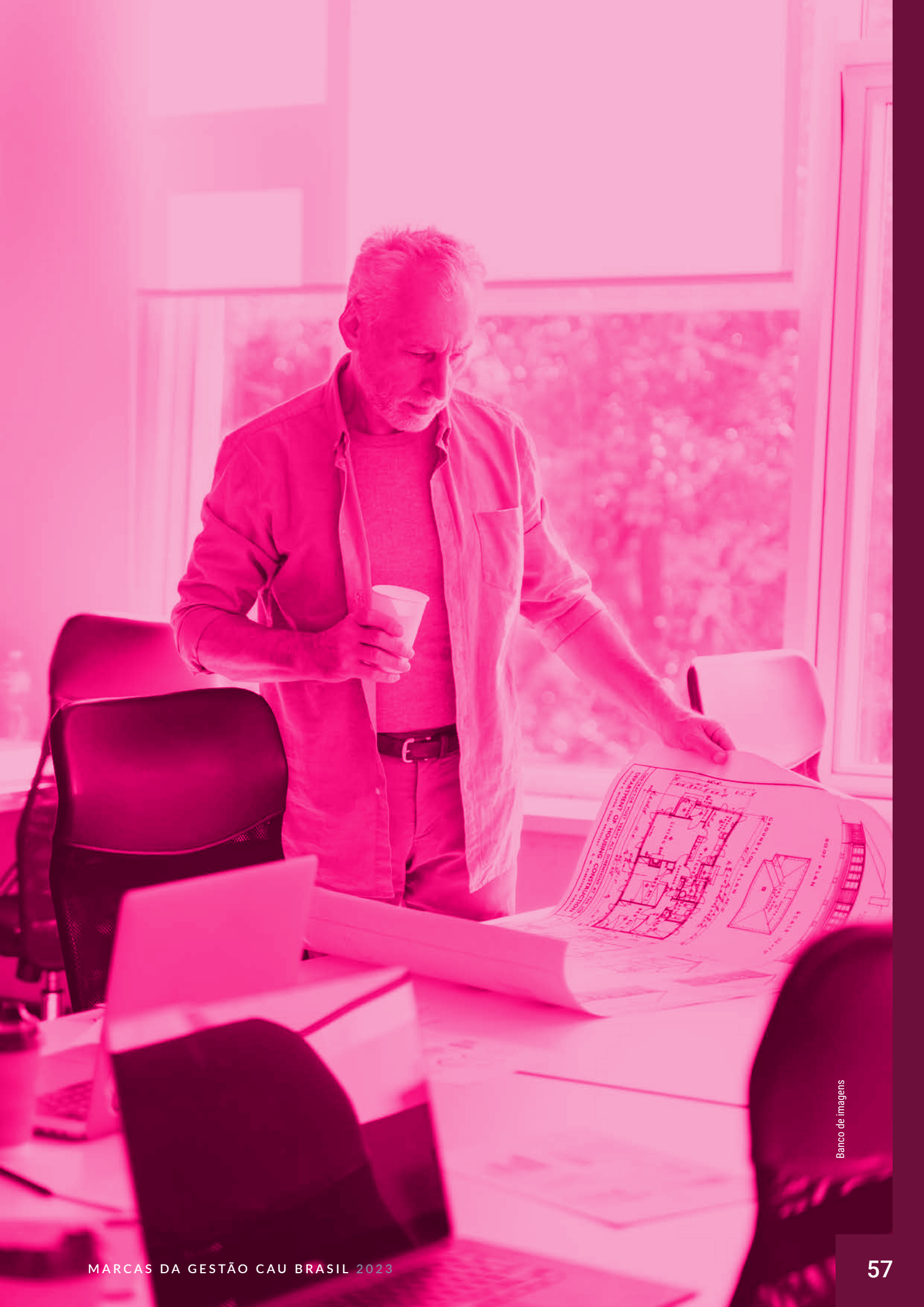
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Conheça a**

**Carta aos Candidatos 2022 em**

**[caubr.gov.br/eleicoes2022/](http://caubr.gov.br/eleicoes2022/)**







# CAPÍTULO 05



**UIA  
2021  
RIO**  
27th World Congress  
of Architects



II FÓRUM INTERNACIONAL DE CONSELHOS,  
ORDENS E ENTIDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO



**A'22**

AIA  
Conference  
on Architecture  
2022



**AFFORDABLE  
HOUSING  
ACTIVATION**  
REMOVING BARRIERS



**FIPA**  
FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO



Conselho Internacional dos Arqu





## 5. INTERNACIONALIZAÇÃO

### Novos horizontes para a Arquitetura Brasileira

O CAU Brasil está abrindo novos mercados para que nossos(as) arquitetos(as) e urbanistas possam mostrar seu talento. Novos acordos internacionais assinados em diversos eventos buscam permitir a profissionais brasileiros trabalhar de forma legal em outros países. Trata-se de uma nova estratégia de inserção de arquitetos(as) e urbanistas brasileiros(as) no mundo.

Com missões de conselheiros(as) federais ao redor do mundo e a realização de eventos internacionais em nosso país, o CAU Brasil está abrindo fronteiras nas Américas, na Europa, África e Ásia. Nesses eventos, foram assinados memorandos de entendimento e manifestações de intenção de interesses recíprocos com vistas à celebração oportuna de acordos ou tratados, em regime de mútua cooperação, de forma a viabilizar a mobilidade internacional na Arquitetura e Urbanismo.

Primeiro mercado-alvo foram os Estados Unidos, quando Nadia Somekh esteve em Chicago para receber a Medalha Presidencial e o Título de Membro Honorário do American Institute of Architects (AIA) durante o A'23, maior evento de arquitetos(as) daquele país. Estratégia também foi levada a países da Europa e da África durante o II Fórum Internacional de Entidades de Arquitetura e Urbanismo, realizado em Brasília.

O CAU Brasil também participou dos principais eventos da União Internacional de Arquitetos (UIA): os Congressos Mundiais de Arquitetos realizados no Rio de Janeiro (2021) e Copenhagen (2023), além do Fórum Internacional de Ativação da Habitação Acessível, na Espanha.

Na África, o CAU Brasil intensificou o contato com países lusófonos, com a participação na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP), que reúne associações de profissionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Goa, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e Portugal.

Os resultados desses esforços foram consolidados no Portal da Internacionalização, uma ferramenta estratégica para o suporte à exportação dos serviços de Arquitetura e Urbanismo por empresas brasileiras.

# CAU BRASIL PROMOVE ABERTURA DE MERCADO PARA ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR



Conferência do American Institute of Architects (AIA) é o maior evento de Arquitetura das Américas



Arquitetos e urbanistas brasileiros debatem mobilidade profissional com o National Council of Architectural Registration Board (NCARB)



CAU Brasil em reunião com a Câmara de Arquitetos da Alemanha (BAK)



CAU Brasil renovou acordo com o Conselho Superior dos Colégios de Arquitetura da Espanha (CSCAE)



Memorando de entendimento foi assinado entre CAU Brasil, CPNAA e a RAGA



Presidente Nadia Somekh com Gonçalo Byrne, presidente da Ordem dos Arquitetos de Portugal (OA/PT)

# FÓRUNS INTERNACIONAIS DO CAU BRASIL

Estratégia de inserção internacional do CAU Brasil se iniciou com a realização do I Fórum Internacional de Entidades de Arquitetura e Urbanismo, como parte da programação do UIA2021RIO. Com o tema “Planos Nacionais de Arquitetura e Urbanismo”, o debate propôs pensar o território e assentamentos humanos como política de Estado prioritária para garantir a saúde e o bem-estar social.

No ano seguinte, o II Fórum Internacional de Conselhos, Ordens e Entidades de Arquitetura e Urbanismo do CAU Brasil aconteceu na Embaixada de Portugal, em Brasília, com o tema: “Mobilidade Profissional Internacional”.

Os interesses foram firmados com:

- Ordem dos Arquitectos de Portugal (OA-PT)
- Federação de Colégios de Arquitectos da República Mexicana (FCARM)
- Regional de Arquitectos do Grupo Andino (RAGA)
- Conselho Profissional Nacional de Arquitetura e suas Profissões Auxiliares da Colômbia (CNPAA)
- Conferência das Ordens de Arquitectos dos Estados Membros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (COA-UEMOA)
- Ordem Nacional dos Arquitectos de Guiné-Bissau
- Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS)

No III Fórum Internacional de Conselhos, Ordens e Entidades de Arquitetura e Urbanismo do CAU Brasil, realizado em Foz do Iguaçu (PR) com o tema “Desafios Atuais do Território”, o CAU Brasil assinou dois novos memorandos de entendimento, com as Ordens dos Arquitectos de Angola e de Cabo Verde, para promover a mobilidade profissional.

ACESSE AGORA O NOSSO NOVO  
▶ PORTAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAU



## PORTAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Diante desses acordos, o CAU Brasil desenvolveu um hotsite com a sistematização e produção do conteúdo para orientação sobre a mobilidade profissional internacional de arquitetos(as) e urbanistas para a prática profissional em outros países, bem como para estrangeiros (as) arquitetos(as) e urbanistas que pretendem atuar no Brasil.

O portal de internacionalização tem o objetivo de divulgar vantagens competitivas da Arquitetura Brasileira no mercado internacional e criar uma rede de relacionamentos entre profissionais para trocar informações, trazer conhecimentos sobre inovação, tecnologia, oportunidades e eventos relacionados ao tema.

Com versão em português, inglês e espanhol, o portal é uma ferramenta estratégica para suporte à exportação dos serviços de Arquitetura e Urbanismo que visa identificar e divulgar as vantagens competitivas da área no mercado internacional e sinalizar como superar as barreiras e obstáculos para exportação.

A interação entre profissionais de Arquitetura e Urbanismo brasileiros com profissionais e acadêmicos internacionais pode beneficiar o setor com o aumento de conhecimento, inovação, tecnologia e novas oportunidades de negócios.



# EVENTOS INTERNACIONAIS PRODUZIDOS PELO CAU BRASIL atraíram organizações de arquitetos(as) de todas as partes do mundo



Stand do CAU Brasil para o IUA2021RIO, na sede do IAB no Rio de Janeiro



O CAU Brasil promoveu o I Fórum Internacional de Entidades de Arquitetura e Urbanismo no IUA2021RIO



No II Fórum Internacional, o CAU Brasil assinou acordo de entendimento com a Ordem dos Arquitectos de Portugal



Presidente da União Internacional de Arquitectos, José Luis Cortés, marcou presença no II Fórum Internacional do em Brasília



III Fórum Internacional de Conselhos, Ordens e Entidades de Arquitetura e Urbanismo, em Foz de Iguaçu (PR)



Presidente Nadia Somekh com Victor Leonel, da Ordem dos Arquitectos de Angola, e Job Amado Varela, da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde

# CONVENÇÃO NACIONAL DO AIA

Em 2022, o CAU Brasil participou da Convenção Nacional do American Institute of Architects (AIA), nos Estados Unidos, para estreitar relações, promover a Arquitetura Brasileira e buscar novos mercados para os (as) profissionais brasileiros. Participação no A'23 foi provocada pela homenagem feita pelo AIA para a presidente Nadia Somekh. Ela recebeu a Medalha Presidencial do AIA e o Título de Membro Honorário pelos serviços prestados em prol da Arquitetura e contribuições para o avanço da profissão.

Foram promovidas reuniões com o AIA, com o National Council of Architectural Registration Boards (NCARB) e o Royal Institute Of British Architects (RIBA). Com o NCARB, o CAU Brasil compartilhou sua experiência com os editais de fomento à ATHIS e destacou o desenvolvimento de um portal de internacionalização para facilitar a mobilidade profissional. O NCARB mostrou grande interesse no exemplo da residência profissional em ATHIS.

No encontro com o RIBA, foi discutida a possibilidade de intercâmbio entre arquitetos(as) brasileiros(as) e britânicos, visando fortalecer os laços profissionais e promover o intercâmbio de conhecimento e experiências. O RIBA mostrou interesse em colaborar com o CAU Brasil na realização de eventos e programas que incentivem a Arquitetura Sustentável e a preservação do meio ambiente.

Houve ainda uma reunião com arquitetas brasileiras que moram nos Estados Unidos, para entender melhor sua adaptação ao mercado de Arquitetura e Urbanismo daquele país.

## PORTAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO

POSICIONA ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS BRASILEIROS NO MERCADO INTERNACIONAL



### ACORDOS INTERNACIONAIS

[transparencia.caubr.gov.br](http://transparencia.caubr.gov.br)



### OPORTUNIDADES DE TRABALHO

Oportunidades e Eventos – Portal Internacionalização ([caubr.gov.br/internacionalizacao/](http://caubr.gov.br/internacionalizacao/))



### BIBLIOTECA DE LINKS

Biblioteca de links – Portal Internacionalização ([caubr.gov.br/internacionalizacao/](http://caubr.gov.br/internacionalizacao/))



### COMO EXPORTAR

Saiba como exportar serviços de arquitetura – Portal Internacionalização ([caubr.gov.br/internacionalizacao/](http://caubr.gov.br/internacionalizacao/))



### NOTÍCIAS

Portal Internacionalização ([caubr.gov.br/internacionalizacao/](http://caubr.gov.br/internacionalizacao/))



CONFIRA EM [www.caubr.gov.br/internacionalizacao](http://www.caubr.gov.br/internacionalizacao)

## CAU BRASIL MARCA PRESENÇA NO UIA2021RIO

Marcado inicialmente para acontecer no Rio de Janeiro em 2020, o 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2021RIO) teve de ser adiado por um ano e acontecer de forma virtual. Com a pandemia de Covid-19 em pleno curso, arquitetos(as) de todo o mundo tiveram que reinventar o evento.

Via videoconferência, 85.000 participantes de 190 países abordaram temas como “Fragilidades e Desigualdades”, “Diversidade e Mistura”, “Mudanças e Emergências” e “Transitoriedades e Fluxos”. Segundo o presidente da União Internacional de Arquitetos (UIA), Thomas Vonier, foi o maior congresso de arquitetos já organizado no mundo. O CAU Brasil participou ativamente do evento, com um stand montado na sede do IAB no Rio de Janeiro. Três telões transmitiram os eventos gratuitos do UIA2021RIO, além de uma exposição de Arquitetura Brasileira e informações sobre o exercício profissional.

Como parte da programação oficial do UIA2021RIO, foi exibido o documentário “Habitação Social: uma questão de Saúde Pública”, produzido pelo CAU Brasil. A produção mostra como a pandemia da Covid-19 escancarou para toda sociedade o problema crônico da habitação social no país.

O CAU Brasil também promoveu o I Fórum Internacional de Entidades de Arquitetura e Urbanismo, com o tema “Planos Nacionais de Arquitetura e Urbanismo” e a participação de dirigentes de associações de arquitetos(as) da América do Sul, América do Norte, Ásia, África e Europa.

Houve ainda a assinatura de um protocolo de intenções entre o CAU Brasil, Prefeitura do Rio de Janeiro, CAU/RJ, IAB-DN e IAB-RJ. Objetivo é assegurar às famílias cariocas de baixa renda o direito à ATHIS.

“Deixamos três legados: a sensibilização da população brasileira sobre a importância da Arquitetura e Urbanismo; a inovação que os arquitetos podem produzir no mundo

contemporâneo; e a formação de redes, com trabalho coletivo, solidariedade e empatia dos arquitetos”, disse a presidente Nadia Somekh.

## SUSTENTABILIDADE É DESTAQUE NA UIA2023CPH

Dois anos depois, Copenhague, na Dinamarca, recebeu o 28º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2023CPH), com o tema “Futuros Sustentáveis – Não deixe ninguém para trás”. O CAU Brasil esteve lá, reafirmando a posição dos(as) arquitetos(as) e urbanistas brasileiros(as) e ampliar sua prestação de serviços no mercado internacional. Estande brasileiro no Congresso UIA2023CPH, “Continente Amazônia”, foi concebido em parceria do CAU Brasil com o IAB, com apoio de todas as entidades nacionais de arquitetos(as) e urbanistas.

Objetivo foi destacar o papel dos(as) arquitetos(as) e urbanistas na tarefa de preservar este território. O espaço multimídia contou com telões que mostram projetos com pegada sustentável localizados principalmente na Amazônia Legal. O Conselho também apresentou suas iniciativas de ATHIS e o Projeto Amazônia 2040.

Principais resultados conquistados foram os novos acordos e parcerias com ordens, conselhos, câmaras e diversos agentes internacionais para ampliar a mobilidade profissional e trocar experiências sobre regulamentação profissional. Foram assinados novos acordos com as seguintes instituições:

- Ordem dos Arquitectos de Portugal (OA/PT)
- Conselho Superior dos Colégios de Arquitetura da Espanha (CSCAE)
- Conselho Profissional Nacional de Arquitetura e suas Profissões Auxiliares da Colômbia (CPNAA)
- Regional de Arquitectos do Grupo Andino (RAGA)
- Câmara Federal de Arquitectos da Alemanha (BAK)
- Sociedade de Arquitectos da China (ASC)



# CAU BRASIL MARCOU PRESENÇA NOS DOIS CONGRESSOS MUNDIAIS DE ARQUITETOS

## (UIA2021RIO e UIA2023CPH)

### ampliando suas parcerias globais

Arquitetos(as) e urbanistas brasileiros promoveram suas ações de sustentabilidade e buscaram acordos internacionais para levar nossos serviços a todo o mundo.



Cristo Redentor anunciou a chegada do UIA2021RIO à cidade



Sede do IAB no Rio de Janeiro acolheu debates e exposições no UIA2021RIO



Na Dinamarca, estande do Brasil recebeu arquitetos(as) de todo mundo para apresentar projetos sustentáveis da Amazônia



Conselheiro Ricardo Mascarello apresentou o Projeto Amazônia 2040 no UIA2023CPH



Conselheira suplente Ana Cláudia Cardoso fez palestra sobre futuro do Continente Amazônico na Embaixada do Brasil

No evento, o CAU Brasil apresentou aos participantes do UIA2023CPH a palestra “Arquitetura, Projeto Amazônia e Créditos de Carbono: Um Futuro Sustentável”. Na Embaixada do Brasil em Copenhague, a conselheira do CAU Brasil Ana Cláudia Cardoso revelou, na palestra “Um Vislumbre do Futuro a partir do Continente Amazônico”, a conexão entre os arranjos espaciais dos assentamentos humanos da Amazônia e a defesa do direito à biodiversidade.

“Foi uma passagem muito positiva para nós. A Arquitetura Brasileira foi valorizada e nossos projetos encantaram a todos. Participamos ativamente de várias sessões e, o mais importante, assinamos acordos para melhorar a vida dos arquitetos”, disse.

## HABITAÇÃO SOCIAL NO MUNDO

Na Espanha, o CAU Brasil esteve no Fórum Internacional Ativação da Moradia Econômica – Removendo Barreiras (Affordable Housing Activation (AHA), realizado pela União Internacional dos Arquitetos (UIA). Apresentou-se o contexto brasileiro em torno da Habitação de Interesse Social e a experiência do programa Mais Arquitetos.

Foram apresentados outros exemplos brasileiros, como o projeto de Mananciais, da Prefeitura de São

Paulo, a metodologia da TETO Brasil, o Programa Favela Bairro e Reviver Centro, de reocupação do centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Nesse encontro, houve agendas institucionais paralelas com o presidente da UIA, José Luiz Cortés; com o presidente da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos, Gerardo Montaruli; e com representantes do Conselho Superior de Colégios de Arquitetos de Espanha (CSCAE).

## PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O CAU Brasil também enviou uma representação oficial para participar da 24ª Reunião do Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP), em Luanda, na Angola. O CIALP reúne profissionais de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e de Moçambique, além das regiões de Goa (na Índia) e Macau (na China).

Sugeriu-se um modelo de mobilidade profissional entre arquitetos(as) brasileiros(as) e africanos(as), a partir da experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sediada no Ceará e fornecendo diplomas que já consideram a mobilidade entre os países lusófonos.





# MISSÕES INTERNACIONAIS FORTALECERAM ATUAÇÃO GLOBAL DA ARQUITETURA BRASILEIRA

Participação do CAU em eventos nos Estados Unidos, na Espanha e em Angola abriram novos horizontes para nossa atuação profissional



AIA 22: O ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama falou sobre Arquitetura e outros tópicos em conversa com o presidente do AIA, Dan Hart



Conselheiro federal do José Gerardo Fonseca durante encontro com Kimberly Dowdell, presidente eleita do American Institute of Architects (AIA) para 2024



Na Espanha, conselheiros federais Ana Cristina Barreiros e Jeferson Dantas Navolar assinam termo da renovação do convênio com membros do CSCAE



24ª Reunião do Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa (CIAALP), em Luanda, na Angola



Conselheira do CAU Brasil Claudia Sales em Angola



# CAPÍTULO 06



# CAU ÚNICO

TER SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA QUE VIABILIZEM A GESTÃO E O ATENDIMENTO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS E A SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO

PLANEJAMENTO

FINANÇAS



## 6. CAU ÚNICO

### Ações em conjunto para fortalecer a Arquitetura e Urbanismo

Desde 2021, o CAU Brasil vem promovendo uma política de aproximação cada vez maior com os CAU/UF. Essa política de integração começou com a elaboração do plano de 100 dias, em março de 2021, quando foram definidas, em conjunto com os presidentes dos conselhos estaduais, as metas da gestão 2021/2023. “Estamos construindo um CAU Único, com articulação entre os(as) conselheiros(as) militantes, que trazem das bases as demandas que o Brasil precisa, e os(as) servidores(as) comprometidos”, afirmou a presidente Nadia Somekh. “Somos semeadores daquilo que a sociedade precisa e os arquitetos esperam que a gente faça”.

Para sedimentar essa integração, o CAU Brasil instituiu o Fórum de Presidentes de CAU/UF no Regimento Geral, como um órgão de natureza consultiva, com a finalidade de fomentar a discussão sobre temas relacionados à Arquitetura e Urbanismo, tais como ética e disciplina, exercício profissional, ensino e formação, bem como organização, administração, planejamento e finanças dos CAU/UF.

A Resolução nº 223 oficializou o Fórum de Presidentes dentro do CAU Brasil com as seguintes competências:



- Encaminhar demandas relativas a ensino e formação, exercício profissional, ética e disciplina, organização, planejamento e finanças
- Contribuir com os normativos do CAU Brasil
- Propor e apreciar o plano de trabalho anual do Fórum
- Indicar os presidentes de CAU/UF para comporem o Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e o Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro

Com essas ações, praticou-se uma gestão horizontal, que facilitou o diálogo entre o CAU Brasil e os CAU/UF. As principais realizações foram o Plano de Desenvolvimento do CAU, o Planejamento Estratégico do conjunto autárquico para os próximos dez anos, ações integradas de comunicação, formação profissional, a política de inserção profissional e o projeto Amazônia 2040.

## CAU COMPARTILHA

Para promover essa política de integração, o CAU Brasil ministrou o edital CAU Compartilha, uma iniciativa diferente que busca reconhecer e disseminar as melhores práticas de gestão nos CAU/UF. A futura premiação tem como objetivo estimular o compartilhamento de conhecimento e promover uma cultura organizacional de excelência entre conselheiros(as) e funcionários(as) das autarquias.

As práticas de gestão premiadas estarão em um sistema on-line de compartilhamento de boas práticas, o CAU Compartilha. Essa plataforma permitirá que tais metodologias de trabalho estejam acessíveis a todos de forma estruturada, facilitando a sua implementação.

Objetivo é trazer um novo nível de colaboração e fortalecer a capacidade de gestão de todos os envolvidos.





# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAU

FOI CONSTRUÍDO PARA ATENDER E APOIAR ARQUITETOS(AS) E URBANISTAS

Gestão da estratégia tem como objetivo estabelecer o referencial institucional do CAU Brasil e dos CAU/UF:

- Missão e valores
- Objetivos e metas; Alocação de recursos
- Macroprocessos de execução

## COMPONENTES



## 3 DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### ESTRATÉGIA

- Foco no longo prazo
- 10 anos
- Por quê? Quando?

### TÁTICA

- Foco no médio prazo
- 3 anos
- Como? Onde?

### EXECUÇÃO

- Foco no curto prazo
- 1 ano
- O quê?

## PLANO DE 100 DIAS

O Modelo de Gestão da Estratégia permitiu ao CAU Brasil e aos CAU/UF direcionarem suas energias para além das planilhas financeiras, concentrando-se em diretrizes e resultados estratégicos. Nos primeiros dias da nova gestão do CAU Brasil, a presidente Nadia Somekh determinou que fossem estabelecidos objetivos e metas para os primeiros 100 dias do mandato. Com isso, os(as) profissionais puderam acompanhar o que o CAU Brasil e os CAU/UF fizeram em favor da profissão, com ações definidas, prazos de entrega e transparência.

Plano de 100 Dias contou com a participação de representantes do Fórum de Presidentes dos CAU/UF e funcionários(as). Foram definidas como prioritárias ações relativas à segurança e à performance do SICCAU; à aproximação institucional do CAU Brasil com o Congresso Nacional, com os CAU/UF, com os(as) arquitetos(as) e urbanistas e com as instituições de ensino; e à fiscalização do exercício profissional.

### **Foram 78 ações elencadas, sendo 21 delas emergenciais.**

Os presidentes dos CAU/UF presentes apoiaram a realização do Plano de 100 Dias. “Precisamos desse processo de união para darmos vazão a tudo que temos”, afirmou a presidente do CAU/AP, Welton Barreiros. O presidente do CAU/PI, Wellington Camarço, ressaltou a importância das ações de comunicação. “É essencial para os arquitetos e urbanistas entenderem que estamos no momento de buscar saídas”.

“Com os conselheiros e presidentes, desenvolvemos uma rede de realizações previstas nesse planejamento estratégico. Nosso objetivo é trazer resultado, fazer acontecer, pois vamos cobrar e sermos cobrados”, disse Nadia.

## PLANEJAMENTO COMPARTILHADO E HORIZONTAL

O Planejamento Estratégico do CAU Brasil em conjunto com os CAU/UF seguiu por toda a gestão. Seminário da Comissão de Planejamento e Finanças do CAU Brasil 2022, realizado em Brasília, contou com a participação dos(as) Presidentes, conselheiros(as) e servidores do CAU Brasil e dos CAU/UF. O evento representou o início do processo de Planejamento Estratégico do CAU para os próximos dez anos.

No ano seguinte, a Comissão de Organização e Administração do CAU Brasil realizou uma série de encontros regionais para debater o plano de trabalho da comissão, que é responsável por deliberar sobre a gestão e a estrutura organizacional do CAU. Objetivo foi permitir a participação de todos os CAU/UF nos debates que estruturam a organização do CAU. Encontros aconteceram em Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE) e Belém (PA). No fim do ano, o Seminário Nacional da Comissão de Planejamento e Finanças do CAU Brasil 2022, reuniu mais de 150 conselheiros(as) e servidores do CAU Brasil e dos CAU/UF para mapear os desafios e sugerir estratégias de atuação para o futuro.

Em 2023, uma oficina com 130 participantes proporcionou uma jornada de reflexão e visão do futuro. Presidentes, conselheiros(as) e servidores produziram um balanço das atividades recentes para construir uma metodologia que transforme o Planejamento Estratégico num processo permanente.



## Novos objetivos estratégicos consideram os seguintes fatores:

- Sustentabilidade
- Diversidade e Inclusão
- Políticas Públicas

## A Oficina indicou como áreas prioritárias para o triênio 2024/2026:

- Tornar a Fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo
- Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade
- Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade

O Mapa Estratégico do CAU aponta aonde o CAU quer chegar e indica um processo contínuo a ser trabalhado nos próximos três anos. Construção considera, para 2024, um Painel de Indicadores e Metas, um Portfólio Estratégico e as metodologias de monitoramento e avaliação.

No fim do ano de 2023, o Encontro Nacional das Comissões de Planejamento e Finanças contou com a participação de 51 representantes de CAU/UF, que contribuíram para elaboração do Fundo de Desenvolvimento. Esse fundo tem como propósito subsidiar projetos estratégicos para o avanço do CAU e da profissão. Também esteve em pauta a revisão da Resolução 200, que trata do uso de eventual superávit no orçamento da autarquia.

# 1 OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM BRASÍLIA





# CONSTRUÇÃO COLETIVA ENVOLVEU TODO O CAU



Presidente Nadia Somekh e 1ª vice-presidente Daniela Sarmento estiveram na sede do CAU/SP em reunião com a nova coordenação do Fórum de Presidentes, que acontece em São Paulo



Presidente Nadia Somekh abriu a 18ª Reunião do Fórum de Presidentes em Ouro Preto (MG)



Estruturação do Plano de 100 Dias, em conjunto com os CAU/UF



Encontro Regional das comissões de Organização e Administração do CAU Brasil e CAU/UF, em Santa Catarina



Vice-presidente do CAU Brasil, Daniela Sarmento (ao centro), conversa com representantes dos CAU/UF

# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Parte fundamental dessa estratégia de integração será o Fundo de Desenvolvimento dos CAU/UF, para fins de aplicação de recursos em finalidades específicas voltadas para a valorização da profissão. Proposta está em desenvolvimento e tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade e o aprimoramento contínuo do CAU.

O Fundo de Desenvolvimento vai disponibilizar recursos para aplicação em projetos que seguem as diretrizes de planejamento e orçamento:

- **Fiscalização:** Desenvolvimento de projetos e aquisição de ativos (veículos e equipamentos)
- **Comunicação:** Campanhas e materiais para fortalecer o relacionamento com profissionais, sociedade e outros públicos
- **Valorização da Profissão:** Patrocinar ações que visem a valorização da Arquitetura e Urbanismo e a qualificação e atualização contínua de arquitetos(as) e urbanistas
- **Tecnologia e Inovação:** Projetos que explorem novas abordagens, métodos de trabalho, materiais e tecnologias sustentáveis que aprimorem a eficiência e a qualidade das atividades profissionais
- **Estrutura:** Melhoria das instalações físicas, aquisição de equipamentos e o desenvolvimento de sistemas e ferramentas de apoio à gestão
- **Políticas Públicas:** Projetos e ações de ATHIS, Sustentabilidade, Mobilidade, Patrimônio, Diversidade e outros
- **Ações Regionais e Locais:** Financiamento de projetos colaborativos entre diferentes CAU/UF, consórcios regionais e iniciativas locais de promoção da Arquitetura e Urbanismo

Os recursos do Fundo serão liberados aos CAU/UF mediante edital Público do CAU. Cada projeto poderá ter um valor de no máximo o valor equivalente a 10% do saldo do Fundo. De acordo com a proposta colocada pelo CAU Brasil, os recursos do fundo serão compostos pela receita obtida com multas de fiscalização, além de parte do superávit do ano anterior e aplicações financeiras.

Haverá ainda um Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, que vai monitorar os projetos em andamento e dar publicidade ao banco de dados de projetos com potencial de replicação em outros estados.

## SUPERÁVIT E FUNDO DE APOIO

Como parte do planejamento dos dez anos do CAU, está mapeando as estruturas dos CAU Básicos, de médio e grande porte. A Auditoria do CAU Brasil fez uma série de visitas in loco para avaliar as estruturas e poder propor, em 2024, um novo modelo de funcionamento. Serão mantidas em todos os CAU/UF estruturas mínimas para o funcionamento das atividades prioritárias.

A partir dessas informações, o CAU deverá revisar a Resolução CAU/BR N° 119, que trata do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF, e a Resolução CAU/BR N° 200, que trata das possibilidades de utilização de recursos oriundos de superávit orçamentário de anos anteriores. Objetivo é permitir o uso do superávit em projetos estratégicos vinculados aos objetivos estratégicos escolhidos, de modo coletivo, no Seminário Anual de Governança e Gestão.

Segundo as Diretrizes Estratégicas 2024, aprovadas pelo Plenário do CAU Brasil, são três objetivos prioritários que podem ser financiados por meio de recursos oriundos de superávit financeiro de anos anteriores – até um limite de 15% do valor total. São eles: Fiscalização, Comunicação e Tecnologia. Alguns projetos que podem usar esses recursos são:

- Investimentos no Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e no SICCAU
- Fomento a startups e softwares livres de Arquitetura e Urbanismo
- Plano Estadual de Fiscalização
- Plano Estratégico de Comunicação
- Plano Diretor de Tecnologia
- CAU Compartilha
- Comunicação Interna
- Eventos das Comissões

Outro regramento em revisão é a Resolução CAU/BR Nº 126, que regula o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), responsável por prover os serviços que garantem a gestão e o funcionamento do sistema CAU. O desafio é superar a defasagem de tecnologia e a dificuldade de governança, por meio de investimentos constantes que garantam o aprimoramento contínuo de serviços essenciais.

“Essa programação pontua o trabalho feito com a participação dos CAU/UF e dos (das) servidores técnicos. É uma forma de fortalecer o Plano Nacional de Fiscalização e também os investimentos no Centro de Serviços Compartilhados, e projetos estratégicos que foram priorizados durante o processo de planejamento”, afirmou a 1ª vice-presidente do CAU Brasil e coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças, Daniela Sarmento.

# DIRETRIZES DOS INVESTIMENTOS

**Diretrizes Estratégicas para o CAU Brasil e os CAU/UF definem mais investimentos em áreas prioritárias**

## 3 OBJETIVOS PRIORITÁRIOS

- FISCALIZAÇÃO
- COMUNICAÇÃO
- TECNOLOGIA

\*Projetos desses temas poderão usar recursos de superávit de anos anteriores

## INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

- 25% para fiscalização
- 3% para projetos de ATHIS
- 2% para capacitação de conselheiros e colaboradores

## 4 INVESTIMENTOS RECOMENDADOS

- 10% para Atendimento a arquitetos(as) e urbanistas
- 3% para Comunicação
- 2% para Preservação do Patrimônio
- 6% para Objetivos Estratégicos Locais

\*Confira as Diretrizes Estratégicas do CAU 2024 no Portal da Transparência [www.transparencia.caubr.gov.br](http://www.transparencia.caubr.gov.br)





# I OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM BRASÍLIA







# CAPÍTULO 07





# PATRIMÔNIO

## 7. DEFESA DO PATRIMÔNIO

### **Câmara temática aprofunda ação dos arquitetos e urbanistas em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro**

Uma coalizão de arquitetos(as) e urbanistas que tem em comum o olhar técnico sobre o patrimônio cultural. Esta é a Câmara Temática (CT) de Patrimônio do CAU Brasil, um espaço de encontro de especialistas interessados na salvaguarda de edificações históricas e das múltiplas, diversas e ricas paisagens culturais brasileiras. O coletivo tem a tarefa de reforçar a capacidade de atuação do CAU em defesa do Patrimônio Cultural no Brasil e deste campo de atuação para os(as) profissionais da Arquitetura e Urbanismo. Oficializada em agosto de 2023, a CT é consequência da evolução dos debates e ações empreendidos nos últimos anos pelo CAU.



Primeira reunião da Câmara Temática de Patrimônio formada por representantes das comissões de Política Urbana e Ambiental (CPP) e de Política Profissional (CPP), Colegiado de Entidades da Arquitetura e Urbanismo (CEAU), Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio e especialistas indicados pelos CAU nos estados e no DF

Ouro Preto (MG), Patrimônio Cultural da Humanidade





Ação conjunta impediu a venda do Palácio Capanema, raro exemplar do patrimônio nacional que une arquitetura, paisagismo e artes, com os jardins de Roberto Burle Marx, escultura de Bruno Giorgi, painel de azulejos de Candido Portinari, dentre outros importantes criadores da cultura nacional

A ação dos(as) arquitetos(as) e urbanistas pela valorização dos bens materiais e imateriais surgiu a partir de uma emergência: o risco de privatização do Palácio Capanema, no centro do Rio de Janeiro. Em agosto de 2021, o Ministério da Economia do governo Jair Bolsonaro incluiu o edifício, ícone da Arquitetura moderna, numa lista de mais de dois mil imóveis federais que poderiam ser repassados à iniciativa privada (Proposta de Aquisição de Imóveis -PAI). Estava em jogo mais do que uma edificação datada de 1945 para abrigar o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública do governo Getúlio Vargas. Trata-se de prédio concebido pelo arquiteto Lucio Costa em colaboração com Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira, Affonso Eduardo Reidy e Ernani Vasconcellos e que teve, ainda, consultoria do mestre da Arquitetura moderna, Le Corbusier, no seu projeto.

Diante da iminência de uma perda irreparável para o patrimônio nacional, o CAU Brasil uniu-se ao CAU/RJ e ao Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro para fazer cumprir o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que impede a venda de imóvel público tombado. As organizações buscaram o diálogo com o governo federal e lançaram um manifesto público que reforçou a linha de argumentação jurídica da decisão liminar da 23ª. Vara Federal do Rio de Janeiro, proibindo a venda do Palácio Capanema. Com o novo governo Lula, foram retomadas as obras de reforma do prédio iniciadas em 2018. A reinauguração deverá ocorrer em 2024 com nova proposta de ocupação proposta pelo IPHAN.

Foi uma vitória, mas o episódio foi um exemplo claro da fragilidade do patrimônio cultural nacional – mesmo os reconhecidos pelo IPHAN. Para enfrentar o desafio de consolidar contribuições pela preservação dos bens materiais e imateriais organizando e valorizando a ação dos(as) arquitetos(as) brasileiros (as), o CAU promoveu em Ouro Preto o “I Seminário de Patrimônio - Caminhos para a valorização da Arquitetura e Urbanismo”. O evento foi organizado pelas Comissões de Política Urbana e Ambiental (CPUA) e de Política Profissional (CPP) entre os dias 13 e 16 de julho de 2022, no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



Mesa do Ciclo de Debates Patrimônio e Acervos, com a participação do superintendente do IPHAN, Leandro Grass; da coord. do ICOMOS Brasil e DOCOMOMO Brasil, Alcília Melo; da representante da Câmara Técnica consultiva do CONARQ, Monica Frandi Ferreira; e o representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio, Danilo Matoso; e mediação do conselheiro Márcio Carvalho(CE)



# I SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO EM OURO PRETO



Cerca de 300 pessoas, entre profissionais da Arquitetura e Urbanismo que contribuíram presencialmente e à distância do I Seminário de Patrimônio, representando as principais entidades da área



# II SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO EM SÃO LUÍS



II Seminário reuniu arquitetos (as) e urbanistas para discutir a preservação do patrimônio cultural brasileiro e anunciou um novo programa de revitalização de Centros Históricos, coordenado pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN)





Dos debates e trocas entre alguns dos principais nomes que se dedicam ao tema no país, resultou um documento histórico que marcou o posicionamento dos(das) profissionais da Arquitetura e Urbanismo no Brasil: as “Recomendações de Ouro Preto”. Foi o primeiro passo para a constituição de uma Câmara Temática de Patrimônio no CAU.

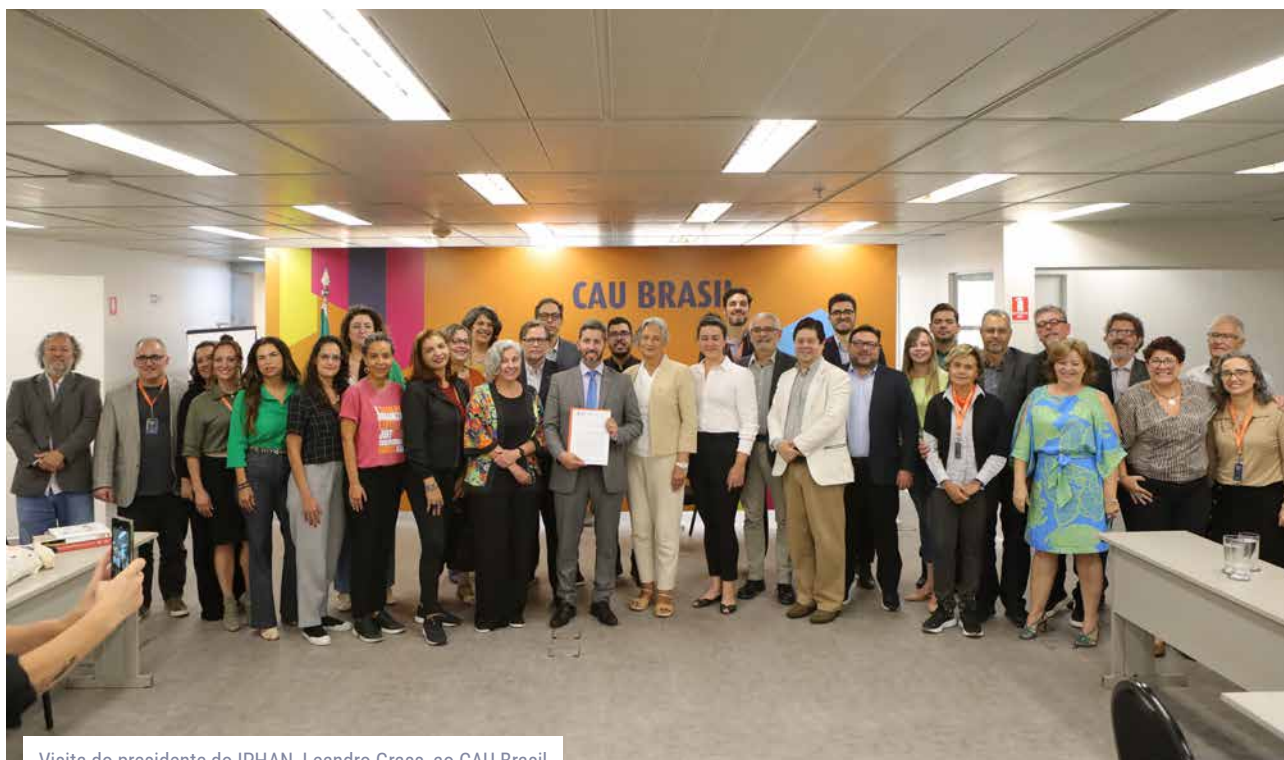
Entre abril e maio de 2023, uma série de sessões temáticas fizeram parte da programação da Exposição “Souto de Moura – Memória, Projetos, Obras”. As atividades foram promovidas pelo CAU Brasil, CAU/RJ, IAB nacional, IAB – RJ e Instituto Camões, com apoio da Embaixada e do Consulado de Portugal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O CAU aproveitou a oportunidade para evidenciar um tema sensível que faz parte do patrimônio edificado: a preservação e catalogação de acervos brasileiros. Realizado na Embaixada de Portugal em Brasília, o

Ciclo de Debate “Patrimônio e Acervos – memórias da arquitetura brasileira” discutiu boas práticas, estratégias, financiamento e salvaguarda de acervos arquitetônicos.

Em agosto de 2023, o CAU promoveu o “II Seminário de Patrimônio Histórico - Diversidade em diálogos permanentes”, em São Luís/MA. O evento ocorreu paralelamente ao 9º Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal (FIPA), que aprovou a “Carta de São Luís”, documento que destaca a importância da integração das políticas habitacional e de conservação do patrimônio cultural. O então presidente da União Internacional dos Arquitetos (UIA), José Luis Cortés, foi um dos participantes.

Foi também em São Luís, durante a 137ª Reunião Plenária, que os conselheiros e conselheiras do CAU aprovaram a deliberação que criou a Câmara Temática de Patrimônio.



Visita do presidente do IPHAN, Leandro Grass, ao CAU Brasil

# LINHA DO TEMPO

**2021**

- **CAU e entidades travam intensa luta** pela manutenção do Palácio Capanema (RJ) como **patrimônio público nacional**

**2022**

- **1º Seminário Nacional de Patrimônio** – Caminhos para a valorização da arquitetura e urbanismo (MG)
- **Publicação das Resoluções de Ouro Preto/MG**

**2023**

- **Ciclo de Debate “Patrimônio e Acervos – memórias da arquitetura brasileira”**(DF)
- **II Seminário de Patrimônio Histórico e 9º Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal** (MA)
- **Publicação da Carta de São Luís/MA**
- **Aprovação da CT Patrimônio Histórico** durante a 137ª Reunião Plenária (MA)
- **Instalação e primeira reunião da Câmara Temática de Patrimônio Histórico** (SP)

CONFIRA OS TEXTOS PUBLICADOS

**RECOMENDAÇÕES DE OURO PRETO**



**CARTA DE SÃO LUÍS**





# CAPÍTULO 08



# PROJETO AMAZÔNIA 2040



## 8. PROJETO AMAZÔNIA 2040

### **Um compromisso com a melhoria da vida do país e do território global.**

Este é o Projeto Amazônia 2040, desenvolvido pelo CAU Brasil junto com entidades da Arquitetura e Urbanismo e organizações que pesquisam e atuam na Amazônia. Com ele, os(as) arquitetos(as) e urbanistas brasileiros projetam para o mundo alternativas concretas para enfrentar a crise climática e as desigualdades garantindo a preservação da floresta.

A ideia de apresentar contribuições da Arquitetura e Urbanismo para enfrentar e prevenir as crises socioambientais cada vez mais frequentes surgiu durante o Maio da Arquitetura, em 2022. Reunidos em São Paulo, conselheiros(as) federais e presidentes dos CAU dos Estados e do Distrito Federal se manifestaram diante do então recente desastre geológico que afundou o solo de cinco bairros de Maceió(AL), colocando em risco cerca de 40 mil moradores.

O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do CAU, que gerencia os serviços comuns a arquitetos e urbanistas de todos estados brasileiros, contratou uma série de novos serviços para sanar os problemas de desempenho causados por tecnologias obsoletas.

Novos investimentos estão focados em três serviços de tecnologia que vão melhorar o desempenho do sistema, ajudar na detecção de problemas e fornecer mais informações aos conselheiros(as) sobre os próximos passos a serem tomados.





Debate ocorreu no território do bioma onde está localizada a maior floresta tropical do planeta



Visita à Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá

Em setembro, na semana do Dia da Amazônia, o CAU Brasil realizou em Rio Branco (AC) o “Seminário de Meio Ambiente Seminário Nacional de Meio Ambiente - Urbanização e mudanças climáticas: desafios para cidades resilientes na Amazônia”, onde abriu o debate sobre estratégias para a preservação do território. O encontro desenhava o cenário das distintas e diversas escalas de cidades, povoados e comunidades existentes na região amazônica e identificou um universo de

pesquisas locais sobre o território e suas moradias. Este panorama ofereceu base para a construção do Projeto Amazônia por um núcleo formado pelos CAU dos nove estados da Amazônia Legal Brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Comissões de Política Urbana e Ambiental (CPUA) e de Relações Internacionais e Colegiado Permanente das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU).



Mesa do seminário Amazônia 2040, que apresentou experiências práticas a partir da Arquitetura e Urbanismo no território amazônico



Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém



Grupo de participantes do seminário de Manaus



Em fevereiro de 2023, o Encontro Nacional de CPUAs, realizado em Manaus (AM), aprofundou o debate sobre o papel do CAU diante do desafio de pensar a Região Amazônica, suas especificidades e sua integração com as políticas públicas nacionais. Na oportunidade, o CAU promoveu o “Seminário Projeto Amazônia 2040 - Arquitetura e Urbanismo para um futuro sustentável”, onde apresentou experiências práticas que oferecem respostas aos problemas urbanos presentes no território.

Em 5 de junho, quando se comemorou o 50º Aniversário do Dia Mundial do Meio Ambiente, o CAU Brasil lançou o e-book do Projeto Amazônia 2040. Com versões em português, inglês e espanhol, a publicação sintetizou os debates realizados durante o “Seminário Projeto Amazônia 2040 – Arquitetura e Urbanismo para o Futuro Sustentável” realizado em Manaus.

Em maio, a última Oficina do Projeto Amazônia incluiu a pauta no planejamento do CAU Brasil para os próximos dez anos e preparou a projeção mundial do trabalho desenvolvido pelos(as) arquitetos(as) brasileiros(as).



E-Book do projeto publicado em três idiomas foi apresentado internacionalmente durante o UIA 2023CPH

O 28º Congresso Mundial de Arquitetos - UIA2023, em Copenhague, realizado no mês de julho, foi palco para apresentação do resultado dos estudos brasileiros. O case foi projetado durante a sessão promovida pelo Global Architecture Exchanges (GAE) para apontar soluções baseadas na natureza, seja pela tecnologia, uso de materiais adequados ou sistemas construtivos. A mesa internacional conduzida pelo presidente do Royal Institute of British Architects (RIBA), Simon Allford, contou também com a participação de representantes da Austrália, China, Coreia do Sul, Irlanda, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA.



A barca Gaia leva cinema itinerante e alimentos e medicamentos doados aos ribeirinhos do Amazonas. Foto Oliviero Pluviano



# LINHA DO TEMPO

**2022**

**Maio**

Maio da Arquitetura (SP)

**Setembro**

Seminário de Meio Ambiente (AC)

**2023**

**Fevereiro**

Encontro Nacional de CPUAs (AM)

**Maio**

Oficina do Projeto Amazônia (DF)

**Junho**

Lançamento do E-book

**Julho**

Apresentação do Projeto Amazônia no UIA2023 Copenhagen - DN

E-BOOK PROJETO  
AMAZÔNIA 2040





# CAPÍTULO 09



# EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA



## 9. POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

### **Inclusão objetiva diminuir as desigualdades na profissão**

A quarta gestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2021-2023) trabalhou em prol do desenvolvimento e potencialização da participação de arquitetas e urbanistas no país que, atualmente, representam 64% dos(das) profissionais da área. E, ainda, da promoção da igualdade de gênero em todas as instâncias e sua relação com a sociedade.

Para Nadia Somekh, primeira mulher a ocupar a presidência do CAU Brasil, é um esforço de acolhimento das necessidades dos(das) profissionais de Arquitetura e Urbanismo com o objetivo de diminuir desigualdades e de inclusão.

Camila Leal, conselheira federal e coordenadora da Comissão Temporária de Políticas Afirmativas (CTPAF/CAU Brasil), celebra a gestão com os resultados propostos e alcançados como, por exemplo, a elaboração participativa com diversos CAU/UF, da instituição da Comissão Especial de Políticas Afirmativas que amplia a discussão sobre o tema dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo permitindo ser um marco histórico. Além disso, as recomendações de alteração dos dados no cadastro do SICCAU, aprimorando os campos referentes de raça, gênero, sexualidade e



deficiência e atualização dos pronomes de tratamentos no SICCAU de acordo com o nome social indicado pelo (a) profissional e as cotas e critérios de representatividade nas eleições encaminhadas a Comissão Eleitoral Nacional (CEN) foram frutos positivos desta gestão.

Segundo a conselheira federal Claudia Sales, a adoção de políticas afirmativas representa a busca pela eliminação de práticas discriminatórias contribuindo para minimizar os efeitos da discriminação que tendem a se perpetuar. A criação da Comissão, dentre seus objetivos, está em garantir uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios da atividade pública e privada, que não são representados em certas áreas como, por exemplo, o da Arquitetura e do Urbanismo.

**Diversas outras ações foram realizadas. Veja abaixo.**

## DESCONTOS NAS ANUIDADES

Atualmente, 65% dos(das) profissionais de Arquitetura e Urbanismo são mulheres, 52% têm menos de dez anos de formação e 45% até 35 anos de idade. A gestão do CAU Brasil tem estimulado a equidade, inclusão e políticas afirmativas e ampliado discussões sobre raça, gênero e uma diversidade maior na sociedade.

A política de descontos nas anuidades do CAU foi estendida nos últimos três anos com o objetivo de reduzir as desigualdades já existentes no mercado de trabalho e garantir o acesso de jovens que iniciam sua trajetória profissional no trabalho formal.

Os novos benefícios integram a estratégia do CAU para desprecarizar o mercado de trabalho da Arquitetura e Urbanismo e foram aprovados em um pacote de ações pelo Plenário do Conselho, em 2021.

A gestão ampliou sua política de descontos considerando as dificuldades econômicas e de trabalho que arquitetos e arquitetas e também

empresas do setor enfrentaram devido à pandemia de Covid-19.

A partir de 2023 os novos descontos podem ser aproveitados por profissionais de Arquitetura e Urbanismo que: participaram de programas de políticas afirmativas (raciais e/ou sociais) na faculdade; ou receberam bolsas integrais; ou foram beneficiados por programas públicos de financiamento estudantil; ou tiveram filhos recentemente.

O CAU concede desconto de 90% na anuidade para arquitetos e arquitetas de integraram Políticas Afirmativas para Educação. A dedução na anuidade é destinada para egressos de universidades públicas ou privadas que entraram por meio de políticas afirmativas (raciais ou sociais) ou receberam bolsas integrais ou participaram de programas públicos de financiamento estudantil durante o curso de graduação. O desconto vale por até dois anos depois da data de colação de grau na faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O desconto de 50% na anuidade é destinado aos profissionais que estejam usufruindo de licença-maternidade ou paternidade. O benefício vale para a anuidade do CAU no ano seguinte à licença e também vale para casos de parto a termo, antecipado e/ou com bebê natimorto, adoção de menor de idade ou guarda judicial para fins de adoção. Além disso, o desconto para licença-maternidade será passível de prorrogação, mediante solicitação, pelo período de um ano, para mulheres lactantes.

### Os outros descontos nas anuidades são:

- 50% de desconto para profissionais com menos de dois anos de formado
- 50% de desconto para profissionais com mais de 30 anos de formado
- Desconto adicional de 30% para profissionais com 2 a 3 anos de formado (apenas para pagamento à vista)
- Desconto adicional de 20% para profissionais com 3 a 4 anos de formado (apenas para pagamento à vista)
- Desconto adicional de 10% para profissionais com 4 a 5 anos de formado (apenas para pagamento à vista)



## 03 CRITÉRIOS DE REPRESENTATIVIDADE

Campanha nas redes sociais explicou os critérios de representatividade nas Eleições 2023

### Descontos cumulativos para pagamento à vista:

- 10% de desconto para pagamento à vista até fevereiro
- 5% de desconto para pagamento à vista até março

### Descontos para empresas de Arquitetura e Urbanismo:

- 90% de desconto para pessoa jurídica com apenas um único sócio, desde que o mesmo seja arquiteto(a) e urbanista com registro ativo no CAU. Válido apenas para pagamento à vista
- 60% de desconto para pagamento à vista até 31 de julho
- 30% de desconto para pagamento à vista até 31 de agosto

O CAU também pensou em formas de facilitar os prazos e meios de pagamentos. Os(as) profissionais de Arquitetura e Urbanismo podem parcelar a anuidade, sem juros e encargos, em até seis meses, a partir de janeiro. Para pessoas jurídicas de Arquitetura e Urbanismo, o parcelamento sem juros, pode ser feito de julho a dezembro. Arquitetos (as) com 40 anos de contribuição ao CAU e ao CREA ou que tenham doenças graves podem solicitar isenção do pagamento da anuidade.

A solicitação para ter acesso a qualquer um dos benefícios é feita pelo SICCAU que será analisada pelo CAU/UF no qual o(a) profissional de Arquitetura e Urbanismo é registrado. Caso o arquiteto ou arquiteta tenha direito a mais de um desses descontos será concedido o desconto de maior valor.

## NOVO REGULAMENTO ELEITORAL

O novo Regulamento Eleitoral com as regras e diretrizes para a escolha dos (as) conselheiros (as) do CAU Brasil e dos CAU/UF nas Eleições do CAU 2023 foram definidas durante a 16ª Reunião Plenária Extraordinária no dia 02 de setembro de 2022.

A principal novidade do Regulamento para as Eleições de 2023 é a entrada de um sistema de cotas de diversidade com o intuito de garantir a ampliação de representatividade dentro dos plenários. De acordo com a norma aprovada, as chapas eleitorais deverão apresentar uma lista de candidatos (as) aos cargos de conselheiros (as) estaduais e um (a) conselheiro (a) federal.

Nessa lista, o primeiro terço dos candidatos (as) a conselheiro (a) titular deverá atender aos seguintes critérios de representatividade, de acordo com a quantidade de profissionais de Arquitetura e Urbanismo em cada unidade da federação:

- Mulheres
- Pessoas pardas, pretas ou indígenas
- Pessoas LBGTQIA+
- Pessoas com Deficiência (PCD)
- Pessoas com até dez anos de formação
- Pessoas com formação e/ou atuação no interior do Estado



## Essa cota de representatividade será atingida:

- Quando 30% das vagas representarem ao menos um desses critérios e forem atendidos pelo menos três critérios no total nos estados com mais de 9.001 profissionais de Arquitetura e Urbanismo ativos
- Quando for atendido pelo menos dois desses critérios nos estados com 3.001 a 9.000 arquitetos (as) e urbanistas ativos
- Quando for atendido pelo menos um desses critérios nos estados com até 3.000 arquitetos (as) e urbanistas ativos

A proposta de cotas para as chapas eleitorais foi construída com a colaboração de outras comissões dos CAU/UF que trabalham com a questão da equidade de gênero e que contou com outras mudanças para as Eleições do CAU 2023. Dentre elas:

- A campanha para a atualização dos dados dos(das) profissionais passará a ocorrer em janeiro do ano eleitoral
- Os(as) candidatos(as) deverão estar com multas e anuidades integralmente quitadas e deverão estar adimplentes com demais débitos com o CAU
- Não haverá mais sorteio para definição da numeração de chapas. A numeração será

definida por ordem de conclusão do pedido de registro de candidatura.

Além disso, o sistema de votação mudou. Ao contrário dos anos anteriores, em que a votação acontecia pelo Serviço de Informação do CAU (SICCAU), as Eleições 2023 se deu exclusivamente pelo sistema da Justiça Eleitoral conhecido por VOTAONLINE.

Para ter acesso ao sistema era preciso ter uma conta no GOV.BR. O cadastro podia ser feito por meio do aplicativo GOV.BR ou diretamente no portal gov.br, utilizando o número do CPF e uma senha de usuário (a).

## COMISSÕES DE EQUIDADE E DIVERSIDADE

No dia 18 de maio de 2023, a proposta para criação da Comissão Especial de Políticas Afirmativas foi apresentada e aprovada durante a 136ª Plenária Ordinária do CAU Brasil. O Conselho é um dos poucos no país que constituiu Comissão para combater e diminuir as desigualdades historicamente acumuladas em nossa sociedade.

A Comissão Especial de Políticas Afirmativas visa cumprir a finalidade de contribuir e garantir



Políticas Afirmativas do CAU Brasil objetivam contribuir e garantir a igualdade de oportunidades

a igualdade de oportunidades bem como corrigir injustiças em questões étnicas, raciais, geracionais, classe social, gênero, sexualidade, deficiências e outras relativas à inclusão e valorização, dentro do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.

A criação da Comissão Especial de Políticas Afirmativas é resultado de um histórico trabalho no CAU Brasil que teve início em abril de 2019 com a criação da Comissão Temporária para a Equidade de Gênero (CTEG), composta por Nadia Somekh, Daniela Sarmento, Gilcinéa Barbosa e Cristina Evelise.

Em agosto de 2020 houve a criação da Comissão Temporária de Política para a Equidade de Gênero (CTPEG) que era formada por Nádia Somekh, Daniela Sarmento, Josemêe Gomes, Gilcinéa Barbosa e Cristina Evelise. As duas Comissões tiveram assessoramento e apoio de Ana Laterza.

Em agosto de 2021 foi criada a Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade do CAU Brasil (CTRED) composta por Cláudia Sales, Camila Leal, Alice da Silva, Eduardo de Oliveira e Heloisa Diniz e assessoramento e apoio de Ana Laterza, Alyssa Volpini, Júlia Bianchi e Júlia Pascual.

A criação da Comissão Temporária de Políticas Afirmativas do CAU Brasil (CTPAF) aconteceu em outubro de 2022 e foi formada por Cláudia Sales, Camila Leal Costa, Heloisa Diniz e Humberto Mauro, com adição posterior de Alyssa Volpini e assessoramento e apoio de Luiza Coelho, Rodrigo André e Caroline Ayres.

Em janeiro de 2023 foi solicitada contribuições dos CAU/UF para a elaboração de proposição sobre a instituição de Comissão Permanente de Políticas Afirmativas. Em fevereiro, elaboração e encaminhamento de proposição de resolução para alteração do Regimento Interno do CAU Brasil instituindo a Comissão Especial de Políticas Afirmativas do CAU Brasil. Em março, a Comissão Ordinária de Organização e Administração (COA/CAU Brasil) encaminhou o anteprojeto de resolução para contribuições dos CAU/UF, conselheiros (as) federais e consulta pública. E, em maio, a COA enviou o projeto de resolução para apreciação do plenário do CAU Brasil.

## POLÍTICA DO CAU PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

A realização do 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, entre julho de 2019 a fevereiro de 2020, apontou que:

- Mulheres negras e mulheres com filhos, principalmente na primeira infância, fazem parte do grupo de profissionais que encontram maiores obstáculos ao longo da carreira
- Os índices de assédio e violência sexual contra as mulheres na profissão devem ser objetos de uma política corretiva
- Ainda as gerações mais novas de profissionais vivenciam inequidades e percebem uma necessidade por uma divisão mais equilibrada dos trabalhos (remunerados ou não) entre homens e mulheres
- Grande parte dos homens ainda deve ser sensibilizada para a importância da promoção da equidade de gênero na profissão e nas cidades.

Esse processo resultou na aprovação da Política do CAU para Equidade de Gênero, aprovada em dezembro de 2020 pelo Plenário do CAU Brasil. O documento foi elaborado a partir dos resultados do 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo e com a contribuição de uma rede de mulheres e homens disposta a tornar a Arquitetura e as cidades brasileiras mais inclusivas, sustentáveis e justas. Suas diretrizes foram estruturadas em seis eixos. São eles:

- Equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo
- Equidade na HISTÓRIA da Arquitetura e Urbanismo
- Equidade na FORMAÇÃO em Arquitetura e Urbanismo
- Equidade na PRÁTICA em Arquitetura e Urbanismo
- Equidade na POLÍTICA da Arquitetura e Urbanismo
- Equidade no CONSELHO de Arquitetura e Urbanismo.



## A Política do CAU para Equidade de Gênero visa também:

- Atender as recomendações do documento 'Policy Gender Equity in Architecture – Políticas para a Equidade de Gênero na Arquitetura', da União Internacional dos Arquitetos (UIA)
- Fazer cumprir a sua missão institucional de promover Arquitetura e Urbanismo para todas e todos, sem distinção de gênero
- Promover a profissão da (o) Arquiteta (o) e Urbanista como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção da justiça social, conforme previsto no item 4.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU
- Em conformidade com a DPOBR Nº 0058-11/2016 e com o Memorando de Entendimento com a ONU HABITAT, contribuir para com a implementação da Nova Agenda Urbana, aprovada durante o Habitat III (Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), que prevê a atenção às questões éticas e de gênero de maneira transversal em todos os seus compromissos
- Contribuir para com o alcance do 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU: a igualdade de gênero

Como parte da promoção da equidade de gênero o CAU Brasil lançou o hotsite "Mulheres na Arquitetura e nas Cidades" para divulgar os resultados dos trabalhos e eventos nesse âmbito.

## CARTA DA EQUIDADE E DIVERSIDADE

De acordo com o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil realizado pelo CAU Brasil, em 2022, as mulheres são 64,55% dos 212 mil profissionais registrados no Conselho. Apesar disso, nem sempre elas encontram as mesmas condições de acesso, exercício, permanência e ascensão no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Promovendo ações e debates para uma agenda mais inclusiva, em maio de 2022, aconteceu o I Encontro Nacional de Diversidade, em São Paulo. O evento promovido pela Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade do CAU Brasil integrou a programação do "Maio da Arquitetura" e foi marcado pela construção da "Carta pela Equidade no Cotidiano e no Conselho da Arquitetura e Urbanismo".

O documento, desenvolvido pelas comissões e grupos de trabalho que tratam dos temas de gênero, raça, etnia e diversidade no âmbito dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo no país, lista 11 pontos prioritários para ações propositivas. São eles:

- Criar instâncias definitivas e dotadas de orçamento para tratar das questões de gênero
- Revisar os normativos do CAU, incluindo questões de gênero
- Garantir uma escuta qualificada na ouvidoria e demais canais de atendimento como mecanismos de apuração de casos de assédio, abuso, sexismo, entre outros
- Qualificar a cadeia da construção civil para naturalizar a participação das mulheres e pessoas em todas as duas diversidades no canteiro de obra
- Instituir mecanismos para garantir a segurança de fiscais mulheres e pessoas em todas as suas diversidades
- Oficializar que toda consulta ou estudo promovidos pelo CAU incluam indicadores de gênero, raça, faixa etária, deficiência e renda
- Implementar no CAU comunicação não sexista, antirracista e inclusiva
- Promover a equidade e diversidade em premiações e campanhas publicitárias
- Investir em capacitação do corpo funcional e conselheiros(as) sobre a importância de questões de diversidade e equidade
- Promover a diversidade e equidade em cargos de livre provimento e nos planos de carreira
- Repensar os ambientes de trabalho, instituindo soluções técnicas, sustentáveis e inclusivas que garantam conforto para todos os tipos de corpos



## ENCONTROS E PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

Além do I Encontro da Diversidade, realizado em 2022, o CAU Brasil promoveu a segunda edição do evento, em Brasília, em 2023, que revisou a Carta pela Equidade e Diversidade e contou com a participação de ministérios do governo federal e de representantes de 25 estados para debaterem novos passos para equidade na Arquitetura e Urbanismo nas cidades.

O Encontro foi uma oportunidade também para conhecer ações que buscam ampliar a inclusão das mulheres, pessoas negras, LBTQIAP+ e com deficiência nos processos políticos e seus acessos à educação, saúde e emprego.

Durante a gestão, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil realizou o II Ciclo de Debates Cidades Inclusivas para Mulheres – Mulheres: Da Casa à Cidade – Direitos e Cidadania em Tempos de Pandemia”, com o objetivo principal de promoção da igualdade de gênero dentro do âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, trazendo a mulher arquiteta e urbanista para o centro dos debates.

O evento realizado no dia 19 de março de 2021 contou com os seguintes debates: “Cidades, Gênero e Inclusão”, “Política Urbana com Perspectiva de Gênero”, “A importância dos parques para o cotidiano das mulheres”, “Os impactos da pandemia na mobilidade urbana das mulheres” e “Cartografia da Covid-19 e a mulher no DF”.

Os debates trouxeram experiências e estudos conduzidos por gestoras públicas e pesquisadoras de vários países do mundo e aconteceu no dia 19 de março de 2021. As demandas das mulheres no planejamento urbano não implicam fazer uma cidade especializada unicamente para as mulheres, excluindo o lugar e as necessidades dos outros cidadãos, mas sim afirmar uma perspectiva que representa uma nova abordagem de inclusão, do olhar, da opinião, da percepção e da contribuição das mulheres na construção da cidade contemporânea, trazendo uma nova dimensão ao desenvolvimento da cidade e da sociedade.

A série de podcats “Mais Arquitetura” que integra o Programa Mais Arquitetos e o “CAU entre.vistas – um novo programa de necessidades” foram lançados com o intuito de promover encontros entre profissionais de Arquitetura e Urbanismo de áreas afins para conversas descontraídas sobre assuntos de relevância da atualidade. A proposta é a inclusão de perspectivas diversas e olhares múltiplos sobre o universo profissional da Arquitetura brasileira e a respeito de temas em discussão na sociedade.

Com temáticas que incluem a discussão de cidades e políticas, habitação social, inovação e sustentabilidade, redução das desigualdades sociais, saúde da população, Arquitetura inclusiva, mulheres e negócios, dentre outros assuntos, os programas contam com especialistas para abordarem os temas com profissionais da Arquitetura e do Urbanismo.

Além dos podcasts, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil lançou um vídeo da campanha



de sensibilização da Equidade no Cotidiano da Arquitetura e Urbanismo para ampliar a representatividade do Conselho.

## **Dia da Mulher Arquiteta e Urbanista**

O Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista é celebrado no dia 31 de julho. Em 2020, a data foi definida pelo CAU Brasil durante a 11ª Plenária Extraordinária para homenagear o público majoritário da categoria de profissionais: as mulheres.

Esse compromisso também reforça as decisões adotadas após a divulgação do 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo que apontou inúmeras desigualdades entre arquitetos e arquitetas em diversas áreas.

Com a inclusão da data no calendário oficial, o CAU Brasil procura fomentar o debate sobre as assimetrias entre mulheres e homens na Arquitetura e também na sociedade.

## **Dia da Mulher Arquiteta 2023**

Neste ano, o Dia da Mulher Arquiteta e Urbanista foi destaque durante a Semana da Habitação, evento realizado entre os dias 25 e 28 de julho, em Aracaju, pela potência e protagonismo das mulheres na valorização da Arquitetura.

Além disso, o CAU Brasil manifestou a proposta no dia 5 de julho, durante o 28º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2023CPH), realizado em Copenhague, na Dinamarca, na sessão “Women and War, para que o dia se torne uma data internacional.

## **Dia da Mulher Arquiteta 2022**

O CAU Brasil destacou mulheres arquitetas que foram foco de pesquisas e que tiveram contribuições profissionais em diversas localidades do Brasil e, também, suas pesquisadoras, mulheres arquitetas e urbanistas que dedicaram seus estudos em prol da Arquitetura e Urbanismo do país.

## **Dia da Mulher Arquiteta 2021**

A primeira passagem do Dia da Mulher Arquiteta e Urbanista foi comemorada na 114ª

Plenária Ordinária do CAU Brasil realizada, por videoconferência, no dia 30 de julho.

# **CAMPANHA CONTRA O ASSÉDIO MORAL**

Com o objetivo de conscientizar, apoiar e oferecer suporte às vítimas de assédio moral e contribuir com a criação de ambientes de trabalho saudáveis e justos, o CAU Brasil lançou a campanha “Inimigo Invisível” em julho de 2023.

Em 2020, o Censo dos Arquitetos e Arquitetas Urbanistas, realizado pelo CAU Brasil, mostrou que 43% dos(das) profissionais entrevistados já haviam sofrido assédio moral, dentro e fora do ambiente de trabalho.

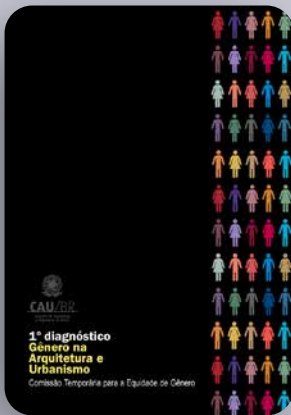
Além disso, o 1º Diagnóstico Nacional de Gênero na Arquitetura e Urbanismo apontou dados relevantes sobre assédio moral e revelou que homens, em geral, possuem índices bem inferiores de assédio na profissão.

Mulheres sofrem 1,7 vezes mais assédio moral e 4,8 vezes mais discriminação de gênero do que homens no ambiente de trabalho. Sendo, as mulheres pretas as maiores e principais vítimas. Elas são as mais afetadas pelo assédio nos ambientes de trabalho sofrendo 2,7 vezes mais do que homens brancos.

As vítimas de assédio frequentemente pertencem a grupos já discriminados socialmente como mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas pretas, minorias étnicas, população LGBTQIAP+ e outros.

A Comissão Especial de Políticas Afirmativas visa cumprir a finalidade de contribuir e garantir a igualdade de oportunidades bem como corrigir injustiças em questões étnicas, raciais, geracionais, de classe social, de gênero, sexualidade, deficiências e outras relativas à inclusão e valorização, dentro do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.

# ACESSE OS CONTEÚDOS COMPLETOS ATRAVÉS DOS QR CODES



**1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo**



**Política do CAU para Equidade de Gênero**



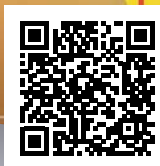
**Carta pela Equidade no Cotidiano e no Conselho da Arquitetura e Urbanismo**



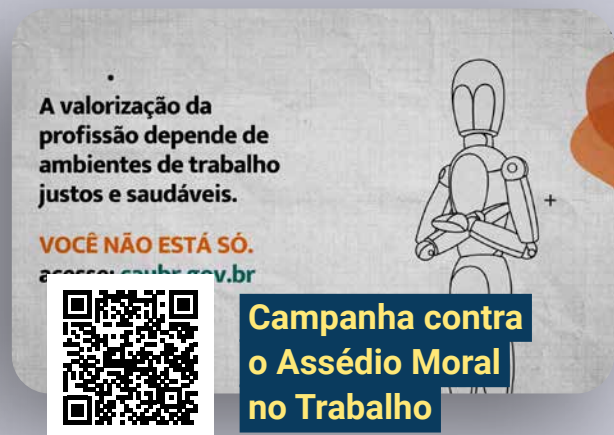
**II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil**



# VÍDEOS DAS CAMPANHAS



**Eleições 2023**



**Campanha contra o Assédio Moral no Trabalho**



# CAPÍTULO 10





# FORMAÇÃO

## 10. INCENTIVO À FORMAÇÃO QUALIFICADA

**É necessário debater qual ensino de Arquitetura e Urbanismo queremos para o Brasil e indicar a formação adequada para o profissional que a sociedade está precisando**

Essa foi a premissa adotada pela gestão 2021/2023 do CAU Brasil para tratar desse tema fundamental, sem interferir indevidamente em assuntos relativos à autonomia universitária ou em matérias de competência do Ministério da Educação.

A premissa tem como base a atribuição legal do CAU de zelar pelos interesses da sociedade, através de atos como o registro, a concessão de atribuições e o acompanhamento da atuação e do desempenho dos(das) profissionais que prestam serviços de grande relevância à sociedade no tocante às suas competências, habilidades e posturas, todas elas previstas em sua formação profissional.

Neste contexto, o principal legado da Comissão de Ensino e Formação do CAU Brasil nesta gestão foi a construção coletiva com as CEFs dos CAU/UF da identidade do Conselho para a valorização da qualidade da formação, incluindo a formação continuada, para o exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo. Seminários com profissionais, estudantes, professores, pesquisadores, conselheiros(as) e corpo técnico do Conselho, com a participação de representantes do Ministério da Educação, contribuíram para esta estruturação.

A formação continuada é um processo de aprendizagem que se estende por toda a vida. Seu propósito é manter o profissional atualizado, de forma a acompanhar as constantes mudanças de cenários nas diversas áreas de atuação. A abertura dos editais de fomento para pesquisa e produção de conhecimento é umas das entregas na área de formação continuada juntamente com o lançamento do portal da Formação Continuada.



O CAU Brasil buscou ainda dar sequência e ampliar outras iniciativas para a formação e gerar uma prática profissional qualificada como, por exemplo, o combate ao Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação, a responsabilidade legal quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) junto ao Ministério da Educação, o prosseguimento do CAU Educa, a criação do Projeto Lelé, as sugestões de propostas na grade curricular que envolve a Arquitetura e o Urbanismo, entre outros.

### **Diversas ações foram realizadas nesta gestão.**

#### **• DESCONTOS NAS ANUIDADES**

Os descontos na anuidade para quem participa de cursos de formação continuada é mais uma ação dentro da política de defesa da qualidade da formação em Arquitetura e Urbanismo promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil com o intuito de melhor atender às demandas cada vez mais complexas da sociedade.

Para acompanhar as mudanças constantes de cenários nas diversas áreas de atuação é necessária uma atualização profissional periódica e constante. Para incentivar efetivamente os(as) profissionais de Arquitetura e Urbanismo a investirem em sua formação, o CAU Brasil promoveu uma política de desconto de até 15% na anuidade do registro profissional para aqueles que cumprirem o número de horas mínimo em cursos de formação continuada.



#### **• COMBATE AO EAD EM CURSOS DE GRADUAÇÃO**

O Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação é um problema inegável. O CAU Brasil enfrenta essa situação juntamente com outros conselhos profissionais e vem desenvolvendo um trabalho atento e rigoroso com relação à utilização que se tem feito na formação profissional em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, que tem apresentado graves prejuízos à sociedade. Chama a atenção o alto número de vagas de EAD para graduação em Arquitetura e Urbanismo, que, por sua vez, tem o mais alto índice de evasão.

Na gestão 2021/2023, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil atuou junto ao Ministério da Educação (MEC) para que o tema fosse tratado com seriedade, profundidade e o cuidado necessário, priorizando os interesses da sociedade, a formação de qualidade e evitando distorções.

Em dois momentos diferentes, o CAU Brasil manifestou-se publicamente por meio de nota de esclarecimento sobre oposição ao EaD. A primeira, em 2021, após notícias serem divulgadas na imprensa e ações judiciais iniciadas visando o registro automático de estudantes egressos de cursos de Arquitetura e Urbanismo na modalidade Ensino a Distância.

Na ocasião, o CAU reforçou sua posição de que não recomenda o EaD e cumpre sua obrigação de defesa da Arquitetura e o Urbanismo dado que o ofício tem seu exercício regulamentado por se relacionar diretamente com a preservação da vida e bem-estar das pessoas, a segurança e integridade do seu patrimônio material e imaterial e a preservação do meio ambiente. Possui, portanto, impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar do indivíduo e da coletividade e seu exercício precisa ser fiscalizado.

Sem negar a importância dos avanços tecnológicos, o CAU entende como outras entidades de Arquitetura e Urbanismo que o ensino presencial, com ateliês de projetos, por exemplo, é o espaço facilitador da construção coletiva do conhecimento, permitindo a integração professor/aluno e aluno/aluno.

Em 2023, o CAU Brasil reiterou novamente oposição a graduação a distância nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e apoiou diversos outros conselhos que divulgaram nota contra o ensino EaD em cursos de graduação. Mais um alerta de que era preciso ampliar a discussão sobre o tema com a sociedade.

O diálogo do CAU Brasil com o MEC foi retomado e ganhou maior consistência em 2023. Neste contexto, na 138ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 21 de julho, a Presidência do CAU Brasil foi autorizada a solicitar ao Ministério a suspensão temporária da autorização de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo por, no mínimo, 180 dias. A medida objetiva oferecer tempo para a retomada das negociações com o órgão federal sobre os parâmetros qualitativos para o credenciamento de novos cursos, abertura de vagas e utilização de novas técnicas de ensino e aprendizagem, como o EaD.

A aprovação da deliberação ofereceu retaguarda normativa e flexibilidade para que a Presidência pudesse fazer a solicitação. Os(as) conselheiros(as) aprovaram a deliberação por unanimidade. Em suas manifestações ofereceram ainda outras contribuições para o debate, como a exigência

dos canteiros experimentais para que os(as) profissionais possam atender todas as escalas de demandas, a valorização do(da) arquiteto(a) e urbanista professor(a) e a defesa do ensino público.

## • PORTAL DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Iniciativa da Comissão Ordinária de Ensino e Formação (CEF) e da Comissão Ordinária de Planejamento e Finanças (CPFI), o portal da Formação Continuada é uma referência para profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

Lançado em 2023, o site traz informações, notícias e contextualização da formação profissional no Brasil e no mundo. Além de cobertura de eventos, chamadas de trabalhos e publicações.

Outro destaque é a lista de cursos de formação continuada. A partir de uma ferramenta de busca, arquitetos (as) podem pesquisar cursos de pós-graduação, cursos livres e cursos de extensão por todo o país. A busca também pode ser feita por estado ou por tema de curso.

A formação continuada é um processo de aprendizagem contínuo que tem início após a graduação com o objetivo de manter os(as) profissionais atualizados, de forma que possam acompanhar a mudança constante de cenários nas diversas áreas de atuação.

Mais que um curso ou uma sequência de cursos, a formação continuada estimula o aprofundamento de conhecimentos e a ampliação de habilidades, promovendo a inserção e reinserção tanto de jovens quanto trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho.

Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização, em todos os níveis de escolaridade. Os diversos tipos de cursos possuem características, exigências e aplicabilidades próprias. São diversos tipos: aperfeiçoamento, pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado, extensão universitária e cursos livres.





## • AVANÇOS DO CAU EDUCA

O projeto CAU Educa teve origem em 2018 no trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental (CPUA) que definiu um programa de educação continuada a longo prazo para construção de uma consciência ambiental no ensino fundamental.

A iniciativa definiu uma metodologia e os formatos paradigmáticos sobre Educação Urbanística puderam ser estabelecidos para crianças e a partir disso ações foram implementadas no país gerando importância para a temática.

Em julho de 2021, no primeiro semestre e início desta gestão do CAU Brasil, ocorreu a premiação do CAU Educa, durante o UIA2021RIO. O valor total dos prêmios pagos foi de R\$ 40.500,00 distribuídos em duas categorias. A primeira categoria “Práticas Pedagógicas” com valor de R\$ 1.500,00 e 15 projetos contemplados, totalizando o valor de R\$ 22.500,00 e a segunda categoria “Ações de Arquiteto e Urbanista na Escola” com o valor de R\$ 3.000,00 e seis projetos recompensados totalizando R\$ 18.000,00. Além dos premiados, também participaram do evento mais oito equipes agraciadas com menção honrosa.

Em 2022, com o objetivo de consolidar o Programa CAU Educa no cenário nacional, o Caderno CAU Educa foi lançado reunindo práticas propositivas de educação urbana e ambiental para professores do ensino infantil, fundamental e médio aplicarem em sala de aula.

O Caderno CAU Educa é destinado para arquitetos (as) e urbanistas, gestores públicos, educadores, instituições e outros interessados nas possibilidades de aprender e educar sobre os lugares que compartilhamos. A ideia é dialogar com a sociedade, conscientizando as pessoas em prol de cidades mais justas e com qualidade de vida para todos, em especial, as crianças e os jovens para que possam aprender com os conhecimentos, metodologias e ferramentas que a Arquitetura e Urbanismo oferecem.

## • PROJETO LELÉ

Iniciativa inédita do CAU Brasil, por meio da Comissão de Ensino e Formação, o Projeto Lelé

é uma inspiração e homenagem ao arquiteto e urbanista João Filgueiras Lima. Ele buscou contribuir em sua trajetória profissional para a mudança de uma realidade que ainda está presente no país: a maioria das pessoas não moram em habitações adequadas e o acesso a Arquitetura e Urbanismo nos estados brasileiros ainda é algo restrito.

O Projeto Lelé busca fomentar a ampliação da presença de arquitetos (as) e urbanistas no interior do país, levando os (as) formandos (as) em Arquitetura e Urbanismo aos municípios brasileiros que não têm acesso.

Por meio de Chamada Pública Nacional, o CAU Brasil selecionou planos de trabalho a serem desenvolvidos por estudantes concluintes dos cursos nos municípios anfitriões. Com o projeto será possível elevar o conhecimento do Brasil na sua própria formação, integrar e inserir os (as) formandos (as) no contexto e processo de desenvolvimento das boas práticas profissionais.

O Projeto Lelé oferece bolsas mensais no valor de R\$ 1.450,00 durante dez meses para cada estudante que irá realizar atividades em prefeituras sem acesso a profissionais de Arquitetura e Urbanismo em duas escalas de atuação. São elas: “Escala do Edifício”, para desenvolvimento de atividades vinculadas a projetos edilícios como escolas, unidades de saúde, creches e centros de atividades e “Escala Urbana”, dividido entre infraestrutura e equipamentos. O primeiro para desenvolvimento de atividades vinculadas a planejamento urbano como desenho de vias e o segundo relacionado a projetos de equipamentos urbanos como praças e mobiliário urbano.

## • SEMINÁRIOS DE FORMAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A cidade de São Paulo foi sede da primeira edição do I Seminário Nacional de Formação, Atribuições e Atuação Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O evento realizado entre os dias 26 e 28 de setembro de 2022, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), foi uma ação da Comissão Ordinária de Ensino e Formação.

# I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO



Luis Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação



Danilo Santos de Miranda, diretor do SESC/SP (falecido em 2023)



A primeira edição aconteceu de forma presencial e híbrida e teve o objetivo de fomentar o debate sobre a formação da Arquitetura e do profissional do setor e seus reflexos nas atribuições da profissão no cenário atual.

Com o tema central balizado no questionamento sobre o que se esperava da formação de profissionais de Arquitetura e Urbanismo no atual contexto brasileiro e mundial, o encontro foi estruturado para propiciar análises, considerações e proposições sobre as relações entre a formação, a definição de atribuições e a organização da prática profissional, bem como estimular o diálogo interinstitucional e com a sociedade, além de troca de experiência entre os participantes.



A segunda edição do II Seminário Nacional de Formação, Atribuições e Atuação Profissional aconteceu entre os dias 18 e 20 de setembro de 2023, na sede do CAU Brasil, em Brasília, e reuniu profissionais, estudantes, professores, pesquisadores, conselheiros(as), corpo técnico e interessados para enriquecimento do debate sobre o tema.

Também com a proposta de ser um evento presencial e híbrido, o encontro contou com palestras, mesas de debates, mini plenárias, workshops e visitas de campo. O tema central da edição abordou a relação entre a formação de arquitetos (as) e urbanistas e as atribuições profissionais necessárias para

atender às demandas da sociedade brasileira, cuja discussão foi estimulada com reflexões. Foram elas: Que elementos aproximam a formação acadêmica às práticas profissionais? Que lacunas na formação precisam ser saneadas para o exercício profissional? Que arquiteto (a) e urbanista o Brasil precisa?

Uma das grandes questões apontadas foi a formação voltada à realidade brasileira e atenta às realidades locais. E esse assunto se relaciona com a revisão das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), outra preocupação levantada durante palestra de Luiz Roberto Liza Curi, do Conselho Nacional de Educação.

Valter Caldana, coordenador da CEF, destacou durante a segunda edição do seminário que “é preciso aprofundar a discussão sobre uma questão fundamental existente na DCN: competência e conteúdo. O grande desafio do CAU para 2024 é o monitoramento da implementação das DCN. A presença do Ministério da Educação aqui conosco é para termos portas abertas. A gente não participava das discussões e agora começamos a participar. A grande discussão que irá se dar será essa. Temos que fazer parte do comitê gestor de monitoramento de implementação das DCN”.

Na mini plenária final o CAU Brasil deixou claro ainda que entende que as atividades extensionistas são atividades correlatas as atribuições profissionais e, portanto, elas precisam ser coordenadas,



# II SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO



Isabella Gregory e Ana Beatriz Goulart



Comissão Organizadora: Eduardo Fajardo, Karinne Almeida, Valter Caldana Daniela Bezerra Kipper e Marcelo Rodrigues



Workshop



Luis Curi, presidente do CNE



Inês da Silva Magalhães



exercidas e ministradas por profissionais e como tal reconhecidas por instituições. Não é carga hora extra. Não é trabalho voluntário. Trabalho de extensão é interface plena entre formação e o exercício profissional sobre o controle da academia. A segunda questão é a defesa do aumento de carga horária de referência e efetiva.

### • SUGESTÕES DO CAU BRASIL

Nesta gestão, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou por meio da Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares, indicação (INC) ao MEC para propor a inclusão do componente transversal “educação urbanística” nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

No dia 1º de agosto de 2023, a proposta foi aceita após apresentação da sugestão na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. O objetivo da indicação do CAU Brasil é contribuir para os objetivos da educação nacional de forma geral e, ainda, para a educação ambiental.

Esta sugestão é uma reapresentação da INC nº 1.607, de 2022, de autoria da então deputada federal e presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, Rosa Neide (PT/MT). De acordo com o documento apresentado na CLP, a Arquitetura e o Urbanismo pode ser para todos ao compartilhar com crianças e jovens seus conhecimentos, metodologias e instrumentais. Desde cedo, elas podem se tornar capazes de influenciar políticas públicas em seus territórios, ao compreender as lógicas e o vocabulário urbanístico empregado e participar dos processos de planejamento de seu território. Não se trata de treinar precocemente futuros (as) arquitetos (as), mas de estimular uma aprendizagem participativa na cidade.

No dia 11 de agosto de 2023, o CAU Brasil encaminhou ofício para a presidência da CLP da Câmara dos Deputados com uma nova proposta. Desta vez, a indicação foi enviada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para propor a inserção do Projeto CAU Educa e do componente curricular transversal “educação urbanística” no conteúdo programático do Programa Escola em Tempo Integral.

### • EDITAIS

Com o objetivo de implementar uma política de benefícios para facilitar e aprimorar a prática profissional dos mais de 212 mil profissionais de Arquitetura e Urbanismo do país, de acordo com o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil, realizado pelo CAU Brasil, com resultados divulgados em dezembro de 2021, o Conselho lançou editais públicos.

Para formação continuada os editais envolvem condições comerciais diferenciadas para compra de licenças de softwares e hardware e periféricos e incentiva a realização de cursos de atualização e pós-graduação, fomentando a formação continuada dos(das) profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

#### SAIBA MAIS

**PORTAL DE  
FORMAÇÃO  
CONTINUADA**



**CADERNO  
CAU EDUCA**

Baixe o .pdf



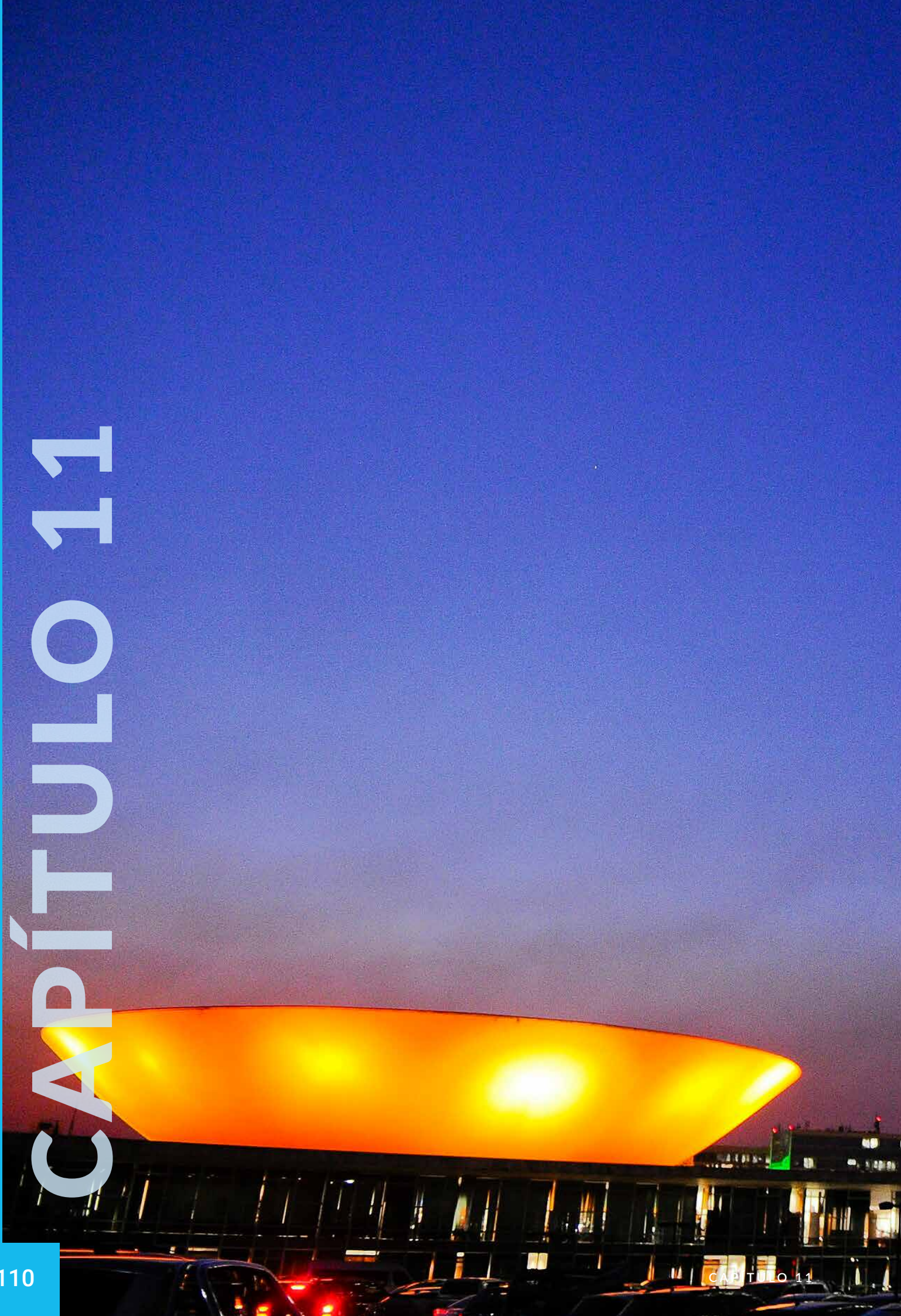
**PROJETO  
LELÉ**







# CAPÍTULO 11





# RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



## 11. AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COM O PODER PÚBLICO

### **Diálogo aberto e transparente em nome da valorização profissional**

Arquitetos(as) e urbanistas têm uma importante contribuição para as políticas públicas do Brasil, seja no governo federal, no Congresso Nacional ou mesmo nas prefeituras. Representantes do CAU Brasil e dos CAU/UF participaram de inúmeros eventos, debates e visitas para defender as principais pautas da Arquitetura e Urbanismo. Desde o início da gestão houve uma busca permanente pelo diálogo e pela colaboração interinstitucional com diversos atores sociais.

Várias ações foram desenvolvidas por meio desse relacionamento, a maior parte delas já citada nos capítulos anteriores deste Relatório de Gestão, como:

- Carta aos Candidatos
- Emendas Parlamentares a favor da ATHIS
- Projeto de lei do Microempreendedor Profissional
- Acordos Internacionais
- Fundo de ATHIS em parceria com o IPEA



# CONGRESSO NACIONAL

## Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo

No dia 04 de outubro de 2022, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU Brasil), promoveu um seminário sobre Arquitetura e Urbanismo. O evento discutiu o manifesto e as propostas do CAU Brasil e de outras entidades de Arquitetura e Urbanismo para a construção de uma política de desenvolvimento econômico e social e de ordenamento territorial do país. O autor do requerimento para realização do seminário, o deputado Pedro Uczai (PT-SC) destacou que, com a aproximação das eleições, o evento

era uma oportunidade para o estabelecimento de agendas nacional e regionais de desenvolvimento social e econômico que priorizem a qualidade e o cuidado com a vida da população brasileira. “O debate facilitará a participação da sociedade civil na elaboração de propostas legislativas voltadas para esse objetivo”.

O CAU Brasil é habilitado a sugerir proposições legislativas à Câmara dos Deputados. O cadastrado do Conselho para indicar sugestões de proposições legislativas à CLP foi aprovado no dia 28 de julho. Com a habilitação, as propostas do CAU Brasil podem ser apreciadas pelos membros do colegiado como Sugestão (SUG) e tramitar na Câmara dos Deputados.



Conselheiro Jeferson Navolar no lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais (2023-2027), na Câmara dos Deputados

# VISITAS A DEPUTADOS



Conselheira Camila Leal; a deputada federal Erika Hilton; a presidente Nadia Somekh; e Luciana Rubino, assessora de Relações Institucionais do CAU Brasil



Encontro com a deputada federal Denise Pessôa (PT-RS) e representantes do CAU Brasil



Conselheira Camila Leal (PB) com o deputado federal Leonardo Gadelha e a assessora Luciana Rubino



Conselheiro José Gerardo Fonseca, o deputado federal Joaquim Passarinho e a assessora parlamentar Luciana Rubino



Conselheiro Ricardo Mascarello, senador Alessandro Vieira e o assessor parlamentar João Pedro Fernandes



Conselheira Giedre Maia com o deputado federal Dr. Victor Linhali



# GRANDES EVENTOS



CAU Brasil no governo de transição



CAU Brasil na Marcha dos Prefeitos







CAU Brasil no lançamento da Carta dos Candidatos



Sessão Solene promovida pela Câmara dos Deputados em 01/12/23 em homenagem ao Dia do Arquiteto e Urbanista



Edwiges Leal (CAU/MG) e coordenadora do Fórum de Presidentes, Denise Pêsoa, deputada federal, Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil e Alessandro Filla Neto, presidente da ABAP



IV

Conferência Nacional de  
Arquitetura e Urbanismo

CAU Brasil: Projeto de Futuro



CAU Brasil:  
2021/23

# CONFERÊNCIA



## 12.IV CONFERÊNCIA DE ARQUITETURA E URBANISMO



### ABERTURA

#### **ONDE CHEGAMOS: evento destacou as principais marcas da gestão 2021/2023**

**O Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, acolheu arquitetos e urbanistas de todo o país no Dia Mundial do Urbanismo, no dia 8 de novembro de 2023, na solenidade de abertura da IV Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.**

Com o objetivo de ampliar o diálogo entre os(as) profissionais de Arquitetura e Urbanismo com a sociedade civil e obter contribuições e recomendações sobre a atuação do CAU Brasil e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, o evento contou com palestras, mesas de debates e a apresentação de um catálogo de projetos dividido em seis eixos: Valorização da Arquitetura e Urbanismo (ATHIS, Projeto Amazônia 2040 e Valorização da qualidade do exercício profissional, Patrimônio); Inovação e Articulação (Projetos de Lei e articulação com o Executivo e Legislativo, Inovação); Fiscalização (Normatização, relações institucionais e operacional); Política Profissional (Projetos, normatização e melhorias); – Institucionalidade e Internacionalização; e Formação Profissional (Normativas e relações institucionais, premiações, formação continuada).





Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil

A solenidade de abertura contou com a participação da presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, do coordenador do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), Odilo Almeida Filho, presidente do IAB; e da coordenadora do Fórum de Presidentes dos CAU/UF, Maria Edwiges Leal. A cerimônia também prestou homenagem a parlamentares e prefeitos que ajudaram a impulsionar as pautas relevantes para a Arquitetura e Urbanismo nos parlamentos e municípios. O deputado federal Fernando Marangoni representou os homenageados no ato solene.

Durante o evento, Nadia Somekh lembrou o cenário que ofereceu contorno à gestão 2021-2023, período que abrangeu a pandemia da Covid-19 e avanços tecnológicos que mudaram o padrão relacional, com impacto no exercício da Arquitetura e Urbanismo. “Foram tempos difíceis, mas saímos vitoriosos. Com nosso planejamento estratégico, conseguimos superar muitas dificuldades e ter um norte que possibilitou deixar algumas marcas que teremos oportunidade de mostrar ao longo deste evento”, afirmou.

A presidente, que encerra seu mandato, destacou algumas das realizações da gestão. Muitas delas foram possibilitadas por meio da Campanha Mais Arquitetos, que empreendeu ações pela valorização da Arquitetura e da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Também mencionou

avanços no SICCAU, a construção e implantação do Plano Nacional de Fiscalização, a democratização do Colegiado de Serviços Compartilhados e a institucionalização do Fórum de Presidentes para aproximar o CAU da realidade dos estados.

Diante do avanço desenfreado do ensino EaD, a gestão 2021/2023 também buscou entendimentos sobre parâmetros para a qualificação do ensino, com incentivo à residência profissional e formação continuada.

Respondendo ao desafio da inclusão, o CAU estruturou políticas afirmativas que permitiram assegurar suporte a profissionais em início de carreira, maior representatividade feminina nos processos eleitorais do Conselho e ações pela desprecarização do trabalho.

A presidente mencionou ainda a ampliação da interlocução com governos federal e municipais e espaços legislativos e as contribuições para o enfrentamento às mudanças climáticas com o projeto Amazônia, levado ao Congresso Mundial UIA 2023. “Nossa missão é proteger a sociedade e estamos fazendo isso com valorização dos arquitetos, abrindo novos mercados de produção de moradia digna para o povo brasileiro”. Nadia Somekh encerrou seu discurso desejando a continuidade da construção de um CAU Único, capaz de garantir a representação da diversidade brasileira a partir de intenso diálogo.



Deputado federal Fernando Marangoni

Relator da Medida Provisória que tratou do novo programa Minha Casa Minha Vida na Câmara Federal, o deputado Fernando Marangoni (União-SP) esteve entre os homenageados pelas suas contribuições às pautas relacionadas com a Arquitetura e Urbanismo. Ele mencionou progressos na proposta com a previsão da assistência técnica para todos os empreendimentos, incluindo as reformas por autogestão dos beneficiários, e custeio dos serviços de projetos, e destacou a participação do CAU no avanço da proposta, em especial a inclusão das melhorias habitacionais no novo MCMV, conquistada em audiência pública.

Lembrando que a atual gestão do CAU teve uma mulher à frente pela primeira vez, Marangoni agradeceu a ampliação do diálogo e a parceria em pautas estratégicas. “O CAU tem trabalhado para promover excelência na Arquitetura e Urbanismo, garantindo qualidade e segurança das estruturas que moldam nosso cotidiano para tornar as cidades mais habitáveis e seguras”. O deputado finalizou



Ao microfone, Odilo Almeida Filho, presidente do IAB/DN

seu discurso desejando “que o CAU continue sendo importante ator no processo de articulação e interface com os estados para o empoderamento dos municípios”.

A coordenadora do Fórum de Presidentes, Edwiges Leal, celebrou a institucionalização do Fórum como instância que procura garantir a representatividade dos arquitetos de todo o país. “Nós, presidentes, procuramos assegurar que o Conselho seja mais condizente com nossas realidades tão distintas, e no Fórum construímos uma importante instância de debate e construção coletiva. Estamos prestes a fechar a gestão com um marco de maturidade do Conselho. Avançamos sem deixar nossas obrigações de lado para servir ao país que tanto precisa de nós e da nossa profissão”, disse.



Edwiges Leal, coordenadora do Fórum de Presidentes

O presidente do IAB, Odilo Almeida Filho lembrou que foi um dos fundadores do CEAU, entidade que atualmente coordena, e observou que houve conquistas consolidadas no período recente para a categoria.

“Passei seis anos longe da estrutura do CAU e me sinto feliz em observar os avanços que obtivemos. Ao mesmo tempo, estou tenso e ansioso com desafios diante de um mundo em transformação”, afirmou, ressaltando as mudanças tecnológicas e o crescimento do número de profissionais no mercado. “Temos o desafio da reconstrução do país e da democracia, cenário no qual os profissionais têm uma parcela de contribuição para dar”.



# CONFIRA OS HOMENAGEADOS:

## SENADORES DA REPÚBLICA:

CARLOS PORTINHO (PL-RJ)  
DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO-AP)  
EDUARDO BRAGA (MDB/AM)  
FLÁVIO ARNS (PSB-PR)  
PAULO PAIM (PT-RS)  
RODRIGO PACHECO (PSD-MG)

## DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS:

SOCORRO NERI (PP/AC)  
ARTHUR LIRA (PP-AL)  
PAULÃO (PT-AL)  
ACÁCIO FAVACHO (MDB-AP)  
ALICE PORTUGAL (PCDOB-BA)  
JOSEILDO RAMOS (PT-BA)  
OTTO ALENCAR FILHO (PSD-BA)  
ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE)  
IDILVAN ALENCAR (PDT-CE)  
LUIZIANNE LINS (PT-CE)  
MOSES RODRIGUES (UNIÃO-CE)  
ERIKA KOKAY (PT-DF)  
DR VICTOR LINHALIS (PODEMOS-ES)  
DR ZACHARIAS CALIL (UNIÃO-GO)  
PEDRO LUCAS FERNANDES (UNIÃO-MA)  
ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)  
ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE-MG)  
VANDER LOUBET (PT-MS)  
AIRTON FALEIRO (PT-PA)  
JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)  
RUY CARNEIRO (PODEMOS-PB)  
AUGUSTO COUTINHO (REPUBLICANOS-PB)  
CARLOS VERAS (PT-PE)  
FLÁVIO NOGUEIRA (PT-PI)  
GLEISI HOFFMANN (PT-PR)

ZECA DIRCEU (PT-PR)  
BENEDITA DA SILVA (PT-RJ)  
JANDIRA FEGHALI (PCDOB-RJ)  
JULIO LOPES (PP-RJ)  
REIMONT (PT-RJ)  
TARCÍSIO MOTTA (PSOL-RJ)  
WASHINGTON QUÁ QUÁ (PT-RJ)  
NATÁLIA BONAVIDES (PT-RN)  
AFONSO MOTTA (PDT-RS)  
ALEXANDRE LINDENMEYER (PT-RS)  
DENISE PESSÔA (PT-RS)  
FERNANDA MELCHIONNA (PSOL-RS)  
LUIZ CARLOS BUSATO (UNIÃO-RS)  
MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)  
ANA PAULA LIMA (PT-SC)  
PEDRO UCZAI (PT-SC)  
JOÃO DANIEL (PT-SE)  
ALENCAR SANTANA (PT-SP)  
ERIKA HILTON (PSOL-SP)  
GUILHERME BOULOS (PSOL-SP)  
FERNANDO MARANGONI (UNIÃO-SP)  
RUI FALCÃO (PT-SP)  
SAMIA BOMFIM (PSOL-SP)  
TABATA AMARAL (PSB-SP)

## PREFEITO E PREFEITA MUNICIPAL:

EDMILSON RODRIGUES – BELÉM (PA)  
KARIME FAYAD – RIO BRANCO DO SUL (PR)

## PALESTRA MAGNA

### Demi Getschko: dos primórdios ao futuro da era digital

Considerado o “pai da internet” no Brasil, o engenheiro Demi Getschko compartilhou importantes reflexões sobre o mundo digital, as novas cidades e o avanço da inteligência artificial durante a palestra magna da IV Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

Segundo ele, com a internet, a nova cidade é mais feita por similitude de projetos e culturas do que pela proximidade geográfica. Com uma trajetória marcante que inclui o papel de conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil e a direção do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, Getschko destacou a perenidade de princípios mesmo na era digital. “Mesmo com a evolução da internet, seus conceitos fundamentais persistem”, afirmou.

A presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, participou da palestra como mediadora e destacou que a materialidade das cidades e as inovações tecnológicas acontecem em tempos diferentes. “Nosso trabalho nas edificações tem um tempo longo, é demorado e custoso, enquanto as tecnologias digitais mudam com muita velocidade. Ela ressaltou que um dos objetivos era saber como articulamos essas duas dimensões, como protegemos a autoria dos nossos projetos e podemos usar a internet para disseminar o nosso trabalho”, disse.



Engenheiro Demi Getschko, diretor-presidente do NIC.br

Durante a palestra Getschko citou os princípios de liberdade e neutralidade da rede. “O conteúdo das informações que circulam não deve ser regulado dentro do roteador de internet. Para a rede crescer, tem que ser simples”, afirmou. Para ele, a internet é um espelho da sociedade, ela reflete as visões que já existem.

“Não queremos quebrar o espelho, mas usar esse conhecimento para melhorar a sociedade. A internet não deve ser regulada, mas suas aplicações – como as redes sociais – podem e devem. Se não separarmos as duas coisas, podemos jogar o bebê fora junto com água do banho”, afirmou.

A palestra também abordou a inteligência artificial (IA) e sua influência na construção de frases. Getschko destacou que o ChatGPT é uma ferramenta que vai além da busca de dados e entra no campo da semântica. “O objetivo final da Inteligência Artificial de hoje é apenas manter um diálogo com as pessoas. Se é verdadeiro eu não sei, mas é bastante verossímil. E a nossa linha de defesa contra os conteúdos falsos é a interação humana”.

Contudo, ele alertou para os perigos da IA quando os objetivos são mal definidos. “Robôs vão cumprir o objetivo que forem fornecidos pelos humanos. Se o objetivo for mal definido, ela pode fazer estragos muito grandes à humanidade”.



Nadia Somekh e Demi Getschko





## ONDE CHEGAMOS

PAINÉIS APRESENTARAM AÇÕES DO CAU BRASIL E DOS CAU DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

### EIXO 1- VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO



Conselheiro Nilton Lima: CAU já investiu R\$ 23 milhões em Editais ATHIS, beneficiando 27 mil pessoas e envolvendo 560 arquitetos e outros profissionais



Andrea Ilha, vice-presidente do CAU/RS: Projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro resultou em melhorias sanitárias para cerca de mil residências em 45 cidades gaúchas



Patricia Sarquis, presidente do CAU/SC: III Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina percorreu seis regiões do estado e envolveu mais de 2 mil pessoas



Igor Corrêa, gerente do CAU/PA apresentou o projeto "Arquitetos do Pará", que gerou dez mini documentários sobre arquitetos paraenses e seus projetos mais importantes



André Nor, presidente do CAU/MT, apresentou campanhas publicitárias veiculadas em diferentes canais visando despertar o olhar para a valorização da Arquitetura e do Urbanismo



Conselheiro Marcelo Rodrigues (MA) relembrou o sucesso da realização do 9º Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal, em São Luís



O vice-presidente do CAU/DF, Pedro de Almeida Grilo, apresentou o projeto do Selo da Arquitetura de Brasília, que já premiou 28 edifícios por boas práticas de preservação



João Augusto Albuquerque Soares, presidente do CAU/MS, falou sobre o restauro do prédio histórico cedido pela Secretaria do Patrimônio da União para sediar a instituição



Conselheiro Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA, apresentou o projeto Amazônia 2040 e falou sobre os seminários sobre Patrimônio que levaram à criação de uma Câmara Temática



## EIXO 2- INOVAÇÃO E ARTICULAÇÃO



O presidente do CAU/RN, José Jefferson de Sousa, relatou a experiência da criação da TV CAU RN e de canal de podcast



A presidente do CAU/SP Catherine Otondo apresentou o Jogo da Ética, ferramenta digital que procura popularizar o Código de Ética e Disciplina



Conselheiras Daniela Sarmento (SC) e Maíra Rocha (RJ) mostraram as realizações da Gestão 2021/2023 para promover a Arquitetura e Urbanismo a partir da inovação e articulação com o executivo e legislativo

## EIXO 3 - FISCALIZAÇÃO



Conselheira Patrícia Luz: Novas regras de fiscalização enfatizam a prevenção de infrações, fortalecem a ATHIS e desburocratizam processos



Presidente do CAU/AC Dandara Lima: Fiscalizações em conjunto com o CREA têm grande efetividade, principalmente em grande eventos



Conselheira Giedre Ezer: Projeto CAU/ES Presente ofereceu mais de 70 cursos, somando 360 horas de capacitação para arquitetos(as) e urbanistas



Presidente do CAU/AP, Welton Barreiros: Fiscalização já chegou a 100% dos municípios do Amapá, em parceria com as prefeituras

## EIXO 4- POLÍTICA PROFISSIONAL



Conselheiro Fabricio Santos: Na Política Profissional, houve uma conscientização quanto às necessidades reais de arquitetos(as) e urbanistas



Presidente do CAU/TO, Silênio Camargo: Campanha de valorização profissional compartilha boas práticas de arquitetos(as) e urbanistas tocantinenses



Conselheira do CAU/RO Carla Tames: Projeto Canteiro da Paz realiza oficinas sobre segurança das mulheres junto a trabalhadores de obras de Porto Velho





Presidente do CAU/PE, Rafael Tenório: Projeto CAU Prepara visitou as 17 faculdades de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco



Conselheiro do CAU/RR Rondinelle Hudson de Albuquerque: Programa Jovem Arquiteto promove divulgação do Código de Ética, treinamentos BIM e orientações sobre contratos

## EIXO 5 - INSTITUCIONALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO



Conselheiro federal Nilton Lima: É fundamental perceber que um profissional que entende de cidades, como o arquiteto, esteja sempre presente nos planejamentos urbanos



Ariel Lazarini, gerente geral do CAU/MG, apresentou o projeto "Cidades Melhores, uma parceria pela qualidade de vida". Um conjunto de ações e parcerias com organizações da sociedade civil, órgão e entes públicos municipais, estaduais e federais



Simone Buiati Brandão, conselheira estadual do CAU/GO, falou da parceria do CAU/GO com o governo e o Ministério Público para cursos de acessibilidade em locais de ensino e a cooperação com o CREA e a prefeitura



Conselheiro federal, Jeferson Dantas Navolar, destacou os novos acordos internacionais firmados pelo CAU Brasil, as reuniões com entidades internacionais e o lançamento do portal de Internacionalização como marcos desta gestão



Maria Elisa Baptista, representando o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU), falou da parceria com o CAU Brasil para a inserção internacional dos profissionais e a participação durante o Congresso Mundial de Arquitetos – UIA 2023

## EIXO 6 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Conselheiro federal, Valter Luiz Caldana, falou sobre as conquistas, marcos e avanços da gestão na área de ensino e formação com foco e prioridade na qualidade da formação para a prática das atribuições profissionais



Lucas Ribeiro Rozzoline, presidente do CAU/CE, apresentou o projeto Acolhimento CAU/CE que visa aproximar profissionais e estudantes do conselho

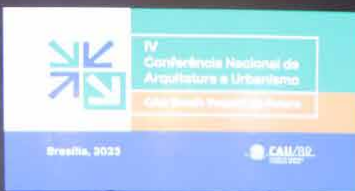


Heloisa Diniz, presidente do CAU/SE, apresentou o projeto “Os Desafios ATHIS na Prática” e a Premiação de trabalhos acadêmicos com temáticas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social



Milton Zanelatto, presidente do CAU/PR, apresentou o gibi Turma da Mônica, publicação sobre Arquitetura e Urbanismo, impressa com 100 mil unidades e distribuída para estudantes de escolas públicas e ações sociais desenvolvidas pelo Instituto Maurício de Sousa





ENCERRAMENTO

## PARA ONDE VAMOS

### INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SÃO ESSENCIAIS PARA A SOCIEDADE

No último dia da IV Conferência de Arquitetura e Urbanismo, arquitetos, urbanistas e convidados trataram o tema “Para Onde Vamos? ”, com foco na inclusão e transformação. Na ocasião, foram debatidos a importância da Arquitetura e do Urbanismo no envolvimento comunitário, a melhoria da qualidade de vida e os desafios enfrentados pelos ambientes urbanos.

No mês da Consciência Negra, a conselheira do CAU Brasil Cláudia Sales lembrou o trabalho da Comissão Temporária de Ações Afirmativas. “Conseguimos avançar na política de diversidade e equidade. São avanços pontuais, esperamos que o Conselho consiga dar continuidade à luta por mais justiça e mais diversidade. Vamos lutar não apenas pelo direito de existir, mas pelo direito de ocupar”, afirmou.



Conselheira federal Cláudia Sales

Para a arquiteta e urbanista Joice Berth, autora do livro “Se a cidade fosse nossa” (Paz e Terra/2023), a profissão precisa se adaptar às mudanças sociais. “Nós arquitetos e urbanistas temos que ocupar o nosso lugar no debate público sobre as cidades e sobre outras questões. Nosso conhecimento técnico vem acompanhado de uma bagagem intelectual”, disse.



Joice Berth, arquiteta e escritora

Segundo ela, a sociedade brasileira é estruturada sobre três alicerces: machismo, racismo e hierarquia de classes. “Precisamos desafiar essas estruturas e combater os seus efeitos. O abandono do povo negro após a abolição da escravidão é o lastro histórico dos desabamentos de terra que acontecem todos os anos. Cidades são desiguais porque as estruturas sociais marcam as fronteiras da exclusão. A atuação do arquiteto e urbanista também é política. Quem vai propor políticas públicas de urbanismo senão quem estudou esse tema na faculdade?”.



André Luis de Carvalho, ministro-substituto do TCU

Promover a transformação é o papel principal do CAU, ressaltou o ministro-substituto do Tribunal de Contas União (TCU), André Luís de Carvalho. “O CAU deve ser como a ANATEL da Arquitetura e Urbanismo, definindo normas técnicas para guiar decisões sobre o meio ambiente urbano. A responsabilidade técnica do CAU é crucial para evitar soluções leigas na administração pública”, disse.

Segundo André, inclusive as políticas de meio ambiente das cidades também deveriam ser feitas por arquitetos (as) e urbanistas como, por exemplo, a decisão de onde será localizado um parque urbano. “São decisões que precisam de uma consciência técnica. Por isso cabe ao CAU estudar soluções técnicas que rompam as limitações”, afirmou.

O jornalista e ativista Arthur Bugre, levantou a questão do “Direito à Cidade” para indivíduos trans e negros como ele. Ele relatou como o espaço público é hostil para corpos não normativos. “Meu deslocamento da cidade é uma tensão. Eu só quero chegar em casa. E isso é exaustivo. Para uma pessoa trans, ir ao banheiro é um dilema, todos os dias. Retiram o nosso direito de ir e vir”, disse.

Para Arthur, a inclusão e diversidade nos cursos de Arquitetura e Urbanismo são fundamentais para uma transformação efetiva. “Precisamos antes trabalhar nossos vieses inconscientes, rever esses conceitos, senão será uma transformação arrastada, amarrada”.



Arthur Bugre, jornalista e ativista



Ana Laterza (Ouvidora do CAU Brasil), Heloísa Rezende (presidente CAU/SE), Arthur Bugre, Joice Berth e conselheiras Camila Leal (PB) e Cláudia Sales (CE)

## PARA ONDE VAMOS?: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

A IV Conferência de Arquitetura e Urbanismo encerrou com uma oficina de planejamento para projetar a direção das ações do sistema CAU. O evento, que projetou uma vitrine das realizações da Gestão 2021/2023, também foi uma oportunidade para apresentar o resultado do trabalho desenvolvido coletivamente para planejar os rumos do CAU para os próximos dez anos.

O Gerente de Planejamento, Gelson Benatti, conduziu a apresentação. O trabalho envolveu funcionários(as), conselheiros(as), Fórum de Presidentes dos CAU/UF e entidades do CEAU para



definir estratégias para que o conselho cumpra sua missão de proteger a sociedade e promover a Arquitetura e Urbanismo para todos. A estruturação de processos que permitam apontar rumos para atingir os objetivos da instituição possibilita ao CAU criar uma cultura interna de planejamento.

Ao final, a presidente Nadia Somekh desceu para o auditório para falar mais de perto com os colegas e destacou o trabalho coletivo que permitiu os avanços alcançados na atual gestão. “Para nós que estamos saindo eu me senti presenteada pela criatividade e pelo trabalho coletivo intenso cujos resultados foram apresentados na Conferência, que mostrou que o trabalho coletivo tem uma potência, que a transversalidade traz a maior riqueza. É um presente para quem está saindo mas o balanço é para quem está chegando”.

Em seguida, ela pediu aos conselheiros(as) eleitos para a próxima gestão presentes que se levantassem. Após aplausos do auditório, Nadia Somekh acrescentou: “Parabéns a todos! O sentimento que fica é perder o medo, é ter coragem da transformação. Então coragem turma! Parabéns, a gente dá continuidade, vai complementando o trabalho coletivo. Então, viva o CAU! Vida longa ao CAU!”



Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil

Procurando desenhar o cenário em que se projetam os desafios do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo e a atuação do Conselho, o Gerente de Planejamento falou sobre algumas mudanças com o impacto da tecnologia na profissão. Também provocou a reflexão sobre as motivações que impulsionam o planejamento e os conceitos



Gelson Benatti, gerente de Planejamento Estratégico

que ajudaram a balizar o trabalho desenvolvido pela Gerplan.

Usando a metáfora do cubo mágico que permite diversas combinações, Gelson falou sobre a importância do desenvolvimento conjunto das ideias para atingir os objetivos do CAU como instituição que representa os profissionais e interage com uma sociedade em transformação. “Estamos fazendo uma mudança na estratégia, que precisa ser um processo contínuo. Para isso acontecer, propomos trabalhar o planejamento num ciclo de três anos que permita reavaliação a cada gestão”, afirmou.

Participaram do processo de planejamento em diferentes etapas representantes de todos os estados e instâncias do CAU. Entre as prioridades apontadas pelos participantes, estiveram a fiscalização, o investimento em tecnologia e na eficácia do relacionamento com os profissionais e a sociedade. Como produto, a Gerplan construiu um portfólio de 25 projetos a serem considerados pelas comissões. “É um início de trabalho para cada gestão para garantir continuidade com o olhar de longo prazo e autonomia para incluir outras ações”, afirmou.







# CAPÍTULO 13



# 13. COMISSÕES

## 13. COMISSÕES

### Comissão de Exercício Profissional (CEP)



Alice Silva Rodrigues Rosas (PA), Patricia Silva Luz de Macedo (RN, coordenadora), Ana Cristina Lima Barreiros da Silva (RO, coordenadora-adjunta), Rubens Fernando Pereira de Camillo (MS) e Guivaldo D’Alexandria Baptista (BA)

### Comissão de Ética e Disciplina (CED)



Fabricio Lopes Santos (coordenador, AM), Giedre Ezer da Silva Maia (ES), Nikson Dias de Oliveira (RR), José Afonso Botura Portocarrero (MT) e Matozalém Sousa Santana (coordenador-adjunto, TO). Roberto Salomão do Amaral e Melo (PE) participa também da comissão



### Comissão de Ensino e Formação (CEF)



Marcelo Machado (MA), Ricardo Mascarello (SE), Eduardo Fajardo Soares (MG), Valter Luis Caldana Junior (coordenador, IES), Joselia da Silva Alves (AC) e Cláudia Sales de Alcântara Oliveira (coordenadora-adjunto, CE)

### Comissão de Organização e Administração (COA)



Nilton de Lima Júnior (coordenador, GO), José Gerardo da Fonseca Soares (coordenador-adjunto, PI), Ednezer Rodrigues Flores (RS), Humberto Mauro Andrade Cruz (AP) e Jeferson Dantas Navolar (PR)

### Comissão de Planejamento e Finanças (CPF)



Camila Leal Costa (PB), Daniela Pareja Garcia Sarmento (coordenadora, SC), Maíra Rocha Mattos (coordenadora-adjunta, RJ), Raul Wanderley Gradim (DF, representado na foto pelo suplente Rogério Markiewicz) e Heitor Antonio Maia

### Comissão de Política Profissional (CPP)



Rubens Fernando Pereira de Camilo (MS), Nilton de Lima Júnior (coordenador, GO), Daniela Pareja Garcia Sarmento (SC), Ana Cristina Lima Barreiros da Silva (RO), Raul Wanderley Grandim (DF, representando na foto pelo suplente Rogério Markiewicz), Eduardo Fajardo Soares (MG) e Guivaldo D'Alexandria Baptista (BA)



### Comissão de Política Urbana e Ambiental (CPUA)



Joselia da Silva Alves (AC), Giedre Ezer da Silva Maia (ES), Camila Leal Costa (PB), Alice da Silva Rodrigues Rosas (coordenador-adjunto, PA), José Afonso Botura Portocarrero (MT), Nikson Dias de Oliveira (RR) e Ricardo Mascarello (coordenador, SE)

### Comissão de Relações Institucionais (CRI)



Ednezer Rodrigues Flores (RS), José Gerardo da Fonseca Soares (coordenador-adjunto, PI), Fabricio Lopes Santos (AM), Maíra Rocha Mattos (RJ), Jeferson Dantas Navolar (coordenador, PR), Patrícia Silva Luz de Macedo, como coordenadora da CEP, Valter Luis Caldana Junior (IES), como coordenador da CEF, participa também da comissão

### Comissão Temporária de Fiscalização (CTF)



Matozalém Sousa Santana (coordenador, TO), Giedre Ezer da Silva Maia (coordenadora-adjunta, ES), Andrea Borba Pinheiro (CAU/RS) e Maria Edwiges Sobreira Leal (presidente do CAU/MG e coordenadora do Fórum de Presidentes). Também compõe a CTF a conselheira Patricia Silva Luz de Macedo (RN), ausente da foto

### Comissão Eleitoral Nacional (CEN)



Jorge Pias Raineski, Cristina Evelise Vieira Alexandre (coordenadora), Fernando José de Medeiros Costa (coordenador-adjunto), Eleonora Mascia e Rodrigo Capelato. (Foto não inclui o membro Jerônimo de Moraes Neto)





# CAPÍTULO 14

# NA MÍDIA



## 14. CAU NA MÍDIA

---

**Durante a gestão 2021/2023, o CAU Brasil foi prestigiado por generoso espaço espontâneo na mídia, que divulgou suas ações e assim contribuindo para ampliar o diálogo do Conselho com a sociedade.**

Destaque para os 12 artigos de autoria ou co-autoria da presidente Nadia Somekh, além de 13 entrevistas concedidas por ela a diversos meios de comunicação da mídia tradicional, publicações especializadas no setor e portais e podcasts da Internet. Aqui apresentamos uma seleção desse conteúdo.



## “MAIS ARQUITETOS NA SAÚDE DAS MORADIAS”

*Nadia Somekh*

A pandemia mostrou que as grandes desigualdades nas cidades brasileiras e a precariedade de moradias e espaços públicos constituem uma questão de saúde pública.

Uma casa com ventilação e iluminação naturais colabora para o bem-estar de seus moradores, pois evita umidade interna e conseqüentemente mofo nas paredes, causadores de doenças respiratórias. Moradias com falta de banheiro constituem fator de risco para o desenvolvimento infantil.

Nós, arquitetos e arquitetas, temos por ofício melhorar a qualidade de vida da população e a saúde é prioridade. No entanto, Pesquisa DataFolha revelou que 85% das edificações no Brasil foram construídas sem arquitetos ou engenheiros. A Fundação João Pinheiro explicita isso em números: além de um déficit habitacional de cerca de 6 milhões de moradias, o Brasil tem 25 milhões de domicílios com algum tipo de inadequação, sendo 11 milhões com carências edilícias, como ausência de banheiro exclusivo, cômodos improvisados em dormitórios e falhas de cobertura e pisos.

Assim, o problema habitacional do país não se resume à necessidade de novas moradias: inclui ainda tornar saudáveis os domicílios das famílias de baixa renda já existentes. Os 220 mil arquitetos e arquitetas do país dariam conta do atendimento a esta população, mas só um percentual pequeno conseguiu viabilizar uma atuação profissional nesse campo. Por outro lado, só uma parte das pessoas necessitadas conhece os benefícios de nosso trabalho e tem condições de financiar a realização de uma obra regular.

A assistência técnica em habitação de interesse social, promovida pelo poder público, é o instrumento

para disponibilizar os serviços dos arquitetos para a população de baixa renda, de forma gratuita, uma vez que o poder público remuneraria a elaboração de projetos de reformas e construções. A lógica é semelhante ao SUS na área da saúde ou à Defensoria Pública para quem precisa de um advogado.

Já existe lei garantindo este direito graças à luta histórica de arquitetos e urbanistas pela melhoria das condições de vida do brasileiro, tendo como marcos importantes a defesa de uma política habitacional e da reforma urbana nos anos 1960, o protagonismo na definição da função social da cidade na Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001.

Em 2006, a Câmara dos Deputados aprovou projeto do arquiteto e urbanista Zezéu Ribeiro, deputado federal pela Bahia, visando assegurar às famílias de baixa renda a assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de moradia de interesse social (ATHIS), com apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. A lei foi sancionada em 2008, mas até o momento apenas cerca de 20 Prefeituras a colocaram em prática.

Com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em 2010, a ideia de implementação da ATHIS foi tomada como uma missão e, a partir de 2016, no mínimo 2% de sua receita líquida é destinada a patrocinar iniciativas na área. Nas eleições de 2018 e 2020, o CAU encabeçou manifestações sugerindo medidas assertivas para implementação da ATHIS no país.

Agora, com a pandemia, o CAU Brasil lança campanha e ações institucionais objetivando dar uma escala nacional à implementação da ATHIS como Política

de Estado. Queremos unir gestores públicos, ONGs, cooperativas, empresas e bancos em uma cruzada de “Saúde na Habitação” para garantir moradia digna a todos os brasileiros.

## O “FEIRÃO” E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

*Nadia Somekh e Maria Elisa Baptista, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil*

O anúncio da venda em “feirão de Imóveis” de mais de 2 mil propriedades da União no Rio de Janeiro é o princípio de um desastre irreparável. Se é alto o custo urbanístico de imóveis vazios – cascas sem alma que pioram as já precárias condições ambientais e paisagísticas de nossas cidades e não cumprem a função social exigida na Constituição Brasileira – mais alto ainda será o custo de sua venda atabalhoada, provavelmente na bacia das almas, sem atender a planos articulados de recuperação e melhoria do centro do Rio e potenciais outras cidades. A malfadada ideia de um “feirão” apoia-se na lei 14.011/2020 que permite que todos os imóveis públicos federais recebam uma PAI (Proposta de Aquisição de Imóveis) de qualquer cidadão interessado na compra.

É preciso dizer que, entre esses imóveis, há muitos tombados pelo Patrimônio, identificados como bens da Nação cuja guarda não pode ser alienada. A lei da PAI passa de forma inconstitucional por cima do Decreto Lei No. 25/937, que especifica que um bem público tombado não pode ser alienado, apenas transferido para outra instituição pública.

Um deles é o Palácio Gustavo Capanema (originalmente Palácio da Cultura), ícone da Arquitetura Moderna do Brasil, bem tombado pelo IPHAN e indicado para entrar na lista do Patrimônio Mundial Cultural da UNESCO. Após forte pressão popular e internacional, o edifício teria sido retirado do “feirão”, não se descartando, porém, a venda de alguns andares. O edifício – construído nos anos 30 e 40 para sediar o então Ministério da

Educação e Saúde – é símbolo do sonho brasileiro de modernidade. Ele une Arquitetura, paisagismo e artes no projeto excepcional de Lucio Costa e equipe, na qual estava Oscar Niemeyer, com consultoria de Le Corbusier, e nos jardins de Burle Marx, azulejaria de Cândido Portinari e esculturas de Bruno Giorgi e outros artistas, abrigando acervos de valor inestimável.

No caso do “Palácio Capanema” o lance mínimo não chegava a um terço dos R\$ 100 milhões investidos desde 2014 no seu primoroso restauro. Um paradoxo, já que o objetivo da iniciativa é “fazer caixa” para o governo – aliás sem especificar onde o dinheiro seria empregado.

Uma política de Estado deve orientar a ocupação desses edifícios, recuperando-os para usos necessários e urgentes. Somos a favor de políticas que deem novos usos aos imóveis vazios, para que cumpram sua função social, em articulação com programas de recuperação dos centros, articuladas com programas revigoramento da economia não apenas do Rio mas de outras cidades brasileiras. Os imóveis sob a guarda do Serviço do Patrimônio da União representam uma chance imperdível de melhorar nossas cidades, principalmente com moradia e equipamentos urbanos (educação, saúde, cultura!). Vendê-los, como previsto, em um “feirão de imóveis”, multiplica o salve-se quem puder que hoje caracteriza nossas cidades desenhadas e geridas por um voraz mercado imobiliário.

Ainda há tempo para evitar o desastre total. O patrimônio ambiental e cultural de um país é a riqueza que nos permitirá, mais que projetar nosso futuro, vivê-lo.



## TRAGÉDIA NO LITORAL PAULISTA: “O RESPONSÁVEL É O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO QUE NÃO DÁ LUGAR AOS MAIS POBRES”

Nadia Somekh

Barra do Sahy soterrada, 48 mortos (47 em São Sebastião e 1 em Ubatuba), 36 desaparecidos, cerca de 2500 pessoas desalojadas ou desabrigadas, veranistas ilhados na praia da Baleia e o âncora da TV criticando o prefeito por não ter avisado a população dos morros.

O que poderia ter sido feito? O problema não é acionar sirenes em momentos da emergência como o que ocorre agora no litoral norte paulista. O problema é o histórico processo de urbanização de nosso país que não dá lugar na regulação urbanística para os mais pobres e vulneráveis, agravado agora pela escalada das mudanças climáticas.

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha em 2010 (dado mais recente) em 872 municípios mapeados, uma população aproximada de 8,2 milhões de pessoas vivendo em áreas de risco, abrigadas em cerca de 1,5 milhões de moradias permanentes.

A maior parte das áreas de risco no Brasil está localizada na costa leste justamente pelo fato da ocupação do território brasileiro ter se concentrado no litoral, mais suscetível à ocorrência de desastres naturais, associados à ocupação de encostas íngremes, topos de morros e cursos de água, conforme ressaltado por pesquisadores do Instituto Geológico.

Por sua vez, o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) já alertava que sem mitigação do aumento da temperatura global, os maiores castigados pelas mudanças climáticas serão provavelmente os tropicais, tais como o Brasil.

Sirenes serão insuficientes se dependermos apenas delas para que catástrofes como a do litoral norte paulista não se repitam nos próximos verões, com inundações, deslizamentos, colapso de serviços públicos em cidades e quedas de barreiras e isolamentos em estradas. E sobretudo gente morta.

Se houvesse uma política habitacional para a população mais carente, isto não teria acontecido. Sem esta política, onde a população vai morar? Onde é irregular, onde é ilegal, enfim para onde foi empurrada pela especulação imobiliária em razão do preço da terra. Essas pessoas só conseguem algum tipo de abrigo, nada digno, em lugar de risco.

É preciso ainda valorizar a dimensão ambiental do planejamento urbano e territorial em consequência das mudanças climáticas, como ressaltado em manifesto aos candidatos nas eleições de 2022 lançado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e mais seis entidades representativas dos arquitetos e urbanistas brasileiros. A Carta aos Candidatos propôs uma agenda que priorize a qualidade e o cuidado com a vida da população brasileira.

O momento é propício para colocar esta agenda em prática. Todos os municípios com mais de 20 mil habitantes estão, por dever legal, revendo seus Planos Diretores, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Nova Agenda Urbana e o pacto climático do Acordo de Paris.

A Arquitetura e Urbanismo têm muito a contribuir com as revisões dos Planos Diretores, ajudando prefeitos, vereadores e comunidades na definição dos territórios seguros para as habitações dos mais pobres, reconhecendo a intensidade das alterações climáticas, em busca de maior justiça e resiliência para as cidades brasileiras. Nesta perspectiva, a continuidade da integração dos três poderes vista nos últimos dias será essencial.

## MP DO MINHA CASA, MINHA VIDA É OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA COLOCAR ATHIS EM PRÁTICA

Nadia Somekh

Nesta quarta-feira, dia 31, a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 1162/2023, que dispõe sobre o Minha Casa Minha Vida, reúne-se para a moldagem final do novo programa proposto pelo governo para o atendimento das necessidades habitacionais do país, em especial da população de baixa renda.

Um dos objetivos da MP, além da construção de novas unidades, é promover a melhoria das moradias existentes. Nós arquitetos e arquitetas e urbanistas julgamos ser este um dos principais desafios atuais de nossas cidades ao lado das mudanças climáticas, que também precisam ser consideradas nos projetos do MCMV.

Trata-se de uma oportunidade histórica para colocar em prática, em escala nacional, a Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Nº 11.888/2008), que garante a assistência pública e gratuita prestada por arquitetos(as) e engenheiros(as) contratados pelo Poder Público para construção e reforma de residências de famílias com renda de até três salários-mínimos.

Estas propostas constam de emendas à MP apresentadas pela deputada federal Denise Pessôa (PT-RS), também arquiteta e urbanista, por sugestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Segundo a Fundação João Pinheiro existem quase 25 milhões de moradias inadequadas no Brasil. São problemas de regularização fundiária e de infraestrutura da construção como falta de

banheiro e pisos, tetos e paredes descobertas, sem acesso à água e esgotamento sanitário, sem iluminação natural e circulação de ar. Situações de insalubridade que colocam em risco diariamente a saúde de seus moradores.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de novas residências. Ou seja, o problema das moradias inadequadas é quase quatro vezes maior, por representar 80% dos desafios habitacionais do país.

Não faz sentido investir todo o orçamento das políticas habitacionais apenas em novas unidades se a maioria das pessoas precisa de reformas feitas por profissionais técnicos habilitados como previsto em lei. Mas é assim que tem sido feito há décadas. A Fundação João Pinheiro calcula que o valor investido em uma unidade habitacional nova é suficiente para financiar de 12 a 15 reformas em moradias precárias.

Essas proposições foram debatidas com o relator Deputado Marangoni (União-SP) em audiência pública no dia 4 de maio e novamente no dia 27, com os parlamentares participantes do IX Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, realizado pelo CAU Brasil e a Comissão de Desenvolvimento Urbano Câmara.

Nossa luta pela moradia digna para os brasileiros vai além de palavras. Desde 2017, o mínimo de 2% do orçamento anual do CAU Brasil e dos 27 CAU dos Estados e do Distrito Federal são aplicados em ações de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Cerca de R\$ 23 milhões foram investidos até 2022 em 230 ações de ATHIS, abrangendo 25 territórios, com aproximadamente 27 mil moradores impactados e cerca de 566 profissionais de arquitetura, engenharia, serviço social e saúde mobilizados.



Atuamos em parcerias com governos estaduais e municipais e entidades internacionais. No Rio Grande do Sul, o programa “Nenhuma Casa sem Banheiro” promove melhorias sanitárias e em Alagoas o programa “Vida Nova nas Grotas” realiza reformas de moradias abaladas. Em 2022 foram investidos recursos para prevenção e mitigação

de riscos climáticos e recuperação de áreas degradadas por desastres ambientais.

Estamos à disposição para fazer mais com o objetivo de oferecer dignidade a 25 milhões de moradias – 60% delas chefiadas por mulheres. Vamos juntos deputados (as) e senadores (as)?

## O PROJETO DO NOVO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO É EXCLUDENTE

*Nadia Somekh*

A revisão do Plano Diretor de São Paulo caminha a toque de caixa na Câmara Municipal, sem conseguirmos enfrentar dois graves problemas da cidade: reduzir as desigualdades sociais e as mudanças climáticas.

Não podemos perder a última oportunidade para discutirmos a regulação urbana da cidade que impacta cruelmente a vida de sua população, contrastando uma cidade formal, cada vez mais verticalizada, com um mar de moradias precárias nas periferias urbanas.

O processo de urbanização da cidade constitui-se historicamente como excludente. Desde os anos 50, a verticalização se elitizou produzindo grandes apartamentos e excluindo famílias que moravam em áreas centrais e em pequenos apartamentos. A população mais pobre precisou resolver sua questão de moradia espalhando-se em cidades vizinhas mas principalmente em favelas, cortiços e loteamentos periféricos e irregulares, que cobrem 65% do território paulistano.

A cidade compacta se tornou nos últimos anos a tábua de salvação para o planejamento nos grandes aglomerados urbanos. Aliando altas densidades populacionais com uso misto, estruturadas ao longo de eixos de transporte coletivos, este “modelo de cidade” vem se tornando um paradigma para “boas práticas” do planejamento e do desenho urbano em diversas escalas em diferentes localidades e realidades. Desde projetos urbanos sustentáveis nos Estados Unidos, alternativas habitacionais em centros históricos de cidades europeias a planos diretores municipais de grandes cidades de países em desenvolvimento.

A condição sine qua non para a cidade compacta é a alta densidade. Mas o que isso significa? Densidade é a qualidade do que é denso, compacto. No contexto do planejamento e do urbanismo, engloba um vasto léxico conceitual: densidade urbana, demográfica, populacional, habitacional ou construtiva.

Todos estes aspectos deveriam ser levados em conta por um Plano Diretor que tem como diretriz incluir “na cidade” os cidadãos paulistanos que moram mal. Aí sim poderemos tirar o atraso e melhorar a vida da maioria da população paulistana.

O Plano Diretor de 2014 ensaiou algo nesse sentido, mas a despeito das boas intenções iniciais, acabou sendo apropriado pela iniciativa privada, particularmente por fundos imobiliários e por um novo rentismo, puxado pelos investidores que estão saindo da Bolsa. Em paralelo, a inovadora “cota de solidariedade” significou muito pouco ao distribuir migalhas na sua baixa escala de implementação.

Nos recentes empreendimentos do mercado imobiliário paulistano, pequenos apartamentos voltam a ser produzidos, mas não para atender quem precisa. Precisamos de Políticas mais amplas de recuperação do enorme passivo existente.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil propõe o programa “Mais Arquitetos” para enfrentar o problema das 25 milhões de moradias precárias no Brasil, quase dois milhões na cidade de São Paulo. Este deveria ser o foco principal da revisão do Plano Diretor, que precisa ainda contemplar, além da redução das desigualdades as mudanças climáticas sendo objeto de debate democrático efetivo.



---

01/12/2023 – CAU/SP Móbile#Futuro

---

## DESAFIOS E VISÃO ESTRATÉGICA DO CAU PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Nadia Somekh

Ao completar sua primeira década de existência, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil encontra-se em um momento histórico marcante. Em uma era marcada por rápidas transformações tecnológicas,

sociais e ambientais, a arquitetura e o urbanismo são desafiados a repensar suas práticas, abordagens e objetivos. A digitalização, a globalização e a crescente consciência ambiental têm redefinido a maneira como projetamos, construímos e interagimos com nossos espaços.

Essas mudanças contemporâneas exigem adaptação e evolução constante. No campo da arquitetura e urbanismo, o CAU tem a responsabilidade de liderar essa transformação, garantindo que os profissionais da área estejam equipados para enfrentar os desafios do presente e do futuro. A atuação do Conselho em nível nacional deve refletir essa dinâmica, estabelecendo diretrizes que não apenas respondam às demandas atuais, mas também antecipem as necessidades da próxima década.

**Integração e Unidade Nacional:** A atuação coesa e a troca de experiências e boas práticas entre os estados é vital para fortalecer a atuação do Conselho em nível nacional e garantir uma representação equitativa de todas as regiões do Brasil.

**Expansão da Formação Profissional:** O Brasil é vasto e diversificado. Precisamos garantir que jovens arquitetos e urbanistas de todo o país tenham acesso a uma formação de qualidade, que considere

as peculiaridades regionais e promova a diversidade de pensamento e abordagem profissional.

**Relações Institucionais (Advocacia Pública e Política):** A atuação do CAU Brasil junto a esferas governamentais é fundamental para influenciar políticas públicas que reconheçam e valorizem a importância da arquitetura e do urbanismo na construção de cidades mais humanas e sustentáveis.

**Inovação e Tecnologia:** Estamos na era da revolução digital. O CAU deve estar à frente, incentivando o uso de tecnologias emergentes para melhorar a qualidade e eficiência dos projetos.

**Sustentabilidade e Resiliência:** O Brasil enfrenta desafios ambientais significativos. O CAU tem o dever de liderar discussões sobre práticas de design sustentável, promovendo a resiliência urbana e a adaptação às mudanças climáticas.

**Inclusão e Diversidade:** A arquitetura e o urbanismo devem refletir a rica tapeçaria cultural e social do que dê voz a todas as comunidades e reconheça a importância da diversidade na criação de espaços que atendam a todos.

A Agenda de Futuro do CAU/SP é um exemplo louvável de planejamento e visão estratégica. Que esta nova década seja marcada por um compromisso renovado com a excelência, a inovação e a inclusão, garantindo que a arquitetura e o urbanismo brasileiros sejam reconhecidos e valorizados tanto em casa quanto no cenário global.

## “O Brasil precisa de arquiteto pé no chão”, diz nova presidente do CAU Brasil, 1ª mulher a ocupar o cargo

Por Isadora Rupp, especial para HAUS

A arquiteta e urbanista Nadia Somekh está acostumada a ser a pioneira na representatividade feminina dentro do meio de arquitetura e urbanismo: na última quinta-feira (14), ela foi eleita a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU Brasil) para o triênio 2021-2023. Não é a primeira vez que Nadia ocupa espaços nunca antes ocupados por mulheres: graduada e doutora pela Faculdade de Arquitetura de Urbanismo (FAU) da USP e professora emérita da universidade presbiteriana Mackenzie ela foi, em 2005, a primeira diretora da faculdade onde leciona.

Sobre a presidência do conselho, acredita que a eleição de uma mulher não demorou tanto como em outras entidades. “O CAU tem 10 anos [fundado em 2011]. Pior é o IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil] que elegeu homens por mais de 90 anos e reconheceu apenas recentemente a primeira mulher”, diz. Nadia refere-se à eleição de Maria Elisa Baptista para a presidência do IAB, em 2020, e ao prêmio máximo da entidade, o Colar de Ouro, dado em 2019 para Rosa Kliass. “O reconhecimento é uma novidade. Os homens estavam na hegemonia e achavam que isso era normal. Nós não queremos excluir homens, mas sim sermos incluídas. Temos uma perspectiva de gestão feminina no sentido de cuidar” salienta.

Pesquisadora do CNPQ sobre a verticalização das cidades brasileiras e autora de livros como “A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador” e “Bexiga em Três Tempos”, Nadia traçou um diagnóstico sobre a profissão de arquiteta quando

coordenou a comissão de equidade de gênero na gestão anterior do CAU (de 2018 a 2020). Apesar de as mulheres serem a maioria da classe (cerca de 65%), há discrepâncias na área salarial, relatos de assédio e falta de reconhecimento técnico. “Elas são autoras de projetos que não podem assinar, o crédito não é dado a elas. Falta voz e visibilidade” frisa a presidente.

Na mesma comissão, Nadia propôs o Programa “Mais Arquitetos”, para ampliar o trabalho de arquitetura social no Brasil, algo que irá continuar na sua gestão como presidente junto aos conselhos estaduais, para estimular o trabalho de arquitetos e engenheiros em mais municípios do Brasil. “O povo reconhece o valor dos médicos porque precisa [deles]. O dos advogados porque tem defensoria pública. E não vemos o reconhecimento da arquitetura, que pode melhorar as condições de habitabilidade no Brasil”.

Para ela, além desse resgate do prestígio social, o Brasil está precisando de mais arquitetas e arquitetos “pé no chão”.

“Cerca de 1/3 das casas no Brasil são precárias. Precisamos de profissionais que melhorem a habitabilidade. Que encontrem soluções para a umidade, para as crianças não terem asma” exemplifica. “É preciso enfrentar a vulnerabilidade da maioria da população brasileira com o desenvolvimento de programas de habitação de interesse social”.

Moradia Na visão de Nadia, programas como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) não conseguiram resolver o problema maior da habitação, que é o de atender a população pobre. A presidente, que fez um trabalho acadêmico sobre a atuação do BNH (criado em 1964), acredita que é necessário observar a questão fundiária e de regulação de



preços dos imóveis. “Temos que estimular o setor, mas programas como o Minha Casa Minha Vida ataca as faixas de renda mais altas. O que a gente precisa é ver o que a população pobre necessita”, ressalta Nadia, que está analisando o Casa Verde Amarela, programa habitacional do atual governo federal, em substituição ao (MCMV). As regras do novo programa foram publicadas

no dia 15 de janeiro via decreto. Outro aspecto fundamental na visão da nova presidente do CAU é que os arquitetos olhem para a periferia. “45% da população com uma renda média mora em casas de periferia. Pessoas que querem reforma, e não tem arquiteto para fazer um projeto de melhoria. Habitação é um interesse social”, finaliza.

### *Entrevista de Nadia Somekh concedida a Evelise Grunow*

Primeira mulher a ocupar a presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU Brasil), a arquiteta, outra expoente do crescimento do protagonismo feminino nas instituições de arquitetura e urbanismo no Brasil - em relação direta à composição da classe profissional -, falou recentemente à PROJETO sobre os planos para o próximo triênio (2021-2023) à frente do CAU Brasil.

“Vamos melhorar o CAU, mudar o que for preciso e valorizar a arquitetura”, exclamou Nadia Somekh imediatamente após a apuração dos votos na 108ª Reunião Plenária do CAU Brasil, ocorrida em 14 de janeiro de 2020.

Foi com esse intuito que a arquiteta, professora emérita da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU/ Mackenzie) e doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), que já fora conselheira da União Internacional dos Arquitetos (UIA) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, presidente da Empresa Municipal da Urbanização (Emurb) e secretária de Desenvolvimento Econômico de Santo André, foi eleita pelo colegiado de conselheiros(as) federais da autarquia após um longo processo precedido pela eleição da sua chapa CAU+Plural, de São Paulo. Esta última, realizada em outubro de 2020, registrou a maior participação de arquitetas e arquitetos na história do CAU/SP.

As propostas de Nadia Somekh para o CAU Brasil foram apresentadas naquela ocasião: enfrentar junto à sociedade os desafios da crise econômica

e do trabalho, com atenção à diversidade; apoiar diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo e qualificação dos escritórios; diminuir a vulnerabilidade das moradias por meio do programa Mais Arquitetos; estimular programas inovadores, a exemplo do CAU Educa; e sensibilizar a população quanto à importância da arquitetura e urbanismo, aproveitando a realização do 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2021RIO). A recém-eleita se propõe ainda, de forma “democrática e participativa”, buscar a coesão das ações do conjunto autárquico do CAU (CAU Brasil mais CAU/UF) e das demais entidades do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas do Brasil (CEAU): ABAP, ABEA, AsBEA, FNA, IAB e FeNEA, valorizando a responsabilidade técnica, o direito autoral e reduzindo a burocracia.

No momento em que as mulheres ocupam seus devidos espaços nas entidades, com a eleição de Maria Elisa Baptista como a primeira presidente mulher em um século de existência do IAB, a entrega nos dois últimos anos do Colar de Ouro, maior honraria da entidade, a Rosa Kliass e Dora Alcântara, e a premiação como Arquiteta do Ano pelo IAB/RJ conferida a Gabriela de Matos, criadora do projeto Arquitetas Negras, Nadia Somekh vai além do feminismo nesta conversa com a PROJETO, pontuando a empatia e coletividade como caminhos possíveis para um Conselho melhor, além das metas colocadas desde a campanha eleitoral.

Em um pleito, em 2020, no qual três chapas se colocaram estrategicamente, compostas apenas por mulheres (além de São Paulo, a vitoriosa chapa de Santa Catarina e a de Mato Grosso do Sul, que ficou em segundo lugar e elegeu as três únicas mulheres no conselho estadual), a chapa paulista sagrou-se vencedora após vencer recurso sobre admissão de denúncia por suposta violação do Artigo 22 do Regulamento Eleitoral para as Eleições de 2020, que foi rechaçada no veredito final.



## **Você chegou a temer que a sua candidatura fosse impugnada em São Paulo?**

Confesso que fiquei muito nervosa, mas acredito que estávamos legitimadas pelos votos, quase 12 mil. É importante ressaltar que o número de votantes aumentou para 50% (na edição passado foram 30%). Não é muito, temos que aumentar a conexão do CAU com os arquitetos – é uma parte da nossa plataforma. Mas 12 mil votos não dá para jogar fora. Fiquei muito tensa por dois meses. Sou um pouco idealista, acho que nós arquitetos temos de ter coesão, não podemos querer eliminar o outro.

## **Quando começou a atuar no CAU?**

Quando ele não existia. Eu era do COSU [Conselho Superior] do IAB, entrei em 2008. Nós batalhamos muito para conseguir que o Conselho existisse. Agora que se passaram 10 anos, a batalha é por um Conselho mais contemporâneo. Fui conselheira estadual na primeira gestão, de 2011 a 2014, e achei um horror, sobretudo as plenárias. Fiquei por três anos e me distanciei. Em 2017 montamos uma chapa para mudar o CAU. Aí pensei: “então vou para o federal, tudo ou nada!” – porque o conselheiro federal ou elege a chapa, ou não vai. Montamos uma chapa com vários arquitetos, liderada pelo Nabil Bonduki e por jovens. Conheci muita gente nova, gente boa. Fomos eleitos, mas não levamos.

Fui conselheira por três anos, sem grande conexão com o Conselho – não era convidada para muitos eventos -, então percebi a fragmentação do CAU Brasil. Conforme os objetivos da chapa, me propus a aumentar a representatividade feminina, apoiar o Congresso [Mundial de Arquitetos] – pois fui conselheira da UIA desde 2008. Em 2014, ganhamos o Congresso do Rio [UIA 2020 RIO, posteriormente adiado para 2021], com Sérgio

Magalhães liderando como presidente do IAB, e entrei na comissão de planejamento [do CAU], porque sou uma gestora pública e acadêmica. Falei: “vamos ajudar a planejar o CAU”. Mas fiquei decepcionada, porque a tal Comissão de Finanças e Planejamento é muito mais financeira, pelo menos nos três anos em que estive lá. Tentei colocar uma perspectiva de articular o financeiro às marcas de gestão, levei um consultor, mas o Conselho Diretor não aceitou.

Isso tudo me deu a vontade de desfragmentar a ação do Conselho – chamei de “heroica” a fase dos primeiros dez anos do CAU, que o consolidou, mas agora queremos um Conselho contemporâneo, que valorize a arquitetura, conforme sua missão, e possa trazer mais perspectivas para a sociedade valorizar nossa arquitetura e nossos arquitetos. Os três objetivos que eu me coloquei, embora fragmentados, foram a Comissão de Equidade de Gênero (uma marca da gestão passada); os debates preparatórios para o congresso, porque acho que o legado do evento mundial é a sociedade entender e valorizar o trabalho do arquiteto; e levar a arquitetura para o interior do Brasil. Aprendi muito nestes três anos em que fui conselheira sobre o “Brasil profundo”, as disparidades que temos no país. Conhecendo os conselheiros e as realidades dos estados, percebi o quanto somos díspares e aprendi a valorizar as diferentes especificidades dos estados.

## **Evidente que a sua motivação em concorrer à presidência foi a insatisfação com experiências passadas com o Conselho. O seu programa mencionava a necessidade de ‘marcar mudanças’. Quais são elas? Como começar?**

Já começamos. Eu trabalhei por cinco anos na ação regional [da Câmara Municipal do Grande ABC, 1997-2002], e lá aprendi sobre um instrumento que se chama Planejamento

Estratégico Situacional. Desde então, utilizei-o na EMURB, na Diretoria do Mackenzie, no CONPRESP, no DPH. Ou seja, onde assumi postos de direção, usei o tal instrumento. Trouxe um consultor e desde a primeira semana começamos a fazer o Plano de 100 Dias para saber o que vamos construir; não sou eu quem vai dizer. Envolvi os coordenadores das comissões, chamei os representantes dos CAU/UF e definimos os problemas que vamos enfrentar.

Nesta semana [a entrevista foi realizada em 5 de fevereiro de 2021], estamos ampliando as oficinas para ver, a partir das estratégias que já definimos, quais as ações que faremos. Depois vamos priorizar, porque em três anos não dá para fazer tudo. Este ano é para revisão do Planejamento Estratégico – acho que o que foi feito até agora é muito “para inglês ver”, muito etéreo. Sou uma pessoa muito concreta. Quero saber que tipo de ações precisamos prever e, ao mesmo tempo, na nossa contemporaneidade líquida, precisamos deixar aberturas – não dá para contingenciar tudo. Então tem que ser concreto, com etapas, mas aberto para acolher as incertezas.

### **Você consegue resumir o diagnóstico feito até agora nesse Plano de 100 Dias?**

Primeiro tem a questão do SICCAU [software de serviços online prestados pelo CAU]. Temos de estar no topo da tecnologia, atualizados. Segundo, a questão da fiscalização. Nossa tarefa é mostrar para a sociedade o que o bom arquiteto faz, então temos que ter uma fiscalização orientativa, valorizando as boas práticas, por isso estamos pensando em mudar o conceito – entender sobre a precarização do trabalho, a questão dos honorários, do salário, a questão da reserva técnica, que é um tiro no pé dos arquitetos. O terceiro problema tem a ver com a gestão do CAU e a articulação interna. Houve até agora uma cisão

entre o CAU Brasil (regulador) e os CAU/UF, que executam. Estamos ouvindo as necessidades dos estados, conhecendo os problemas. Por exemplo, no Amazonas há uma situação de calamidade. Fiz uma reunião com o fórum de presidentes e eles ficaram felizes por serem ouvidos, pois existia tal desconexão. O quarto problema tem a ver com a Resolução 51 [de 12 de julho de 2013] e com a Lei do CAU, que diz que temos atribuições privativas. Não é que queiramos tirar atribuições dos outros profissionais, mas definir nosso campo de trabalho.

O quinto tem relação com a qualidade de ensino. Os cursos EAD... Arquiteto não pode se formar seguindo um tutorial. Temos que ter formação de desenho, precisamos de contato. Ser arquiteto não é uma questão de consumir um diploma, é de responsabilidade com a saúde da população. Aí entra o CAU Educa – que tem a ver com o nosso futuro, mostrando para as crianças a importância da cidade, dos edifícios, e o meu projeto pessoal, que é o Mais Arquitetos, inspirado no programa Mais Médicos. A minha prioridade, como presidente, é mostrar que o arquiteto tem uma tarefa muito importante de melhorar a saúde da população através da melhoria das habitações dos mais pobres. A sociedade não conhece nosso trabalho. Quero fazer um fundo para assessoria técnica, melhorar a vida dessas pessoas, é o que está me motivando.

Estou muito feliz de ter espaço e oportunidade na minha idade, porque temos recursos e vontade de valorizar a arquitetura. Precisamos mostrar que é isso que falta para melhorar as casas da periferia e as condições de saúde das pessoas. Estamos perdendo a possibilidade de mostrar que o Brasil precisa de projeto.

Outra questão é trabalhar para a ‘maioria dos arquitetos’, conforme um discurso em voga. Quem é essa maioria? Não são só aqueles 200 mil que



pagam o CAU. Tem professor que não é registrado, mas que precisa ter Responsabilidade Técnica, pois faz pesquisa e pode trazer insumos de inovação; tem servidores públicos que não conseguem tirar RT – eu mesma queria fazer um RRT [Registro de Responsabilidade Técnica] dos serviços que fiz na EMURB, como presidente, e não consegui. Então tem que ampliar o CAU para não ser somente para os arquitetos de projeto, de escritório, de mercado. Atender a eles, mas pensar em como ampliar para a maioria; da mesma forma as escolas, pois temos quase 875 e somente 190 são registradas. Não estamos tendo conexão com o nosso público. A última é a questão da redistribuição. Entrei com esse discurso de que São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, concentram muitos arquitetos e recursos. Precisamos prever um fundo de apoio para assessoria técnica e outros. Quero que os recursos sejam melhor distribuídos. O Brasil precisa de redistribuição para reduzir as grandes desigualdades existentes.

### **Você sente uma resistência ou um clima favorável para a criação de fundos?**

Em princípio eu imagino que ninguém irá se opor. Os presidentes estão precisando de apoio. Estou trabalhando para isso, para o CAU Brasil apoiar os CAUs estaduais.

### **Entre os pontos descritos no diagnóstico, me chama atenção a fiscalização orientativa. Do que se trata?**

Têm várias coisas aparecendo. Não sei se já viu, mas tem oferta de projeto por R\$ 350,00. Temos que ir atrás, estimular a Responsabilidade Técnica, orientar os arquitetos e os escritórios de arquitetura a respeitarem a tabela de honorários, mas neste momento de crise econômica, como podemos penalizar os escritórios? Então, é uma situação de orientar a necessidade de valorizar o arquiteto e aqueles que têm boas ações.

Profissionais que são responsáveis, que têm ações positivas. Vamos fazer um “selo de boa qualidade”, para mostrar para a população que aquele [profissional] é melhor do que outro por estar trazendo o que é socialmente necessário.

### **Você fala sobre investir em uma plataforma para melhorar a comunicação interna e permitir que os arquitetos se manifestem. Como isso seria estruturado?**

São várias propostas. A ideia de coesão é o que falta nesse projeto Brasil, é a gente se unir. É isso que me decepcionou na eleição, achar que colegas queriam eliminar nosso trabalho de forma injusta. Ficamos seis meses montando a plataforma, tínhamos reuniões semanais. Durante a pandemia eu fiz um curso de pós-doutorado, na perspectiva de pensar como a gente pode trabalhar a inovação no conteúdo do CAU. Aprendi com as arquitetas mais jovens o quanto a gente sofre com o machismo. Fui a primeira diretora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, sempre tive posições de liderança, mas não sentia essa discriminação. Mas no Conselho, nos grupos de trabalho, no IAB, senti bastante. A convivência com arquitetas mais jovens me conscientizou da invisibilidade que às vezes temos, para poder valorizar os homens na arquitetura. Teve um ciclo de debates que organizamos, na Comissão de Equidade de Gênero, no Brasil inteiro, e eu fiquei impressionada de ver como mulher dá crédito, acolhe, trabalha horizontalmente. Isso é importante no Conselho: ter essa coesão via compartilhamento, via horizontal, via colaboração, cooperação, que é algo feminino.

### **Uma das suas propostas é que essa Comissão se torne permanente, certo?**

Sim, nos estados também, em conjunto com o fortalecimento do CEAU. Acho que o CAU tem um

papel específico, mas o IAB também, assim como a ABAP, ABEA, AsBEA e FNA. Temos que valorizar o papel de cada entidade e ampliar essa perspectiva. É o conjunto das entidades que irá valorizar a profissão do arquiteto.

**Em conjunto, a sua fala é sobre um CAU mais acolhedor – aos seus e à sociedade. Acho que essa é basicamente uma grande linha da sua gestão.**

Acho que o feminino entra por aí, no acolhimento.

**Qual a origem do problema da falta de comunicação do CAU Brasil com os CAUs estaduais?**

Acho que é a estrutura do CAU, que foi formatada quando o Conselho precisava se constituir. É uma visão de que o CAU Brasil é uma instância superior. Não é. Somos um CAU único. Para funcionar bem, acredito que o CAU precisa ter essa unicidade. Então a origem é um equívoco com relação à hierarquia, que não existe, e também com a falta de clareza – cada um começou a trabalhar de acordo com as condições que estavam dadas e acho que se demorou a perceber que havia essa fragmentação que impedia as ações de serem mais elaboradas. Então estamos precisando de resultado, e ele virá dessa conexão.

**Tem algo delineado sobre as ações prioritárias da sua gestão?**

Vamos decidir nas oficinas, mas pincelei aqui o meu desejo. Tem que ter ressonância no coletivo, pois é coletivamente que vamos decidir. O que queremos é coesão a partir das oficinas e das reuniões plenárias próximas.

**A formação é um ponto crítico quando se pensa em um profissional que seja útil à sociedade. Você**

**fala em trazer a escola para falar no CAU, acolher os estudantes.**

Sim. Os estudantes não têm percebido a importância do Conselho, então teremos que chegar neles. É algo que vamos precisar construir. Também lutar pela qualidade da formação do arquiteto com esse viés que você falou agora. Não é somente fazer projeto “star system”, temos que formar o arquiteto-cidadão. É algo que precisa ser disseminado nas escolas.

**Tem uma parte interessante do seu programa sobre o ‘fortalecimento institucional do CAU, demandando ações parlamentares. Caminhar para além da harmonização até então realizada’. Poderia explicar melhor?**

Tem a ver com a Lei de Licitações, que já trabalhamos para melhorar o texto, mas se vê que a CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção] está contra. Em reunião com o CEAU, decidimos que vamos fazer um grupo de estudos para informar os arquitetos a respeito. Temos uma assessoria parlamentar que nos informa sobre os projetos de lei – temos que filtrar o que nos interessa, por exemplo, o monte de ações que pretendem acabar com os Conselhos. Por isso, temos que mostrar qual é o valor social do CAU. Temos que resgatar, não só para a população, mas também para os representantes, o valor do Conselho, nos mostrar socialmente necessários. Acho que essas ações que estamos prevendo apontam para um caminho socialmente necessário ao CAU. Acho que precisamos ‘botar o bloco na rua’, mostrar o nosso valor e a quem podemos ser úteis. É essa nossa tarefa: proteger a sociedade, mostrando o que somos capazes de oferecer.



## MORADIA DIGNA PARA TODOS: NADIA SOMEKH FALA SOBRE O COMPLEXO PROBLEMA DA HABITAÇÃO NO BRASIL

Escrito por Betoneira

**Nadia Somekh, convidada do podcast Betoneira, fala sobre habitação para todos.**

Com sua larga experiência no poder público, atuando como arquiteta, gestora e militante, Nadia começa a conversa dizendo que ainda não estamos em um bom momento de políticas públicas de habitação, mas estamos caminhando. Seus estudos sobre a verticalização mostram que desde 1957 a legislação e regulação urbanística da cidade de São Paulo excluiu os mais pobres dos apartamentos. A legislação impediu a construção de quitinetes na Avenida Nove de Julho e Avenida Paulista, por exemplo.

A arquiteta disse que não há abrigo para a população mais pobre do país e que políticas como o Minha Casa, Minha Vida, são programas de comprometimento da renda do trabalhador, não exatamente programas de habitação social. A regulação urbanística, historicamente, excluiu a população mais pobre, negando o acesso ao mercado.

É necessário fazer uma política nacional de ATHIS.

Outra informação importante trazida pela convidada foi o cenário precário envolvendo as condições de trabalho dos arquitetos: 55% dos profissionais ganham até três salários mínimos. O CAU Brasil está fazendo um trabalho no Congresso Nacional para ajudar os arquitetos, gerando empregos e emendas para o programa ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social). Segundo Nadia, é preciso proteger a sociedade, melhorar a vida da



Ouçã a entrevista no vídeo da matéria



população e também dos arquitetos. Dois por cento do orçamento do CAU Brasil e do CAU em diversos estados, no mínimo, é para pagar projetos de arquitetura, visando melhorar a vida da população.

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social oferece a possibilidade de um arquiteto recém-formado ou em início de carreira atuar junto à população que mora precariamente. Ele pode propor, de maneira mais técnica, soluções para os problemas habitacionais dessas comunidades. “Queremos mais arquitetos trabalhando para melhorar a sociedade, essa é uma das missões do CAU Brasil.” A gentrificação está presente no país inteiro e a regulação urbanística prioriza os interesses imobiliários. A informalidade das periferias é o resultado do urbanismo corporativo”.

“O urbanismo corporativo só pensa na lucratividade; é possível construir com qualidade e dar lucro, o problema é só a lucratividade e a gentrificação”.

Para o arquiteto que deseja se envolver com o programa, o passo a passo é buscar os editais no seu estado, nas redes sociais do CAU. O arquiteto precisa estar vinculado a uma comunidade e propor um projeto. Aprovado, ele é remunerado pelo edital e pelo CAU. A ideia, segundo Nadia, é ganhar escala, e, para isso, os representantes do CAU Brasil estão batendo na porta dos gabinetes e ministérios.

Nadia Somekh também explicou que uma janela mal virada e um chão mal feito, a depender das circunstâncias, pode causar doenças e, portanto, o arquiteto é um profissional de saúde. “Cada sede do SUS poderia ter um arquiteto”. A perspectiva do trabalho do CAU é, também, achar trabalho para os arquitetos.

A capacitação para o programa ATHIS começa na faculdade, uma vez que o arquiteto precisa ser um pouco transgressor para lidar com todas as complexidades das comunidades, propondo soluções. Já o Minha Casa, Minha Vida, foi tema do final da conversa. É preciso construir com qualidade, residências bem feitas com varanda e dignidade. Não pode ser qualquer coisa. E as construtoras não devem cooptar totalmente o programa. Nadia Somekh convidou todos a se juntarem na empreitada de melhorar a habitação e a vida dos arquitetos.

## MINI CURRÍCULO



Primeira mulher a ocupar a presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, Nadia Somekh é professora emérita da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), onde dirigiu o curso de graduação e estruturou o curso de pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo. Foi conselheira do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da União Internacional de Arquitetos. É professora convidada do Instituto de Urbanismo de Paris/França. Na cidade de São Paulo, presidiu a Empresa Municipal de Urbanização e foi diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, responsável pela criação da “Jornada do Patrimônio”. No CAU Brasil coordenou a Comissão de Equidade de Gênero, responsável pela elaboração do 1º. Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Em 2020 liberou a chapa vencedora da eleição para o CAU São Paulo composta por 156 mulheres. Em 2018 foi agraciada com a medalha de “Chevalier des l’Ordre des Palmes Acadêmiques” concedida pelo Ministério da Educação Nacional do Ensino Superior e da Pesquisa da França. Em 2022, Nadia Somekh recebeu em Chicago, nos Estados Unidos, a Medalha Presidencial e o Título de Membro Honorário do American Institute of Architects (AIA).







Crédito da foto: banco de imagem



ISBN: 978-65-990484-4-9

CAU



9 786599 048449



**CAU/BR**

Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo do Brasil